FOLHA DE S.PAULO

HÁ 100 ANOS UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 ★ Nº 33.803 QUARTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2021 R$ 5,00

A pandemia em 19.out
Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose) **73,4%**

1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) **49,8%**

Dose de reforço **2,3%**

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos
Média móvel **351** ↓ -26,6%* | Em 24 h 381 | Total 603.902

Casos ↓ -35,1%* (desacelerado)

*Variação em relação a 14 dias

Bolsonaro mira eleição e pede auxílio de R$ 400 que fura teto

Mercados financeiros desabam, equipe econômica ameaça deixar cargos, e Planalto adia anúncio

De olho em sua campanha por reeleição no ano que vem, o presidente Jair Bolsonaro determinou que o Auxílio Brasil, nova versão do Bolsa Família, chegue a R$ 400. O valor levaria o governo a furar o teto fiscal.

Há espaço no orçamento para os R$ 300 que vinham sendo pagos com o auxílio emergencial neste ano. A diferença seria coberta com recursos fora do teto de gastos, um impacto de R$ 30 bilhões até dezembro de 2022.

Com o risco de descontrole fiscal quando o país não conseguiu engrenar uma retomada, os mercados financeiros reagiram: a Bolsa caiu 3,3% e o dólar subiu. A equipe do ministro Paulo Guedes ameaçou entregar os cargos.

Com isso, o Planalto desistiu de realizar ontem a cerimônia que anunciaria o Auxílio Brasil a R$ 400. O Ministério da Economia nega a chance de debandada e busca uma solução para manter o desembolso sob o teto.

Mas a ala política está reticente e avalia que não é possível protelar mais o novo programa. Mercado A15

Para analistas, dar benefício sem zelo fiscal deve gerar inflação A17

Karime Xavier/Folhapress

BIBLIOTECA É DESPEJADA DE CEMITÉRIO EM PARELHEIROS (SP) PARA DAR ESPAÇO A NOVOS TÚMULOS

A educadora Rafaela Nunes, 23, que, junto com outros moradores da região, virou guardiã dos livros da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura Cotidiano B3

Tereza Campello e Sandra Brandão

Desgoverno destrói o Bolsa Família

De forma autoritária, Bolsonaro aniquilou o Bolsa Família, de cujo impacto há fartos dados, sem estudo técnico que embasasse a opção pelo insustentável programa que pretende substituí-lo. Mercado A19

Vinicius Torres Freire

Plano deixa conta para o próximo governo A19

PAINEL

Reforma do Imposto de Renda é considerada morta no Senado A4

Economista-chefe do Santander prevê juros altos por mais tempo A18

Doria e Leite dizem ter errado ao apoiar presidente em 2018

Os governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS) disseram ter errado ao apoiar Jair Bolsonaro em 2018. Eles e o ex-senador Arthur Virgílio (AM) estiveram em debate das prévias do PSDB, feito por O Globo e Valor. Poder A10

Entre 30, brasileiro é o que mais pensa em saúde mental

Pesquisa da empresa Ipsos mostra que 75% dos entrevistados no Brasil pensam sobre sua própria saúde mental com muita ou considerável frequência. É a maior marca entre os 30 países que participaram do questionário. Saúde B1

Ciência **B4**

Pequena astrônoma

Nicole Oliveira Semião, 8, diz ter identificado 23 corpos celestes e aguarda avaliação da Nasa para ganhar título de caçadora de asteroides. Se ocorrer, ela será a mais jovem do mundo.

A alagoana Nicole Oliveira Semião, de 8 anos Arquivo Pessoal

Renan pede indiciamento de 72 por crimes com pandemia

O senador Renan Calheiros, relator da CPI da Covid, pediu indiciamento de 70 pessoas e duas empresas por 24 crimes relacionados à pandemia. Em relatório entregue na noite de segunda (18), são citados o presidente, seus filhos e ministros.

O parecer, que responsabiliza ainda empresários e médicos pró-tratamentos ineficazes, não é unânime. A comissão diverge sobre a imputação de homicídio qualificado a Bolsonaro, genocídio de indígenas e os filhos do presidente. Poder A4

EDITORIAIS **A2**

Troca de marcha
Sobre efeitos da desaceleração da economia chinesa.

Homicídios impunes
Acerca dos baixos índices de elucidação de assassinatos.

Esporte **B6**
Times de futebol apostam nos fan tokens para fortalecer os cofres

Ilustrada **C1**
SP-Arte retorna presencialmente com galerias de olho na Faria Lima

Ilustrada **C6**
Com ritmo de thriller, 'Verdades Secretas 2' terá de sexo a três a sadomasoquismo

Equador decreta estado de exceção ante violência e tráfico

Presença de militares nas ruas vai durar ao menos 60 dias. Em atrito com Congresso, presidente fala em editar decreto para dissolver Legislativo e convocar eleições. A12

Cuba cometeu tortura durante atos, afirma ONG

Um relatório da ONG Human Rights Watch divulgado ontem aponta que mais de 130 cubanos foram vítimas de abusos cometidos por agentes da ditadura durante as manifestações de 11 de julho. Mundo A12

Brasil recebe juízas afegãs ameaçadas pelo regime talibã

Um grupo de dez magistrados afegãos —dos quais 7 mulheres— e parentes chegam ao Brasil nesta semana. Ameaçados de morte pelo Talibã, foram resgatados e obtiveram visto humanitário. Mundo A14

ATMOSFERA
São Paulo hoje

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Troca de marcha

Desaceleração da China reforça pessimismo no Brasil, enquanto outras economias centrais reagem

A notícia de que a economia chinesa ficou quase estagnada no terceiro trimestre causou alarme na praça, e a preocupação não foi à toa.

O Brasil já lida com fome, inflação e desemprego em alta, risco de racionamento de eletricidade, ameaças de desordem ainda maior nas contas públicas, incompetência na gestão econômica e tumulto político. Um choque extra tornaria ainda mais sombrias as perspectivas socioeconômicas para 2022.

Alguns fatores que explicam o mau desempenho chinês no terceiro trimestre podem ser passageiros. A China adota política de tolerância zero em relação à Covid. Um aumento do número de casos que no Brasil seria imperceptível provocou o fechamento de regiões e unidades importantes de produção.

Uma crise de energia levou a cortes de eletricidade e altas explosivas do preço do carvão e do gás. O risco de falência de empresas do setor imobiliário gerou incerteza e fez o setor de construção pisar no freio.

Por ora, não parece que o crescimento irá desacelerar além do que, faz algum tempo, está visível nas projeções para a economia chinesa.

De 2001 a 2014, a China cresceu em média 10% ao ano. De 2015 a 2019, a taxa baixou para ainda impressionantes 6,7% ao ano. Agora, talvez esteja se encaminhando para o patamar de 5%. A troca de marcha já teve, tem e terá efeitos mais duradouros por aqui.

Quanto às demais economias centrais, a recuperação segue em passo acelerado. No ano que vem, os Estados Unidos e os países da União Europeia devem crescer em torno de 4,5%. No Brasil, o crescimento desde 2017 é dos menores se comparado com a média mundial nas últimas seis décadas, sem contar os períodos de recessão e este ano.

O país não tem conseguido aproveitar as oportunidades criadas pela aceleração da atividade nessas grandes economias.

O Brasil ainda não sabe como lidar com a chamada "transição verde", que oferece possibilidades e riscos —consumo maior de certos produtos e restrições de caráter ambiental a outros, além de transformações tecnológicas que podem tornar o seu parque industrial ainda mais obsoleto.

Decerto um crescimento menor na China afetará a procura de bens da indústria extrativa nacional, como ferro e petróleo, o que em geral pode afetar o nível de investimento. Mas a integração econômica com o restante do mundo, aliás mínima no caso do Brasil, pode se dar por caminhos variados.

De mais fundamental, o país não consegue aumentar a eficiência de sua economia nem preparar o Estado para tarefas novas e mais necessárias. Parado faz décadas, seu problema maior não é um trimestre ruim na China —nem hoje, nem amanhã, nem no longo prazo.

Homicídios impunes

Índices pífios de esclarecimento de assassinatos e apagão estatístico apontam descaso na segurança

De cada dez casos de homicídio, somente quatro são esclarecidos no Brasil, de acordo com uma pesquisa apresentada pelo Instituto Sou da Paz na semana passada.

A taxa nacional, de 44%, indica avanço em relação a anos anteriores, quando o número de assassinatos esclarecidos não passou de 32% dos casos, mas ainda assim contrasta com a realidade de outros países.

Nos Estados Unidos, a taxa equivalente se aproxima de 60%, e um estudo da Organização das Nações Unidas encontrou porcentuais ainda maiores na Europa e na Ásia.

Esta é a quarta edição anual do levantamento do Instituto Sou da Paz, e os pesquisadores se depararam novamente com enormes dificuldades para obter dados de qualidade das autoridades estaduais.

Foram requisitados aos Ministérios Públicos e aos Tribunais de Justiça dos estados informações sobre todos os homicídios dolosos, com intenção de matar, ocorridos em 2018 e esclarecidos até 2019.

Das 27 unidades da Federação, 6 não enviaram dados e 4 deram informações incompletas, sendo excluídas da contagem nacional.

A falha reforça outras evidências de que o Brasil enfrenta um apagão estatístico nessa área. Segundo o Atlas da Violência de 2021, cerca de 17 mil mortes violentas ocorridas em 2019 foram computadas como indefinidas, sem justificativa.

O novo estudo apontou também enorme desigualdade entre as polícias estaduais. Rio de Janeiro, com apenas 12% de mortes elucidadas, e Paraná, com 14%, figuram entre os estados com pior desempenho.

A impunidade dos crimes obstrui o acesso das famílias das vítimas à Justiça, amplificando os efeitos perversos do morticínio de jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades.

O número de homicídios registrados no país voltou a aumentar no ano passado, após dois anos seguidos de queda, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Verbas destinadas a programas que poderiam ajudar a elucidar os delitos, como o desenvolvimento de um sistema de análise balística e um banco de perfis genéticos para comparação de amostras colhidas em cenas de crimes, têm sido reduzidos no governo Jair Bolsonaro.

Com homicídios em alta, mais armas em circulação e sem ferramentas de inteligência para as investigações, ficará mais difícil melhorar os índices de elucidação de crimes. Às famílias das vítimas, restará a constatação de que seguirão ignoradas pelos que deveriam protegê-las.

A tragédia se impôs

Hélio Schwartsman

Quando a CPI da Covid começou, avaliei que ela seria capaz de produzir um relatório forte, mas não o impeachment de Bolsonaro. No plano objetivo, não há o que mudar na análise, mas, no subjetivo, vejo-me obrigado a morder a língua. A comissão se saiu bem melhor do que eu esperava.

Não é que eu tenha recobrado a fé em CPIs. Continuo achando que elas não são bons instrumentos de investigação. Fora uns poucos parlamentares, em geral com experiência como delegados ou promotores, os membros dessas comissões não sabem instruir um processo nem estão muito interessados nisso. Sua prioridade é criar fatos políticos e produzir imagens em que apareçam bem, para usá-las na próxima campanha eleitoral. Politicamente, o mais frequente é que os núcleos oposicionista e governista mantenham certa paridade de armas, o que garante que as comissões não avancem muito (se vocês investigarem nossos amigos, nós investigaremos os seus).

A CPI da Covid fugiu a esse roteiro, antes de mais nada, porque o governo, em suas múltiplas incompetências, não foi capaz de articular-se com os partidos que o apoiam para que indicassem membros alinhados ao Planalto. A comissão acabou ficando com uma composição pouco sensível aos interesses do governo, o que lhe permitiu agir com independência.

O ingrediente mais importante, porém, foi a magnitude do desastre. A Covid matou mais de 600 mil brasileiros, ou 286 de cada 100.000 habitantes. Só epidemias e guerras produzem morticínios desse calibre. E uma parte desses óbitos era evitável. Essa é uma história que não havia como ignorar, e a CPI foi o único canal institucional pelo qual ela pôde ser contada, já que a Câmara e a PGR optaram por não se mexer. Sem a CPI, não se teria consolidado na população a percepção de que o governo federal fracassou miseravelmente em sua missão de enfrentar a pandemia —o que basta para garantir-lhe um lugar na história.

helio@uol.com.br

Bolsonaro e a emergência

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro dizia, em dezembro de 2020, que o país vivia "um finalzinho de pandemia", mas era também um negacionista da crise econômica. À época, o presidente avisava que o auxílio emergencial seria interrompido na virada do ano porque a prioridade do governo era manter as contas públicas em equilíbrio.

O Planalto nunca deu muita bola para o controle de gastos, como mostram as despesas generosas com benefícios para caminhoneiros, policiais e outros integrantes da base que apoia Bolsonaro. O presidente provou também que não ligava para uma situação que se agravaria na população mais pobre.

Para Bolsonaro, a emergência não é a fome de quem perdeu renda na pandemia. Ele só se mexeu nessa área ao ver seu futuro político ameaçado. Quando a popularidade do presidente despencou, no início do ano, o governo voltou a pagar o auxílio por alguns meses. Agora, improvisa um novo programa para recuperar fôlego na corrida pela reeleição.

O time de Bolsonaro arquiteta uma gambiarra com cara de benefício social. O governo quer manter o valor fixo do Bolsa Família em R$ 189, mas inventou um complemento temporário para levar o pagamento a R$ 400 até o fim do mandato. Além da manobra, uma parte das despesas deve ficar fora do teto que limita o crescimento de gastos públicos.

Bolsonaro atropelou as restrições da equipe econômica porque avistou um abismo político com o fim do auxílio emergencial, no fim de outubro. Na primeira interrupção, em janeiro, a popularidade do presidente entre os mais pobres caiu de 37% para 27%. Desde então, mesmo com a retomada do pagamento em valores menores, esse índice foi a 17%.

Durante o governo, o presidente tratou a fome e a proteção social como degraus políticos. Afirmou que as restrições à economia provocariam saques que nunca ocorreram, ameaçou cobrar de governadores a conta do auxílio e chamou de idiota quem afirma que é preciso comprar feijão em vez de fuzil. Não será diferente em 2022.

Ele nem me batia

Mariliz Pereira Jorge

Há exatos cinco anos, escrevi nesta **Folha** a crônica "Ele era tão bom para mim, nem me batia". Era um compilado sobre violência psicológica, inspirado em situações vividas por mim e por outras mulheres. O texto mostrava que as agressões nem sempre deixam marcas físicas, mas podem estrangular uma mulher emocionalmente.

Recorro ao mesmo título porque o assunto está sob holofotes com a estreia da série Maid (Netflix). A protagonista, Alex, 25 anos, foge com a filha de três anos da casa onde vivia uma relação abusiva com o marido. Sem dinheiro e sem ter para onde ir, procura ajuda num serviço social e diz que não fez nenhuma denúncia porque "não sofreu violência de verdade".

Assim como para Alex, "violência de verdade" para nossa sociedade é aquela que deixa rastros visíveis: um olho roxo, uma costela quebrada, as mãos cortadas, morte. É uma realidade com a qual passamos a lidar diariamente nos últimos anos, quando as denúncias aumentaram e o poder público teve que encarar uma epidemia até então silenciosa: a da violência doméstica.

A série não deixa dúvidas de que as agressões psicológicas são ramificações perigosas da brutalidade que permeia algumas relações e é um assunto que ainda precisa ser mais discutido, debatido, noticiado. A maioria das vítimas nem se reconhece como tal. Não entendem como violência os abusos psicológicos aos quais são submetidas.

Maus-tratos, intimidação, controle financeiro, profissional e social e chantagens são assimilados como parte do relacionamento, não como cerceamento, opressão, ameaça. Além da falta de entendimento, há questões como vergonha, medo, dependência emocional e, principalmente, a dificuldade em provar tais situações.

Sem essa clareza, a vítima se afunda cada vez mais, não consegue pedir socorro, agradece porque ao menos não apanha, mas continua sendo violentada todos os dias.

Para onde vamos?

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). Escreve às quartas

Dizer que o crescimento econômico é um "estado de espírito", não significa, obviamente, dizer que ele se materializa espontaneamente sem as adequadas condições objetivas.

De um lado, é necessário que haja disponibilidade apropriada de fatores de produção e incorporação de novas tecnologias. De outro, é preciso estabilidade macroeconômica e um governo que não iniba nem coloque entraves ao "espírito animal" dos empresários, que tomam o risco hoje para viabilizar o que antecipam como demanda futura.

A opacidade sobre o futuro próximo é areia na engrenagem do crescimento. O adiantamento do calendário eleitoral reforça a turbulência política em um ambiente já propício a incertezas. São quase dois anos imersos nas consequências da maior pandemia dos últimos cem anos, que, à parte as tragédias humana e sanitária, potencializou as agruras de um país com dificuldades, há de muito, em retomar a trajetória do crescimento inclusivo sustentado.

Os rumos necessários para a economia no curto prazo, vetor indispensável nesse ambiente, não foram apresentados de maneira clara e coerente até agora. Versões distintas dos mesmos projetos são apresentadas e desmentidas pelo menos duas vezes por semana há mais de um ano e meio, o que atrapalha a organização do sistema econômico, já que dificulta a construção dos cenários prováveis.

Apenas um dos exemplos: o necessário reforço ao programa Bolsa Família no contexto atual segue sendo uma incógnita, embora já se soubesse que seria necessário desde o começo do ano passado. Bolsonaro ameaçou com cartão vermelho técnicos que cogitaram a reformulação de programas existentes para acomodar um auxílio melhor, mais focalizado e mais eficiente. Desde então, perderam-se objetivos, estimativas de custeio e fontes factíveis de receita. Não se sabe mais como o programa será viabilizado, o que ele representa para o arcabouço fiscal vigente nem sequer quem ele pretende atender.

Tal expediente, que se arrasta, é preciso repetir, há mais de ano, engorda a cauda dos cenários adversos do ponto de vista fiscal, o que, por evidente, se reflete em preços como a taxa de câmbio, que se desvaloriza e reforça em magnitude a elevação do preço dos alimentos, dos combustíveis etc.

Mais do que isso, o estado permanente de incerteza sobre o que se pretende fazer e onde queremos estar ao final de 2022 murcha paulatinamente as expectativas de crescimento futuro, como temos visto.

Empresários postergam seus planos de investimentos, e os consumidores, seu consumo, levando à materialização de uma triste profecia autorrealizável.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A transformação da educação pública

Experiência do ensino remoto resultou em ganho pedagógico permanente

João Doria
Governador de São Paulo (PSDB), ex-prefeito de São Paulo (jan.2017 a abr.2018) e empresário

No mundo inteiro, a pandemia tirou alunos e professores da sala de aula. Mas, em São Paulo, enquanto o ensino avançava pela internet, escolas e governo trabalharam para criar as bases da maior transformação na educação pública do estado. Se no auge da crise sanitária foi preciso investir no SUS e em vacinas, agora é essencial recuperar o prejuízo provocado pela interrupção do ensino presencial. Devemos aproveitar essa urgência para consolidar uma mudança definitiva na qualidade do ensino.

Em São Paulo, as duas coisas andam juntas. Na volta às escolas, a transformação é visível e avança a cada dia. A começar pela expressiva ampliação do ensino em tempo integral. Viabilizamos cinco vezes mais escolas e nove vezes mais alunos do que em 2018. Serão 2.000 escolas e mais de 1,1 milhão de alunos nessa modalidade, antecipando em dois anos a meta nacional de 25% dos alunos matriculados em jornada ampliada.

O ensino de tempo integral assegura melhoria no aprendizado. No primeiro ano do programa, as escolas têm um aumento médio de 32% no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Em 2019, as escolas paulistas avançaram no Ideb, mas as do Programa de Ensino Integral dobraram esse resultado.

A experiência do ensino remoto também resultou em ganho pedagógico permanente. Estamos investindo R$ 1,5 bilhão para conectar a comunidade escolar com banda larga, chips para celular, notebooks, tablets e televisores. Já dobramos a velocidade de conexão, em comparação a 2019. E vamos garantir internet de 100 MB em todas as escolas estaduais até junho de 2022.

A educação pública de São Paulo também inovou e recebeu reconhecimento internacional. O Centro de Mídias foi eleito pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) uma das seis melhores iniciativas na América Latina durante a pandemia. O serviço oferece conteúdos pedagógicos para o ensino online.

Em 2021, São Paulo se tornou o primeiro estado a implantar o novo ensino médio, com currículo mais flexível. Equipamos laboratórios de tecnologia e robótica. E, em 2022, mais de 600 mil alunos do 1º ao 5º ano do fundamental terão aulas de inglês. O ensino público estadual se torna mais atraente, contemporâneo e inclusivo.

Todas essas inovações acontecem num ambiente mais acolhedor. Desde setembro de 2019, quando a Assembleia Legislativa aprovou o programa Dinheiro Direto na Escola, transferimos R$ 2,7 bilhões para reformas e melhorias. Em média, cada escola recebe repasse anual 34 vezes maior e pode fazer em dias a obra que aguardava há meses. Assim, mais de 4.900 escolas reformaram banheiros e outras 2.100 melhoraram cozinhas e refeitórios.

> [...]
>
> A partir de outubro, estamos garantindo o retorno de 300 mil jovens que precisaram ajudar suas famílias a obter renda na pandemia. Eles receberão uma bolsa de R$ 1.000 para o ano letivo, desde que participem de 80% das aulas, tarefas de reforço e provas de avaliação

Hoje, existem escolas com bibliotecas-modelo, salas de música, laboratórios de tecnologia e robótica e quadras esportivas preservadas. Na nossa gestão, adquirimos 546 mil bolas de basquete, futebol, handebol, vôlei e tênis de mesa. O transporte escolar recebeu 857 ônibus novos em 460 municípios. Ampliamos a participação da agricultura familiar com produtos frescos na merenda. São refeições mais nutritivas, preparadas em cozinhas mais equipadas e refeitórios reformados. Dignidade e respeito pelos alunos, a maioria de famílias vulneráveis.

A partir de outubro, estamos garantindo o retorno de 300 mil jovens que precisaram ajudar suas famílias a obter renda na pandemia. Eles receberão uma bolsa de R$ 1.000 para o ano letivo, desde que participem de 80% das aulas, tarefas de reforço e provas de avaliação. Outra iniciativa fundamental é o programa Dignidade Íntima, que oferece absorventes a alunas em situação vulnerável e evita a evasão escolar decorrente da pobreza menstrual.

Graças à vacinação, podemos fazer escolhas. A principal delas é apoiar os mais pobres e transformar gerações. A volta às escolas não significa o retorno ao ponto anterior à pandemia. A escola de São Paulo é o ponto de partida para construir um futuro de cidadania, modernidade, liberdade e prosperidade. Viva a educação!

Não há frente ampla sem protagonismo feminino

Somos nós, unidas, que teremos a capacidade de rompermos a outro futuro

Quando o hoje presidente da República disse publicamente a uma deputada federal que só "não a estupraria porque ela não merecia", a violência atingia em cheio a todas as mulheres, de diferentes partidos e ideologias, que constroem a luta política neste país machista e dominado por homens nos diferentes espaços de poder. A frase, ainda repetida com orgulho anos depois a um jornal do Rio Grande do Sul, mostra que Jair Bolsonaro construiu a sua ascensão desde cedo buscando atacar as vozes femininas que o denunciavam e que já sabiam, desde então, o que ele representava.

Hoje, entre as tragédias desse governo, em meio às 600 mil mortes de Covid-19 e à brutal crise social, percebe-se que as investidas contra os direitos das mulheres continuam fortes. Nos últimos dias, o covarde veto presidencial à distribuição de absorventes a mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidade, no projeto de lei 4.698/19, por exemplo. Enquanto a situação desumana da pobreza menstrual segue a envergonhar o Brasil, seguimos com um governo conhecido pela sua ofensiva contra nossos direitos.

Porém, ao passo que o bolsonarismo e sua política da misoginia continuam iguais, causa desânimo avaliar que, na construção da oposição e do resgate democrático, sejam ainda tão poucos os espaços de protagonismo feminino. São quase todos homens os que aparecem a conduzir esse movimento, os que opinam e formam opinião.

Além disso, recentemente, o calor das críticas e questionamentos a figuras públicas nas alianças e articulações da luta política parece que está cada vez mais agressivo quando se trata das posições de uma mulher. Na construção das manifestações contrárias ao governo federal, que reuniram da esquerda à direita, não foram isoladas as ofensas de cunho sexual, ameaças de violência e ataques pessoais desrespeitosos às mulheres envolvidas.

> [...]
>
> Ao passo que o bolsonarismo e sua política da misoginia continuam iguais, causa desânimo avaliar que, na construção da oposição e do resgate democrático, sejam ainda tão poucos os espaços de protagonismo feminino. São quase todos homens os que aparecem a conduzir esse movimento, os que opinam e formam opinião

No ano de 2018, as mulheres foram protagonistas das maiores manifestações populares de denúncia e resistência ao projeto político que está aí. O movimento do #EleNão levou para as ruas uma multidão de mulheres que compreendiam a centralidade feminina para a defesa do Brasil e das vidas que aqui estão. Somos a maioria da população. Somos também a maioria do eleitorado. Somos chefes de família em muitos lares, líderes comunitárias, estudantes, trabalhadoras, empreendedoras, profissionais da saúde, representantes políticas. Somos muitas.

A crise da Covid-19, que já vitimou tantas brasileiras, também ajudou a piorar a vida de outras que lidam com os efeitos do colapso econômico, com o aumento da violência doméstica, o excesso de trabalho, as insuficientes políticas de saúde e proteção para a mulher. E somos nós que teremos a capacidade de, unidas, rompermos a um outro futuro. Ocupemos nosso espaço. Elas sim, pelo Brasil.

Bruna Brelaz, presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes); **Isa Penna**, deputada estadual (PSOL-SP); **Simone Tebet**, senadora (MDB-MS); e **Tabata Amaral**, deputada federal (PSB-SP)

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Charge de Benett publicada na página A2 da Folha nesta terça-feira (19)

Enquanto isso

A foto das pessoas garimpando alimentos no caminhão de lixo em Fortaleza tornou a genial charge de Benett muito mais emblemática. Nesta triste realidade, não há como não lembrar da citação de Ariano Suassuna: "O cachorro não gosta de osso; ele o rói na esperança de achar um resquício de carne". Enquanto isso, o trem da poesia de Solano Trindade continua a soar: "Tem gente com fome".
José Roberto Machado (São Paulo, SP)

Pizza e samba

Independentemente do relatório final, o maior mérito da CPI sem dúvida foi o de ter exposto a incompetência, o negacionismo e a ignorância, no duplo sentido da palavra, do governo federal em relação à pandemia. Agora, alguém dizer que os protagonistas da comissão não tiveram interesse político nenhum e que não visaram, entre outras coisas, as eleições do ano que vem, é de um cinismo inaceitável. O racha envolvendo o relatório que o diga. A CPI, de fato, não acabou em pizza, mas certamente resvalou o terreno do samba.
Luciano Harary (São Paulo, SP)

Carne

A **Folha** trouxe uma boa notícia para os amantes do churrasco ("Pequim mantém veto à carne brasileira e preocupa setor", Mercado, 19/10). O preço da carne deverá baixar no mercado interno. Quanto à China, terá várias opções de onde se abastecer, como a Austrália, o Japão, que produz a melhor carne do mundo, e até mesmo o nosso vizinho Uruguai — o que permitirá que os chineses apreciem um "asado de tira". Sorte deles...
Américo Utumi (São Paulo, SP)

Sem teto

"Bolsonaro quer que Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família, chegue a R$ 400" (Mercado, 19/10). E a história se repete: de um lado, pessoas famintas, desempregadas e sem esperança. De outro, um governo ineficaz, cruel, ganancioso e obcecado pelo poder. Até quando? Até quando?
Maria Izabel Lima (Fortaleza, CE)

*

Ué, mas o programa Bolsa Família não era esmola e o que o povo quer é trabalhar? Já que o golpe não deu certo, agora ele vai pela cabeça de seus asseclas malucos de que é preciso comprar os pobres para ganhar as eleições! Mas não detestam os pobres que "se insurgem" e ousam ir para Miami em vez de irem para Cachoeira de Itapemirim. É melhor ja ir aceitando a derrota.
Maurício Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Xingando o papa

"Deputado bolsonarista pede desculpas após chamar arcebispo e papa de vagabundos" (Poder, 18/10). Não, não está desculpado.
Maria Antonia Di Felippo
(São Caetano do Sul, SP)

*

As ofensas proferidas pelo deputado Frederico D'Ávila (PSL), na tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo, dirigidas ao papa Francisco e ao episcopado brasileiro, merecem punição exemplar, incluindo a cassação do mandato, tal a gravidade do fato. As pessoas, independentemente da crença que professam, não aceitam apenas um simples pedido de desculpas. A imunidade parlamentar exige limites. Aos caluniados a nossa solidariedade.
Geraldo Tadeu Santos Almeida
(São Paulo, SP)

*

Enquanto persistirmos com esse malfadado jeitinho brasileiro, este país vai continuar "isso aí". As pessoas (de bem?) continuam proferindo impropérios, destruindo reputações e ameaçando. Depois pedem desculpas e fica tudo bem?
Adeilson Quinto
(Itabuna, BA)

*

O tucano Carlos Pignatari, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, tem que descer do muro e levar o caso desse parlapatão grosseiro e mal-educado para a Comissão de Ética da casa para possibilitar a sua cassação. Não adianta agora esse lacaio defensor de miliciano psicopata e genocida que promove a pátria armada dar uma de covarde e pedir desculpas.
Wilson Kfouri (São Paulo, SP)

*

Até nisso esse deputado tenta imitar seu "chefe", pois fala uma coisa num dia e arrega no outro! Nada como um dia após o outro para desmascarar a coragem dos bolsonaristas.
Heliton Amaral
(Ribeirão Preto, SP)

Fuga de cérebros

Quando investigadores fazem pesquisas no estrangeiro e voltam, pensamos em circulação de cérebros. Quando governos ameaçam pesquisadores com privação de direitos, prisão, tortura ou morte, falamos de fuga de cérebros. Quando um governo, como o brasileiro, é contra a ciência e asfixia instituições que a financiam, estamos vendo a expulsão de cérebros. Expulsar cérebros do Brasil é mais uma responsabilidade de um governo que já contribuiu com a morte de milhares de cidadãos.
Hernan Chaimovich, professor emérito do Instituto de Química da USP e ex-presidente do CNPq (São Paulo, SP)

Acusações

"Ex-ministros dos Direitos Humanos acionam STF para que Bolsonaro explique acusação de que incentivavam a pedofilia" (Poder, 19/10). Cumprimento os ex-ministros por apontarem essas questões. A ignorância e a incapacidade pensante acabam provocando atos descabidos, por vezes nefastos para a sociedade como um todo.
Beatriz Judith Lima Scoz
(São Paulo, SP)

*

É lamentável que a Justiça brasileira não alcance Bolsonaro e seus filhos. Infringem as leis, cometem corrupção, espalham ódio e mentiras, ferem reputações e tudo fica por isso mesmo. Sempre me pergunto até quando teremos uma Justiça que costuma punir os pretos e os pobres, mas, muito raramente, pune ricos e políticos.
Bianca Moreira (Brasília, DF)

Racismo

A crônica de Oswald de Andrade sobre o boxeador negro Jack Johnson, resgatada por Ruy Castro na edição desta segunda-feira ("Oswald vs. Jack Johnson", Opinião), já foi objeto de vários trabalhos acadêmicos sobre o racismo entre os modernistas e sobre a forma como o preconceito evoluiu ao longo do tempo. Da mesma forma, historiadores do futuro poderão usar as páginas de Opinião desta **Folha** para verificar como se perpetuou a naturalização do racismo, um século depois, entre editores e alguns articulistas.
Adilson Roberto Gonçalves
(Campinas, SP)

PAINEL

Camila Mattoso
painel@grupofolha.com.br

Já era

Aposta inicial de Paulo Guedes (Economia) para compensar os gastos com o Auxílio Brasil, a reforma do Imposto de Renda é considerada morta por senadores, ao menos até o final do mandato do atual governo. Segundo relatos, o próprio ministro tem reconhecido que ela não deve ser viabilizada antes do final de 2022. O texto-base foi aprovado na Câmara no começo de setembro. Ao chegar no Senado, o presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG) disse que a Casa não poderia se precipitar.

ALTERNATIVA A expectativa é a de que a solução para o custeio do Auxílio Brasil seja totalmente empacotada na PEC dos Precatórios, atualmente debatida em comissão especial da Câmara dos Deputados.

ATO Em manifestação contra a PEC da reforma administrativa do governo em tramitação na Câmara dos Deputados, servidores foram ao aeroporto de Brasília para receber parlamentares com um protesto nesta terça-feira (19).

VITAMINA C A ação consistiu na distribuição de sucos de laranja, personalizados com os nomes e as fotos dos parlamentares, para pressioná-los a se posicionarem contra a proposta que aguarda votação no plenário da Câmara.

BAGAÇO Chamada "Não seja laranja desta PEC", a campanha foi idealizada por Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União) e Sindjus-DF (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF). Alison Souza, presidente do Sindilegis, diz que os parlamentares se tornarão 'laranjas' se tiverem seus nomes associados à "reforma que propõe o desmonte do serviço público."

PAPO O ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União), participou da reunião realizada na segunda (19) entre representantes do Ministério Público e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) para debater a PEC sobre mudanças no Conselho Nacional do MP.

CONTRA Integrante do CNMP entre 2009 e 2011, Dantas é um dos principais críticos da Lava Jato e da atuação dos procuradores nas investigações da operação.

DIFERENTE Procurado, Bruno Dantas disse não ter ido à reunião para discutir a PEC, mas "apenas para defender que o Ministério Público de Contas não seja incluído na jurisdição do CNMP porque tem regime próprio."

OUTRO LADO O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de SP, Antonio Roque Citadini, tem feito defesa enfática da Prevent Senior em suas redes sociais. Ele usa termos como lavajatismo, udenismo e operação nazista para dizer que a empresa está sendo alvo de uma campanha difamatória.

NÃO POSSO Deputados tentam criar a CPI da Prevent Senior na Assembleia Legislativa de SP, que poderá acionar o TCE. Nesse caso, diz Citadini, ele se declarará impedido, já que tem exposto sua posição.

FAKE Citadini diz que a imprensa acreditou em um "dossiê fajuto", em referência ao documento elaborado por médicos que trabalhavam na Prevent que diz que hospitais da rede eram usados como laboratórios para estudos com medicamentos sem eficácia contra a Covid-19.

RECOMENDO Ele diz que a empresa tem sido atacada por ter sido identificada como bolsonarista, o que, segundo ele, ela não é. O conselheiro diz que seu único vínculo com a Prevent é o de cliente.

GRADE A TV Cultura estreará no sábado (23), às 11h30, um programa semanal sobre a Câmara Municipal de SP. O "Câmara Viva" exibirá um resumo das atividades legislativas e apresentará ferramentas para fiscalizar os vereadores.

AGENDA Centrais sindicais elaboraram proposta de incorporação do ato de rua contra Bolsonaro previsto para 15 de novembro às manifestações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

DEBATE O ato do dia 15 tem perdido força entre lideranças da campanha Fora Bolsonaro. A proposta será discutida nas próximas semanas.

VISITA À FOLHA José Roberto Maluf, presidente da Fundação Padre Anchieta, Fábio Magalhães, presidente do Conselho Curador da entidade, e Leão Serva, diretor de jornalismo da TV Cultura.

TIROTEIO

> Bolsonaro é uma tartaruga para decidir sobre Bolsa Família, vacinas, mas uma raposa para liberar armas e agrotóxicos

De Alexandre Padilha (PT-SP), deputado, sobre o recuo de Bolsonaro no anúncio do novo programa que vai substituir o Bolsa Família

com Fabio Serapião e Guilherme Seto

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 742,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 935,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.180,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.269,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.581,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

Renan pede indiciamento de 72 em CPI; acusação de genocídio sairá de relatório

Após divergências entre senadores, presidente da comissão diz que relator vai tirar do texto acusação de genocídio contra Bolsonaro

BRASÍLIA O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid, sugeriu o indiciamento de 70 pessoas e mais duas empresas, por um total de 24 crimes, em seu novo relatório final entregue na noite desta segunda-feira (18).

Na lista, além do presidente Jair Bolsonaro, há quatro ministros, três ex-ministros, duas empresas, empresários e médicos que defendem tratamentos ineficazes. O documento foi entregue em meio a um mal-estar na CPI por vazamento de minutas do parecer à imprensa nos últimos dias.

O documento foi apresentado em meio a mal-estar na CPI por vazamento de minutas do parecer à imprensa. Diante das resistências do grupo majoritário da comissão, o texto ainda deverá ter mudanças.

Na noite desta terça (19), o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), disse que Renan admitiu recuo em alguns pontos, retirando das propostas de indiciamento do presidente Jair Bolsonaro os crimes de genocídio contra a população indígena e homicídio.

As alterações foram informadas por Aziz ao deixar reunião do grupo majoritário. O encontro na casa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para acertar ajustes ao texto, porém, ainda continuava até a conclusão desta edição.

O crime de genocídio era um dos principais pontos de divergência entre Renan Calheiros e os demais membros do grupo majoritário, que controla as ações da comissão.

Em relação ao crime de homicídio, Aziz disse que seria desnecessário mantê-lo, uma vez que já consta na proposta de indiciamento o crime de epidemia com o agravante de resultar em morte.

Com isso, a proposta de indiciamento de Bolsonaro passaria a contar com 9 tipificações de crimes em vez das 11 sugeridas pelo relator.

Segundo Aziz, Renan também teria decidido retirar da proposta de indiciamento de Flávio Bolsonaro o crime de advocacia administrativa, por ter intermediado uma reunião de representantes da Precisa Medicamentos no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social).

O relator também teria concordado em retirar da lista de indiciados o secretário especial de Saúde Indígena, Robson Santos da Silva.

Inicialmente, Renan sugeriu 11 crimes a serem atribuídos ao presidente da República, incluindo homicídio qualificado, infração de medida sanitária preventiva, charlatanismo, incitação ao crime, falsificação de documento particular e emprego irregular de verbas públicas.

Além desses, prevaricação, genocídio de indígenas, crime contra a humanidade, violação de direito social e incompatibilidade com dignidade e honra e decoro do cargo.

A minuta do relatório tem 1.178 páginas, distribuídas em 16 capítulos. O senador descreve e analisa as ações do chamado "gabinete paralelo", o caso da vacina Covaxin e da negociação de imunizantes com a empresa Davati, revelada pela **Folha**, além de possíveis crimes contra povos indígenas e quilombolas.

Há ainda trechos específicos sobre a divulgação de desinformação na pandemia e a atuação da operadora Prevent Senior, entre outros.

Senador Renan Calheiros durante sessão da CPI da Covid *Pedro França/Agência Senado*

Renan também recomenda 17 mudanças em leis ou na Constituição, além do aprofundamento de apurações da Receita Federal sobre empresas do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

Já o ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde) foi apontado por Renan pelos crimes de homicídio qualificado, emprego irregular de verbas públicas e prevaricação, além de comunicação falsa de crime, genocídio de indígenas e crime contra a humanidade.

Para o senador, o atual titular da Saúde, Marcelo Queiroga, deve ser investigado por epidemia culposa com resultado morte e prevaricação.

Renan sugere ainda o indiciamento do ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e da Previdência) por incitação ao crime e genocídio de indígenas. Esse último enquadramento divide membros da CPI.

O relator ainda pede indiciamento do ministro Braga Netto (Defesa) por epidemia culposa com resultado morte. O ministro não chegou a ser ouvido pela CPI. Renan também sugere que o ministro Wagner Rosário (CGU) cometeu o crime de prevaricação.

Em sua versão mais atualizada, o relatório de Renan afirma que os três filhos mais velhos do presidente da República cometeram crimes relacionados à pandemia.

Para o relator, o senador Flávio Bolsonaro deveria ser indiciado por advocacia administrativa, incitação e improbidade administrativa. Ao deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) foi sugerido incitação ao crime, assim como ao vereador do Rio Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

No texto preliminar, o relator propõe o indiciamento de oito médicos, um diretor e dos dois donos da Prevent Senior.

O pastor Silas Malafaia, um dos conselheiros mais próximos de Bolsonaro, também estava na lista de Renan, no capítulo das fake news. O senador propõe investigação contra o líder religioso pelo crime de incitação ao crime. Aziz, porém, defendia sua exclusão.

Renan propõe indiciar ainda Osmar Terra (MDB-RS), atual deputado e ex-ministro da Cidadania de Bolsonaro, por epidemia culposa com resultado morte e incitação ao crime. O parlamentar foi um dos principais conselheiros de Bolsonaro na pandemia.

Renan afirmou que o texto ainda poderá sofrer ajustes após debates com outros senadores. "O que importa é que o relatório seja produto da maioria", disse à **Folha**.

> **Em 12 de dezembro de 2020, quando o tratamento precoce já era considerado ineficaz pela comunidade científica, o deputado [Eduardo Bolsonaro] continuava a defendê-lo e divulgá-lo para milhares de pessoas**
>
> **Renan Calheiros (MDB-AL)**
> relator da CPI em trecho do relatório final em que acusa o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) de liderar o movimento de desinformação sobre Covid-19

O senador propõe investigar a Precisa Medicamentos e a VTC Log por ato lesivo à administração pública. O relator sugere que o Ministério da Saúde faça novo processo de licitação para serviços de armazenagem de insumos do SUS, hoje realizados pela VTC.

O relatório recomenda também que o Ministério Público Federal peça condenação e reparos por dano moral coletivo à sociedade brasileira de quem promoveu o uso de medicamentos sem eficácia e a imunidade de rebanho.

Renan foi isolado por colegas da CPI após ser acusado de vazar trechos e elaborar o documento sem ouvir os demais integrantes do colegiado.

O incômodo foi geral no chamado G7, grupo de sete senadores majoritário da CPI, mas senadores tentam evitar mais conflitos e marcaram reuniões para afinar o texto.

Omar Aziz, porém, não quis mais conversas a portas fechadas sobre o relatório e desistiu de uma reunião que faria com o relator. Por isso, disse que não iria propor alterações no texto e que deixaria que o relator assuma a culpa sozinho caso o relatório fracasse.

Também pesou na decisão de Aziz o cuidado de não dar margem para o discurso de que ele estaria aliviando para Bolsonaro, caso propusesse alterações no texto.

Isto porque que os pontos em que o presidente da CPI discorda do relator Renan são os que propõem penas mais duras contra o presidente, como por genocídio indígena por Covid e ao indiciamento dos filhos de Bolsonaro.

No relatório, Renan sugere indiciar Bolsonaro, Pazuello, Onyx, o secretário da Sesai (Saúde Indígena), Robson Santos da Silva, e o presidente da Funai, Marcelo Xavier da Silva, por genocídio devido a ações do governo voltadas às populações indígenas.

O relator alega que o genocídio não está ligado ao número de vítimas, mas sim à "ação com intenção de eliminar um grupo específico, que está no núcleo do tipo penal".

O relatório também aponta o presidente Jair Bolsonaro e seus três filhos mais velhos como integrantes do "núcleo de comando" da produção e disseminação das fake news.

Segundo Renan Calheiros, o grupo tem a função de dirigir a organização e orientar estrategicamente as ações a serem realizadas.

Continua na pág. A6

poder

Renan pede indiciamento de 72 por 24 crimes em novo relatório da CPI

Continuação da pág. A4

O objetivo primordial dessa organização seria gerar engajamento da base de apoio popular ao presidente, ao tempo em que promove ataques para enfraquecer seus rivais.

O relator aponta que Carlos Bolsonaro atuou na defesa do tratamento precoce nas redes sociais, além de participar da formulação do conteúdo disseminado pelos grupos e sites de apoio ao governo.

Já Eduardo Bolsonaro é acusado de liderar o movimento de desinformação sobre a Covid no Twitter e de participar ativamente da divulgação de notícias falsas sobre a doença.

"Em 12 de dezembro de 2020, quando o tratamento precoce já era considerado ineficaz pela comunidade científica, o deputado continuava a defendê-lo e divulgá-lo", afirma o texto do relator.

O relatório sugere investigação do senador Flávio Bolsonaro por manter "relações diretas com perfis falsos e disseminadores [de fake news]", o que teria sido revelado em investigações da PF. **Constança Rezende, Julia Chaib, Mateus Vargas e Renato Machado**

Adiamento de análise sobre cloroquina foi surpresa para Conitec

BRASÍLIA Em depoimento à CPI da Covid, o representante do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) Elson Chaves afirmou que causou "surpresa" a retirada de pauta, de última hora, da análise de um parecer sobre a hidroxicloroquina na reunião da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS).

Chaves também apontou que o Ministério da Saúde havia divulgado uma nota informando a retirada de pauta do item da reunião, antes mesmo de a própria Conitec decidir sobre isso. Por outro lado, evitou afirmar que existia uma "interferência política", como vem sendo apontado.

Chaves é o representante do Conasems na Conitec.

No dia 7 de outubro, reunião da Conitec analisaria o parecer do médico Carlos Carvalho sobre o uso da hidroxicloroquina e outros medicamentos para o tratamento da Covid-19. Senadores da CPI da Covid apontaram interferência do Palácio do Planalto na retirada de pauta do parecer.

Elson Chaves, do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), depõe na CPI Pedro França/Agência Senado

"Nós nos surpreendemos com a manifestação do doutor Carlos Carvalho. Por isso solicitamos justificativas plausíveis para o pedido de retirada de pauta", afirmou Chaves.

"Nós no Conasems estávamos ansiosos na expectativa de já analisar o documento. É uma expectativa dos gestores de saúde ter uma posição técnica para que a gente possa organizar os serviços e orientar os profissionais", disse.

O representante do Conasems na Conitec ainda afirmou que todos os membros da comissão ficaram sabendo da mudança na pauta durante a reunião. Além disso, descobriram depois que o Ministério da Saúde já havia divulgado uma nota informando que o parecer não seria analisado. **MV e RM**

Sugestões de indiciamentos pelo relator da CPI da Covid

- **1) Jair Messias Bolsonaro** Presidente da República - art. 121, § 2º, I, combinado com o art. 13, § 2º, alínea a (homicídio qualificado); art. 267, caput (epidemia); art. 268, caput (infração de medida sanitária preventiva); art. 283 (charlatanismo); art. 286 (incitação ao crime); art. 298 (falsificação de documento particular); art. 315 (emprego irregular de verbas públicas); art. 319 (prevaricação), todos do Código Penal; arts. 1º, a, b e c, 3º e 4º (genocídio de indígenas), da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956; art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); e arts. 7º, item 9 (violação de direito social) e 9º, item 7 (incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo), crimes de responsabilidade previstos na Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950;
- **2) Eduardo Pazuello** ex-ministro da Saúde – art. 121, § 2º, I, combinado com o art. 13, § 2º, alínea a (homicídio qualificado); art. 267, caput (epidemia); art. 315 (emprego irregular de verbas públicas); art. 319 (prevaricação) e art. 340 (comunicação falsa de crime), todos do Código Penal; arts. 1º, a, b e c, e 4º (genocídio de indígenas), da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **3) Marcelo Antônio C. Queiroga Lopes** Ministro da Saúde - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte) e art. 319 (prevaricação), ambos do Código Penal;
- **4) Onyx Dornelles Lorenzoni** Ex-ministro da Cidadania e ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal e arts. 1º, a, b e c, e 4º (genocídio de indígenas), da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;
- **5) Ernesto Henrique Fraga Araújo** Ex-ministro das Relações Exteriores - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte) e art. 286 (incitação ao crime), combinado com art. 29; todos do Código Penal;
- **6) Wagner De Campos Rosário** Ministro-chefe da Controladoria Geral da União - art. 319 (prevaricação) do Código Penal;
- **7) Robson Santos da Silva** Secretário Especial de Saúde Indígena - SESAI - arts. 1º, a, b e c, e 4º (genocídio de indígenas), da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;
- **8) Marcelo Augusto Xavier da Silva** Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) - arts. 1º, a, b e c, e 4º (genocídio de indígenas), da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;
- **9) Antônio Elcio Franco Filho** Ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde - art. 121, § 2º, I, combinado com o art. 13, § 2º, alínea a (homicídio qualificado); art. 267, caput (epidemia), do Código Penal; art. 10, VI e XII, e art. 11, I (improbidade administrativa), todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **10) Mayra Isabel Correia Pinheiro** Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte), e art. 319 (prevaricação), ambos do Código Penal; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **11) Roberto Ferreira Dias** Ex-diretor de logística do ministério da Saúde - art. 317, caput, do Código Penal (corrupção passiva); art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013; art. 10, XII e art. 11, I (improbidade administrativa), todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **12) Cristiano Alberto Hossri Carvalho** Representante da Davati no Brasil - art. 171, § 3º, c/c art. 155, IV, a, da Lei nº 3.807, de 1960) (estelionato previdenciário), e art. 333, caput, ambos do Código Penal (corrupção ativa);
- **13) Luiz Paulo Dominguetti Pereira** Representante da Davati no Brasil - art. 333, caput, do Código Penal (corrupção ativa);
- **14) Rafael Francisco Carmo Alves** Intermediador nas tratativas da Davati - art. 333, caput, do Código Penal (corrupção ativa);
- **15) José Odilon Torres da Silveira Júnior** Intermediador nas tratativas da Davati - art. 333, caput, do Código Penal (corrupção ativa);
- **16) Marcelo Blanco da Costa** Ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde e intermediador nas tratativas da Davati - art. 333, caput, do Código Penal (corrupção ativa);
- **17) Emanuela Batista De Souza Medrades** Diretora-Executiva e responsável técnica farmacêutica da empresa Precisa - arts. 299, caput (falsidade ideológica), 304 (uso de documento falso) e 347 (fraude processual), todos do Código Penal; art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013; e art. 10, VI e XII, e art. 11, I (improbidade administrativa), combinados com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **18) Túlio Silveira** Consultor jurídico da empresa Precisa - arts. 299, caput (falsidade ideológica), 304 (uso de documento falso), ambos do Código Penal; art. 10, VI e XII, e art. 11, I (improbidade administrativa), combinados com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **19) Airton Antonio Soligo** Ex-assessor especial do Ministério da Saúde - art. 328, caput (usurpação de função pública);
- **20) Francisco Emerson Maximiano** Sócio da empresa Precisa - arts. 299, caput (falsidade ideológica), 304 (uso de documento falso), 347 (fraude processual) e 337-L, inciso V (fraude em contrato), todos do Código Penal; art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013; art. 10, VI e XII, e art. 11, I (improbidade administrativa), combinados com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **21) Danilo Berndt Trento** Sócio da empresa Primarcial Holding e Participações Ltda e diretor de relações institucionais da Precisa - 337-L, inciso V (fraude em contrato) do Código Penal; art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013; art. 10, XII, e art. 11, I (improbidade administrativa), combinados com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **22) Marcos Tolentino da Silva** Advogado e sócio oculto da empresa Fib Bank - art. 337-L, inciso V (fraude em contrato), combinado com art. 29, ambos do Código Penal; art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013; e art. 10, XII, e art. 11, I (improbidade administrativa), combinados com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **23) Ricardo José Magalhães Barros** Deputado Federal - art. 286 (incitação ao crime) e art. 321 (advocacia administrativa), ambos do Código Penal; art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013; e art. 10, XII (improbidade administrativa) da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **24) Flávio Bolsonaro** Senador da República - art. 321 (advocacia administrativa) e art. 286 (incitação ao crime), ambos do Código Penal; art. 10, XII (improbidade administrativa) da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **25) Eduardo Bolsonaro** Deputado Federal - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **26) Bia Kicis** Deputada Federal - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **27) Carla Zambelli** Deputada Federal - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **28) Carlos Bolsonaro** Vereador da cidade do Rio de Janeiro - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **29) Osmar Gasparini Terra** Deputado Federal - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte), e art. 286 (incitação ao crime), ambos do Código Penal;
- **30) Fábio Wajngarten** Ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do Governo Federal - art. 319 (prevaricação) e art. 321 (advocacia administrativa), ambos do Código Penal;
- **31) Nise Hitomi Yamaguchi** Médica participante do gabinete paralelo - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte), do Código Penal;
- **32) Arthur Weintraub** Ex-assessor da Presidência da República e participante do gabinete paralelo - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte), do Código Penal;
- **33) Carlos Wizard Martins** Empresário e e participante do gabinete paralelo - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte); e art. 286 (incitação ao crime), ambos do Código Penal;
- **34) Paolo Marinho De Andrade Zanotto** biólogo e e participante do gabinete paralelo - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte), do Código Penal;
- **35) Luciano Dias Azevedo** Médico e e participante do gabinete paralelo - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte) do Código Penal;
- **36) Mauro Luiz De Brito Ribeiro** Presidente do Conselho Federal de Medicina - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte) do Código Penal;
- **37) Walter Souza Braga Netto** Ministro da Defesa e Ex-Ministro Chefe da Casa Civil - art. 267, § 2º (epidemia culposa com resultado morte) do Código Penal;
- **38) Allan Lopes Dos Santos** Blogueiro suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **39) Paulo De Oliveira Eneas** Editor do site bolsonarista Crítica Nacional suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **40) Luciano Hang** Empresário suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **41) Otávio Oscar Fakhoury** Empresário suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **42) Bernardo Kuster** Diretor do Jornal Brasil Sem medo, suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **43) Oswaldo Eustáquio** Blogueiro suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **44) Richards Pozzer** Artista gráfico supeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **45) Leandro Ruschel** Jornalista suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **46) Carlos Jordy** Deputado Federal - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **47) Silas Malafaia** Pastor suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **48) Filipe G. Martins** Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **49) Tércio Arnaud Tomaz** Assessor especial da Presidência da República - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **50) Roberto Goidanich** Ex-presidente da FUNAG - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **51) Roberto Jefferson** Político suspeito de disseminar fake News - art. 286 (incitação ao crime) do Código Penal;
- **52) Raimundo Nonato Brasil** Sócio da empresa VTCLog - art. 333, caput (corrupção ativa) do Código Penal; e art. art. 11, I (improbidade administrativa), combinado com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **53) Andreia Da Silva Lima** Diretora-executiva da empresa VTCLog - art. 333, caput (corrupção ativa) do Código Penal; e art. 11, I (improbidade administrativa), combinado com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **54) Carlos Alberto De Sá** Sócio da empresa VTCLog - art. 333, caput (corrupção ativa) do Código Penal; e art. 11, I (improbidade administrativa), combinado com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **55) Teresa Cristina Reis De Sá** Sócia da empresa VTCLog - art. 333, caput (corrupção ativa) do Código Penal; e art. 11, I (improbidade administrativa), combinado com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **56) José Ricardo Santana** Ex-secretário da Anvisa - art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013;
- **57) Marconny Nunes Ribeiro Albernaz De Faria** Lobista - art. 2º, caput (formação de organização criminosa) da Lei nº 12.850, de 2013;
- **58) Daniella De Aguiar Moreira Da Silva** Médica da Prevent Senior - art. 121, caput, combinado com os arts. 13, § 2º, alínea b, e 14, todos do Código Penal;
- **59) Pedro Benedito Batista Júnior** Diretor-executivo da Prevent Senior - arts. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem), 269 (omissão de notificação de doença) e 299, caput (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **60) Paola Werneck** Médica da Prevent Senior - art. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem) do Código Penal;
- **61) Carla Guerra** Médica da Prevent Senior - art. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem) do Código Penal; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **62) Rodrigo Esper** Médico da Prevent Senior - art. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem) do Código Penal; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **63) Fernando Oikawa** Médico da Prevent Senior - art. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem) do Código Penal; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **64) Daniel Garrido Baena** Médico da Prevent Senior -art. 299, caput (falsidade ideológica) do Código Penal;
- **65) João Paulo F. Barros** Médico da Prevent Senior -art. 299, caput (falsidade ideológica) do Código Penal;
- **66) Fernanda De Oliveira Igarashi** Médica da Prevent Senior - art. 299, caput (falsidade ideológica) do Código Penal;
- **67) Fernando Parrillo** Dono da Prevent Senior - arts. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem), 269 (omissão de notificação de doença) e 299, caput (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **68) Eduardo Parrillo** Dono da Prevent Senior - arts. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem), 269 (omissão de notificação de doença) e 299, caput (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **69) Flávio Adsuara Cadegiani** Médico que fez estudo com proxalutamida - art. 7º, k (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);
- **70) Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda.** art. 5º, IV, d (ato lesivo à administração pública) da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- **71) Emanuel Catori** Sócio da Belcher Farmacêutica, empresa que atuou como intermediária do laboratório chinês CanSino na negociação com o Ministério da Saúde pelo fornecimento de 60 milhões de doses da vacina Convidecia ao custo de R$ 5 bilhões. Art. 11, I (improbidade administrativa), combinado com art. 3º, todos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;
- **72) VTC Operadora Logística Ltda - VTCLog** art. 5º, IV, d (ato lesivo à administração pública) da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A cloroquina que ameaça a CPI

Os senadores fizeram um grande serviço

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Os senadores da CPI trabalharam direito. Mostraram as conexões do charlatanismo com a picaretagem e a má administração da saúde numa pandemia que já matou mais de 600 mil pessoas. Num país onde o presidente da República falou na "gripezinha" e reclamou dos "maricas" que se protegiam contra o vírus, isso é muita coisa.

Na reta final, como se tivesse tomado cloroquina, a CPI foi vitimada pelos efeitos colaterais provocados pelo teatro que lhe deu fama.

Uma coisa foram as investigações, em cuja retaguarda trabalhou uma infantaria competente. Outra foi o espetáculo que mostrava ao vivo e a cores charlatães, picaretas e profissionais de saúde honestos. Ele produziu também momentos de policialismo e teatro. Mesmo assim encurralou a retórica do negacionismo do governo, do ministro-general Pazuello e de seu sucessor, o coronel Queiroga, da cepa dos senhores de engenho. Quando ele mostrou o dedo, não foi apenas mal educado. Acima de tudo informou que ao presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia não restava outra forma de expressão.

Um relatório com mais de mil páginas resultará em manchetes. Depois cairá na vida real do Judiciário. Denunciar Bolsonaro como genocida poderá ser um grito de revolta. Passarão os meses e, com toda probabilidade, nenhum tribunal aceitará essa tipificação. Fica-se então numa situação em que ele parecerá ter sido exonerado, quando o próprio trabalho da CPI terá mostrado que foi incompetente, mistificador e negacionista. O polivalente general Luiz Eduardo Ramos chegou a pedir à imprensa que não mostrasse tantos sepultamentos. Basta.

Noves fora as picaretagens em torno das vacinas, da cloroquina da Prevent e da Hapvida, Bolsonaro foi acometido pela síndrome que contaminou o bunker de Hitler entre abril e maio de 1945. Com os russos nos subúrbios da cidade, os maganos do Reich brigavam entre si e cultivavam fórmulas milagrosas para sair da encrenca em que haviam se metido. Só não admitiam a rendição incondicional exigida pelos Aliados. No palácio do capitão acreditou-se em poções mágicas e em imunidade de rebanho. Só não se acreditou na letalidade do vírus.

A busca dos estrondos poderá envenenar as conclusões da CPI. Mais valerá uma denúncia baseada em fatos apurados do que uma acusação que se desmanchará no ar. Os senadores tiveram nas mãos o óbvio ululante que, por ululante, pode parecer pouco. Todo mundo tem direito a 15 minutos de fama. A CPI deu aos seus integrantes 15 semanas e todo mundo ganhou com isso. Não há motivo para exagerar.

Nos últimos 120 anos o Brasil, além da pandemia da Gripe Espanhola, penou duas grandes epidemias, a da febre amarela em 1903 e a da meningite em 1974. Em ambas apareceram charlatães da marquetagem, mas em nenhuma das duas a Presidência foi contaminada pelo negacionismo.

Rodrigues Alves, o presidente à época da Revolta da Vacina, mandou atirar contra a tropa rebelada que marchava em direção ao palácio e acabou com a crise. Andou-se para trás. Talvez para o tempo do Império, quando o poderoso Bernardo Pereira de Vasconcelos foi para a tribuna do Senado para reclamar que se exageravam os efeitos da epidemia de febre amarela. Seis dias depois, morreu, de febre amarela.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, a médica Nise Yamaguchi e o empresário Carlos Wizard podem ser alvo de ação Jefferson Rudy/Agência Senado e Pedro Ladeira/Folhapress

Renan quer cobrar dano moral coletivo de dez investigados

Ricardo Barros, Carlos Wizard e Nise Yamaguchi podem ser alvo de ação civil

BRASÍLIA O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid, quer cobrar de políticos, médicos e empresários danos morais coletivos causados na pandemia pela defesa do "kit Covid" e da imunidade de rebanho.

Na versão mais recente da minuta de relatório da CPI, Renan sugere ação civil contra o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), o deputado Osmar Terra (MDB-RS), a médica Nise Yamaguchi e o empresário Carlos Wizard.

Além deles, o relator recomenda cobrar a Prevent Senior, o ex-assessor da Presidência Arthur Weintraub, o médico Luciano Dias Azevedo, o virologista Paolo Zanotto, a Associação Médicos pela Vida e o laboratório Vitamedic.

Renan não apresenta uma estimativa do valor desse dano coletivo. As conclusões do senador sobre possíveis responsabilidades civis desses nomes constam de minuta do relatório da CPI da Covid.

Após mal-estar entre os senadores pelo vazamento do relatório, Renan deve apresentar o texto ao colegiado nesta quarta-feira (20). A votação sobre o parecer está marcada para o próximo dia 26.

O senador propõe que o MPF (Ministério Público Federal) apresente ação contra quem promoveu "de forma sistemática" a difusão do tratamento precoce com medicamentos sem eficácia para Covid-19, como a hidroxicloroquina, e estimulou a política de contaminação para adquirir imunidade de rebanho.

A sugestão de processo por dano moral coletivo aparece duas vezes no relatório, com pequenas alterações na lista de alvos do senador. O texto ainda está sendo consolidado.

Em outro trecho do relatório preliminar, ele cita ação do MPF do Rio Grande do Sul contra a associação Médicos Pela Vida. A Procuradoria pede que a entidade pague R$ 10 milhões, ou valor definido pelo juiz, por danos à saúde e moral coletivo.

Renan aponta que os nomes que devem arcar com danos morais participaram do que a CPI chama de "gabinete paralelo" ou defenderam, em outros espaços, políticas sem embasamento científico.

Uma das principais produtoras de ivermectina do Brasil, a Vitamedic bancou a publicação de anúncios da Associação Médicos pelo Brasil em defesa do tratamento precoce, como revelou a **Folha**.

O laboratório e a entidade não constam da lista de pedidos de indiciamento preliminar de Renan, diferentemente dos outros nomes que o relator sugere que paguem por danos morais coletivos.

Além de recomendar que o MPF ajuíze a ação civil e indicie Barros, o relator deve pedir que a Receita Federal aprofunde investigações sobre as empresas do líder do governo.

Renan reservou 20 páginas para descrever as ações de Barros na pandemia, nas quais cita relação do líder do governo com laboratórios que ofereceram vacinas ao Ministério da Saúde e dados de movimentações das próprias empresas de Barros.

O senador também aponta que Barros foi um defensor da política de imunidade de rebanho. O texto mostra entrevistas em que o deputado minimiza o impacto da pandemia e afirma que apenas idosos e pessoas doentes deveriam ser isolados.

"Comentou que estudos comprovam que a imunidade de vertical causa efeito mais produtivo na saúde. Diz que, se nada for feito (em relação a medidas farmacológicas), seriam necessários entre 60 e 90 dias para que a doença se espalhasse e a população alcançasse a imunidade de rebanho", diz o relatório sobre Barros.

O deputado nega as acusações da CPI e disse, nas redes sociais, que irá processar Renan por abuso de autoridade e denunciação caluniosa.

"Todos os ouvidos pela CPI, sem exceção, negaram meu envolvimento. Só por ser líder do governo ele quer me atacar no relatório da CPI", escreveu Barros, no Twitter, no dia 15.

O senador argumenta que um grupo de assessoramento informal do presidente Jair Bolsonaro era composto de defensores do tratamento precoce e da imunidade de rebanho. Eles teriam influenciado em políticas do governo e em ações da comunidade médica.

"Com atuação reiterada e sistemática, geraram risco relevante que se traduziu, ao cabo, em mais mortes e mais internações, agravando os números do Brasil em relação ao resto do mundo", afirma o relator.

Segundo o relator, o gabinete paralelo e os defensores da cura e da imunização natural produziram um conjunto de atos potencialmente danosos.

"Independentemente de culpa, e que causou, por meio da atuação do governo federal, notadamente do presidente da República, danos irreparáveis à sociedade brasileira", afirma o texto preliminar.

O senador afirma que as regras do direito buscam punir civilmente o agente pela ofensa a direitos coletivos, como o direito à saúde, é por meio reparação do dano moral coletivo.

"Pela teoria do risco, toda pessoa que exerce alguma atividade que cria um risco de dano para terceiros deve ser obrigada a repará-lo, ainda que sua conduta não se demonstre cabalmente a culpa", diz o documento.

Nise prestou depoimento à CPI em junho, na condição de convidada —por isso, não corria o risco de punição por não falar a verdade. Ao longo do depoimento, a médica defendeu o "tratamento precoce" com cloroquina e hidroxicloroquina contra a Covid-19.

Ela desviou de perguntas sobre a defesa da imunidade de rebanho e negou fazer parte de um gabinete paralelo de aconselhamento do presidente sobre a condução da pandemia.

Wizard depôs no mesmo mês e foi a primeira pessoa a permanecer em silêncio na CPI da Covid, após conseguir um habeas corpus do STF (Supremo Tribunal Federal).

O deputado Osmar Terra foi um dos principais conselheiros de Bolsonaro na pandemia. O virologista Zanotto, o médico Luciano Dias e Arthur Weintraub são apontados pela CPI como membros do "gabinete paralelo".

Já a Prevent foi acusada, em dossiê elaborado por médicos da empresa, de usar pacientes como cobaias em uma pesquisa com remédios do "kit Covid". Segundo o documento, a empresa omitiu sete mortes de pessoas tratadas com hidroxicloroquina.

De acordo com os profissionais, hidroxicloroquina foi administrada sem avisar pacientes ou parentes. O estudo foi realizado em São Paulo.

A Prevent Senior nega as acusações e afirma repudiar as denúncias. A empresa afirma ainda que tomará medidas judiciais cabíveis contra os responsáveis pelo dossiê.

"Apesar de a CPI não reunir elementos probatórios suficientes para um indiciamento por responsabilidade penal, alguns atores atraem a responsabilidade civil pela produção de risco relevante e grave, independentemente de culpa, que se traduziu em danos irreparáveis à sociedade brasileira", afirma Renan no relatório preliminar. **Constança Rezende, Julia Chaib, Mateus Vargas e Renato Machado**

Pacheco acerta ida ao PSD, 1º passo rumo a possível candidatura

Filiação deve ocorrer na semana que vem, em Brasília; presidente do Senado pode disputar o Planalto em 2022

Ranier Bragon

BRASÍLIA A pouco menos de um ano das eleições de 2022, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), anunciou a aliados que irá deixar o DEM e se filiar ao PSD na semana que vem, em cerimônia em Brasília, o primeiro passo formal para uma possível candidatura à sucessão de Jair Bolsonaro (sem partido) na Presidência da República.

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, trata Pacheco como um dos mais fortes postulantes a furar a atual polarização eleitoral entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Bolsonaro e há meses fez o convite de filiação ao presidente do Senado.

Publicamente, Pacheco diz que sua decisão sobre o tema ainda não está tomada.

"Se ela for tomada, a primeira pessoa a ser comunicada será o presidente do Democratas, ACM Neto, e os companheiros do Democratas, mas essa decisão ainda não está definida. Temos evoluído, [o PSD] é um partido pelo qual tenho muito carinho, muita consideração e estamos evoluindo nessa discussão e vamos tomar a melhor decisão", afirmou Rodrigo Pacheco nesta terça-feira (19).

A **Folha** confirmou com integrantes do PSD que a migração já está acertada para a próxima semana.

O presidente do Senado é tratado há meses pelo mundo político como candidato à Presidência, inclusive sendo alvo de críticas segundo as quais sua atuação no comando do Senado tem sido pautada mais por influência dessa pretensão eleitoral do que pela análise do mérito dos temas em questão na Casa.

Diferentemente do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), claro aliado de Bolsonaro, Pacheco tem tomado decisões, públicas e nos bastidores, que contrariam os interesses do Palácio do Planalto.

Em setembro, por exemplo, ele mandou devolver ao governo a medida provisória editada por Bolsonaro que limitava a remoção de conteúdo publicado nas redes sociais. O Senado também colocou na gaveta a proposta de reformulação do Imposto de Renda, uma das prioridades do ministro Paulo Guedes (Economia) para tentar destravar o Auxílio Brasil, que deverá substituir o Bolsa Família.

Pacheco tem mandato no Senado até 2026 e não precisa renunciar ou se afastar do cargo para poder concorrer à Presidência em outubro do ano que vem.

Apesar de o DEM ter acertado sua fusão ao PSL, o que formará a maior bancada na Câmara, no Senado os dois partidos, que passarão a se chamar União Brasil, terão um total de oito senadores. O PSD de Kassab tem 11, sendo a segunda maior bancada da Casa, atrás apenas do MDB.

Mas não é a força do Senado a principal razão da mudança.

Além de Pacheco ter o caminho livre para uma eventual candidatura à Presidência no PSD — na União Brasil ele teria concorrentes, como o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM) e o apresentador José Luiz Datena (PSL),— a configuração do partido em Minas Gerais, seu reduto eleitoral, é altamente favorável.

O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, é do PSD. E com a migração de Pacheco para o partido de Kassab, toda a bancada de senadores de Minas Gerais será do PSD —além de Pacheco, Antonio Anastasia e Carlos Viana.

Na última pesquisa do Datafolha, realizada nos dias 13, 14 e 15 de setembro, Pacheco está no pelotão da lanterna, aparecendo com 1% das intenções de voto no cenário em que seu nome é apresentado aos entrevistados.

Com a margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, ele está em empate técnico com alguns nomes que partidos tentam fazer decolar para se tornar a chamada "terceira via".

Por ora, a avaliação da maioria desses políticos é que a chance desse terceiro nome se tornar competitivo está mais ao centro e à direita, na esteira do possível maior derretimento de Bolsonaro.

Mas, igualmente, há avaliação de que a imagem de Lula sofrerá abalo quando a disputa se aproximar e ele necessariamente for alçado para mais perto dos holofotes.

De acordo com o Datafolha, no cenário em que o nome de Pacheco é apresentado, Lula lidera com 42% das intenções de voto. Bolsonaro vem em seguida, com 24%. Depois, Ciro Gomes (PDT), com 10%, João Doria (PSDB), com 5%, José Luiz Datena (PSL), com 4%, Simone Tebet (MDB), com 2% e Aldo Rebelo (sem partido), com 1%.

Pacheco tem 44 anos, nasceu em Porto Velho (RO), mas cresceu na cidade de Passos, no sul de Minas Gerais.

Ele teve um crescimento rápido na política, onde entrou após atuação como advogado criminalista (ele é formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), defendendo políticos e empresários mineiros em ações de grande repercussão, como o mensalão.

Eleito deputado em 2014 pelo MDB, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a principal da Casa. Tentou a Prefeitura de Belo Horizonte dois anos depois, mas ficou em terceiro, com 10% dos votos válidos.

Em 2018, na eleição em que uma onda de direita tomou conta da disputa e derrubou políticos tradicionais em vários pontos do país, Pacheco conseguiu uma das duas vagas ao Senado em uma eleição em que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que durante toda a eleição figurava como favorita, acabou em quarto lugar.

No Senado, acabou se beneficiando do fracasso de Davi Alcolumbre (DEM-AP) de conseguir viabilizar juridicamente a possibilidade de se candidatar à reeleição ao comando da Casa. Escolhido pelo político do Amapá, acabou herdando praticamente toda a articulação montada por Alcolumbre e foi eleito facilmente no início de 2021 — 57 votos contra 27 de Simone Tebet (MS).

Um dos pontos de crítica em sua atuação parlamentar é o alegado conflito de interesses em suas ações e os negócios de sua família.

Como a **Folha** mostrou, em pelo menos duas iniciativas legislativas, uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado, Pacheco atuou para defender interesses de empresas do transporte rodoviário interestadual de passageiros.

O senador é ligado a duas companhias desse segmento, a Viação Real e a Santa Rita, ambas administradas pelo seu pai, Helio Cota Pacheco.

Em nota enviada à **Folha**, na ocasião, o senador defendeu a lisura de sua atuação no Congresso. "Não administro e não sou sócio direto dessas empresas familiares. Não misturo atividade parlamentar com assuntos pessoais e profissionais", afirmou.

TSE fica a um voto de cassar deputado que espalhou fake news de urnas

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) teve nesta terça (19) três votos a favor da cassação do mandato do deputado estadual Fernando Francischini (Solidariedade-PR) devido à publicação de um vídeo no dia das eleições de 2018 em que ele afirmava que as urnas eletrônicas haviam sido fraudadas para impedir a votação em Jair Bolsonaro.

O julgamento foi interrompido por um pedido de vista (mais tempo para análise do caso) do ministro Carlos Horbach. Faltam quatro magistrados se posicionarem. Se algum deles seguir os votos já proferidos, forma-se maioria para o deputado perder o mandato.

Nos bastidores, integrantes do TSE avaliam que é importante impor uma pena dura ao deputado para coibir a propagação de informações inverídicas sobre o funcionamento das urnas em 2022, quando Bolsonaro tentará a reeleição.

Se o voto prevalecer, será a primeira vez que a corte tomará uma decisão nesse sentido em caso que envolve a disseminação de notícias falsas sobre a eleição.

No vídeo, Francischini diz que poderia fazer aquelas denúncias porque estaria protegido pela imunidade parlamentar —na época ele era deputado federal.

Doria e Eduardo Leite admitem erro em 2018 e trocam críticas indiretas

Tucanos atacam governo de Jair Bolsonaro, e Arthur Virgílio, também postulante, diz ter votado em Haddad

Carolina Linhares

SÃO PAULO O primeiro debate das prévias presidenciais do PSDB foi marcado por críticas indiretas entre os governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS), que evitaram confrontos abertos — as provocações ficaram a cargo do terceiro concorrente, o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio.

No debate promovido pelos jornais O Globo e Valor Econômico nesta terça (19), tanto Leite como Doria afirmaram ter sido um erro ter apoiado a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e fizeram críticas ao atual presidente, sobretudo na condução da economia.

"Em relação ao presidente Bolsonaro, eu errei, como Eduardo errou, como outras pessoas erraram", disse Doria, que criticou Bolsonaro pelas afrontas à democracia e pelo negacionismo.

"Foi um erro. Não há hipótese de apoiar uma candidatura de Bolsonaro em 2022", afirmou Leite.

O debate não ocorreu sem tensões, mas foi mais ameno do que o clima da campanha na última semana, quando Leite comparou Doria a Bolsonaro e quando o governador paulista chegou a se recusar a participar do evento. Nesta terça, Doria recebeu o apoio do diretório tucano do Rio Grande do Norte.

No entanto, os postulantes do PSDB demonstraram certa discordância a respeito do papel da economia e da discussão política no país.

Leite afirmou defender a democracia, mas ressaltou que, no contexto de crise econômica, as pessoas passam fome, enquanto a democracia está protegida pelos sistemas de controle que a Constituição prevê. "Acho que é importante discutir ideologia e gestão, mas o povo não come gestão, e ideologia não bota comida na mesa. Não estou defendendo que se ignore o debate de democracia", disse.

Já Arthur e Doria lembraram seus pais, que tiveram os mandatos cassados pela ditadura, para afirmar que a democracia deve ser condição primeira e que, sem ela, não há prosperidade econômica.

"Não há economia se não houver democracia. A democracia é a essência e a base de uma nação", afirmou Doria.

Mais instigador que os demais, Arthur Virgílio questionou Doria a respeito de picuinhas entre ele e Leite que aparecem nos jornais e afirmou que isso não contribui para a unidade do partido.

"Não estou aqui para perder, estou aqui para derrotar vocês dois. Mas por que não cuidarmos só das questões públicas e acabarmos com esse trique-trique de jornal?", perguntou.

Arthur completou ainda que os ataques devem respeitar o limite de não impedir que os postulantes façam campanha juntos em 2022.

"Prévias não dividem, não fracionam, prévias unem", afirmou Doria.

O ex-senador também questionou Leite por ter apoiado a eleição de Bolsonaro e afirmou que votou em Fernando Haddad (PT) no segundo turno em 2018.

Entre Doria e Leite, os dois principais postulantes, porém, as alfinetadas foram indiretas e houve discordância sobre a relação com o Congresso, caso sejam eleitos.

O gaúcho provocou o paulista ao afirmar que não aderiu à campanha de Bolsonaro, não o buscou para tirar fotos e nem misturou seu nome ao dele — algo que Doria, então candidato, fez ao vestir camisa com a inscrição "BolsoDoria".

"Fiz a única declaração de voto, num vídeo, marcado muito bem quais eram minhas diferenças em relação a Bolsonaro", respondeu Leite.

Questionado sobre o bolsonarismo dentro do PSDB, Doria afirmou ser preciso respeitar as posições distintas, mas elogiou a decisão do presidente da sigla, Bruno Araújo, de assumir o partido como oposição. Ressaltou que os deputados tucanos de São Paulo votaram contra o voto impresso — os do Rio Grande do Sul foram favoráveis.

Arthur afirmou ser "indecoroso" ter bolsonaristas na bancada tucana e defendeu uma limpeza do partido. "Temos que marcar a data e oferecer a porta de saída como serventia da casa."

Ainda no tema do voto impresso, derrotado na Câmara em agosto, Doria foi questionado sobre defender a votação em papel nas prévias do PSDB — aliados do governador têm apontado desconfiança em relação ao aplicativo por meio do qual votarão os filiados.

Como mostrou a **Folha**, a equipe de Doria tem uma série de questionamentos às regras estabelecidas pelo PSDB, buscando aproveitar brechas em meio a uma disputa acirrada.

"Regras são regras, nós aceitamos como estão. Confio nas prévias do PSDB. Sou contrário ao voto impresso", respondeu Doria.

As críticas veladas de Leite a Doria passaram por frases em que o gaúcho pondera sobre diferentes estilos de fazer política, uma vez que é tido como mais agregador que o rival, e exalta a política, que Doria negou ao se eleger prefeito de São Paulo como "gestor".

Doria, por outro lado, afirmou que seu governo é liberal na prática, listando seus programas, investimentos, reformas e privatizações.

Em outra estocada em Leite, disse que somente São Paulo havia feito uma reforma administrativa profunda, algo que o gaúcho respondeu, defendendo a abrangência de suas reformas.

Leite foi questionado por jornalistas a respeito da possibilidade de abrir mão da candidatura, caso vença as prévias, para fazer uma composição de chapa com outros partidos de centro. O governador admitiu que pode, sim, apoiar outro nome que julgue ter mais condições de quebrar a polarização entre Lula (PT) e Bolsonaro, mas, nesse caso, não seria candidato a vice, apenas apoiador.

Em outra crítica a Doria, afirmou que "um projeto de país não pode ser calcado em projeto pessoal".

O governador paulista foi perguntado a respeito de seus baixos índices de intenção de votos nas pesquisas e alto índice de rejeição apesar de ser considerado "o pai da vacina" contra a Covid. Doria afirmou que medidas de restrição na pandemia afetaram sua popularidade e que a população ainda não está pensando em eleição.

Uma questão dirigida a Leite tratou do apoio de Aécio Neves (MG) a ele. O governador se esquivou, afirmando que todo o PSDB de Minas o apoia. "Aécio deve prestar explicações e deve, como qualquer cidadão, ter a presunção da inocência até que isso se julgue", disse.

O gaúcho afirmou que, em sua trajetória, não traiu aliados e ressaltou ter feito campanha para Geraldo Alckmin em 2018, em mais uma indireta para Doria, que é alvo de crítica no PSDB por ter abandonado seu padrinho político naquele ano.

Houve ainda dois embates, ainda que polidos, entre Leite e Arthur. O ex-senador defendeu a reeleição, instituto aprovado no governo FHC (PSDB), enquanto o gaúcho prometeu que, se eleito presidente da República, não irá concorrer ao cargo novamente.

"O próprio presidente Fernando Henrique reconheceu já em declarações que [a reeleição] acabou sendo um erro, mas os erros a gente busca corrigir", disse Leite.

Quando o tema foi a experiência de cada um dos tucanos, Leite chegou a pedir direito de resposta em relação a uma fala de Arthur, mas foi negado. O ex-senador afirmou que o governador gaúcho disse, no debate, ser o mais experiente entre os três, algo que Leite afirmou não ter dito.

"De maneira nenhuma, com prepotência e arrogância, quis me dizer mais experiente do que ninguém aqui", disse Leite, afirmando que se referia à falta de experiência no Executivo de Bolsonaro, Lula e Dilma Rousseff (PT).

Com 36 anos, Leite insistiu que sua juventude não representa inexperiência.

Os três tucanos defenderam a unidade do partido, num ambiente de cordialidade e até de risadas. Arthur chegou a se emocionar ao fazer uma defesa da democracia.

De maneira geral, Doria se concentrou em apresentar medidas implementadas em São Paulo e fez questão também de lembrar sua atuação para a obtenção da vacina.

Leite afirmou ter colocado as contas do Rio Grande do Sul em dia e ponderou que, num estado endividado, não teria a mesma capacidade de investimentos que Doria.

O debate teve cerca de duas horas de duração. Na sexta-feira (15), Doria chegou a anunciar que não mais participaria do debate por não concordar com as regras.

Em nota, a campanha do paulista não apontou exatamente qual era a discordância, mas a reportagem apurou que a duração do debate e a possibilidade de perguntas duras preocupavam o tucano.

No PSDB, a recusa em participar foi lida como um desprestígio ou descrédito de Doria em relação às prévias. No fim de semana, Doria voltou atrás. Seus auxiliares afirmam que ele recebeu mensagens de apoiadores pedindo para que participasse do debate.

> Em relação a Bolsonaro, eu errei, como Eduardo errou e outros erraram
>
> Não há economia se não houver democracia. Ela é a essência e a base de uma nação
>
> **João Doria**
> governador de São Paulo

Pré-candidatos do PSDB à Presidência, João Doria, Eduardo Leite e Arthur Virgílio participam de debate Guito Moreto/Agência O Globo

> Foi um erro. Não há hipótese de apoiar uma candidatura de Bolsonaro em 2022
>
> É importante discutir ideologia e gestão, mas o povo não come gestão, e ideologia não bota comida na mesa
>
> **Eduardo Leite**
> governador do Rio Grande do Sul

Em encontro para consumo interno, gaúcho perdeu pontos

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Cientes do prejuízo potencial que lavagem de roupa suja em público poderia ter sobre o já alquebrado PSDB, os candidatos das prévias presidenciais do partido abandonaram a alta tensão dos últimos dias e fizeram um primeiro debate anódino.

Animado por algumas paulistas defecções a seu favor e pela torcida comandada pelo grupo de Aécio Neves (MG), Leite havia subido o tom contra o governador paulista, João Doria. No domingo (17), causou desconforto ao ressuscitar a memória do voto BolsoDoria de 2018.

Como novidade eleitoral neste ponto incipiente da campanha, Leite era obviamente o foco de observação de líderes tucanos e de outros partidos no debate promovido nesta terça pelos jornais O Globo e Valor Econômico.

Acabou com um desempenho algo frustrante para seus apoiadores, ainda que o debate só servisse a consumo interno: ninguém decidiu seu voto fora do universo das prévias caso tenha se disposto a assistir ao sonolento embate.

Insinuou ataques ao paulista diversas vezes: disse que não associaria seu nome ao de Jair Bolsonaro (BolsoDoria de novo), apesar de ter votado nele, que sempre cumpriu mandatos até o fim (Doria paga até hoje por ter deixado a prefeitura paulistana para ser governador), que não correu para tirar foto com o atual presidente quando candidato (o paulista o fez, sem sucesso).

Ao fim, contudo, recuou e não deu nome aos bois. Justificável ante o risco de ser rotulado de desagregador num momento em que tudo o que ele tenta é impingir isso a Doria, mas sugeriu inconstância.

Seu pior momento esteve no debate acerca do comprometimento com a democracia. Além de ter errado na frase que ensejou o questionamento, ao consertar acabou alongando-se demais.

Ou quando falou em flexibilizar o teto de gastos, algo que gera arrepios no tal do mercado só pela citação. Se é possível fazer essa defesa, a ideia de que ela pressupõe instrumentos de responsabilidade fiscal exige um detalhamento que não surgiu.

Isso tem sido constante nos diversos encontros aos quais Leite tem comparecido.

No domingo, por exemplo, ao jantar com empresários em São Paulo, ele não conseguiu elaborar uma ideia sobre a indústria do turismo ao ser questionado por Luiza Trajano (Magalu), preferindo falar sobre programas regionais gaúchos.

Há também um problema conceitual, que é a dicotomia de disputar a indicação tucana com a ideia de abrir mão da cabeça de chapa logo de saída, ainda que tenha voltado a negar a ideia de ser vice. Isso soa como música para parte do tucanato, mas causa ojeriza a outros pelo "timing".

Já Doria, que se desgastara ao recusar inicialmente ir ao encontro, acabou numa zona de conforto. Não precisou responder às indiretas e apresentou uma bem decorada lista de números e programas relativos à gestão paulista.

Também escorregou. Questionado sobre o comportamento da bancada federal tucana, que às vezes é mais bolsonarista do que o centrão, disse que "o PSDB não tem dono", só para engatar e afirmar que "os oito deputados de São Paulo" foram contra o voto impresso.

Em outro ponto, ao rejeitar o instrumento das verbas de relator dado por Bolsonaro ao centrão, evidenciou uma complicação para sua pretensão ao criticar Arthur Lira (PP-AL), o presidente da Câmara.

Afinal de contas, no início de 2023, quem estiver no Planalto invariavelmente terá de conversar com o centrão para garantir governabilidade.

Bolsonaro rejeitou liminarmente o grupo na campanha só para entregar-lhes as chaves do governo quando seu apoio político se esfarelou.

Por fim, havia a figura do veterano Arthur Virgílio, que cumpriu o papel de franco-atirador que lhe é franqueado na disputa e deu uma ou duas estocadas em Doria — e outras em Leite, que até se queixou ao ser exposto naquilo que pode ser um trunfo ou uma fraqueza, a juventude.

Sem exatamente algo a perder, o ex-prefeito garantiu algumas risadas numa virada de tarde modorrenta.

No mais, todos atiraram pontualmente em alvos conhecidos, o governo Bolsonaro e a ruína econômica deixada pelo PT do líder das pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva. O inédito jogo tucano de realizar prévias para presidente, por ora, segue indefinido, mas a rodada foi pior para Leite.

Pena de demissão por contratar outdoor é desproporcional, dizem procuradores

Reação é tímida, porém, diante de mobilização contra PEC; Diogo Castor de Mattos diz que irá recorrer

José Marques

SÃO PAULO A decisão do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) de aplicar a pena de demissão ao procurador que bancou um outdoor em Curitiba em homenagem à Operação da Lava Jato foi considerada desproporcional por colegas de Diogo Castor de Mattos e sua defesa, que tentará reverter a punição.

Apesar disso, há um entendimento entre membros da carreira de que não é o momento de enfrentar o conselho em meio à discussão da PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera a composição do órgão e, na prática, dá mais poder ao Congresso sobre o colegiado.

Castor de Mattos foi membro da força-tarefa de Curitiba e cedeu recursos para a propaganda colocada na saída do aeroporto da capital paranaense no início de 2019, por ocasião do aniversário de cinco anos da investigação.

"Bem-vindo à República de Curitiba. Terra da Operação Lava Jato, a investigação que mudou o país. Aqui a Lei se cumpre", afirmava o outdoor.

Outdoor em Curitiba elogia trabalho da força-tarefa da Lava Jato Reprodução

Por 6 votos a 5, o plenário do CNMP considerou na segunda-feira (18) que o procurador cometeu ato de improbidade administrativa. Segundo o entendimento, a infração impõe a pena de demissão.

Para que haja a demissão, no entanto, o procurador geral da República, Augusto Aras, ainda precisa designar um procurador para ajuizar a ação de perda do cargo.

"Não é que a situação não tenha ocorrido nem que não seja grave. Mas não é grave o suficiente para uma demissão", avalia o presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), Ubiratan Cazetta.

"A dimensão [do fato] não é proporcional ao tamanho da pena. Isso causa um mal muito grande quando entra no casuísmo, por ele estar vinculado à legenda da Lava Jato. Não é um sinal de funcionamento do sistema, mas de disfuncionamento", afirma.

No processo, Castor de Mattos disse que à época estava com problemas de natureza psiquiátrica, que resultaram no seu afastamento.

Para ele, eram injustos os ataques contra os trabalhos desenvolvidos pela força-tarefa, e uma pessoa que integrava movimento de apoio à operação o procurou para financiar uma divulgação para "elogiar e levantar o 'moral' do grupo". Ele pagou pela divulgação, com recursos próprios, cerca de R$ 4.000.

O procurador não disse ter contratado a publicidade em seus modelos finais, mas só bancado com seus recursos.

Em nota divulgada no início da noite desta terça (19), o próprio Diogo Castor de Mattos afirmou que a pena foi desproporcional quando comparada a outras aplicadas pelo conselho. Ele disse que irá recorrer da punição.

"O CNMP mudou justamente neste caso sua orientação consolidada há anos no sentido de que a pena de demissão deve ser substituída pela de suspensão da atividade e dos vencimentos quando não há reincidência", afirmou.

Segundo ele, o entendimento "vinha sendo aplicado para fatos muito mais graves do que a acusação julgada neste momento, inclusive conforme decidido pela atual composição no ano de 2021".

Ele disse que a decisão vai de encontro a relatório da comissão processante do CNMP, de caráter técnico, que sugeriu suspensão de 45 a 90 dias.

"A lei que rege o Ministério Público Federal determina que sanções disciplinares só serão aplicadas por maioria absoluta de membros do conselho, o que não aconteceu no caso, que foi decidido por maioria de 6 dos 14 conselheiros", disse o procurador.

A defesa dele tem frisado que o dinheiro doado foi privado, que a contratação do outdoor foi feita por terceiros e que Castor de Mattos nunca foi punido antes pelo CNMP, e, portanto, ele deveria ter uma punição mais branda.

"Diogo Castor nunca esteve em julgamento, quem esteve em julgamento é a Operação Lava Jato. Diogo usou recursos privados e fez doação a uma pessoa da sociedade civil, e isso não constitui improbidade administrativa", diz seu advogado, Alexandre Vitorino Silva.

As opções para Castor de Mattos passam agora por recursos que ele pode apresentar no próprio CNMP e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Uma das possibilidades da defesa é aguardar a sanção pelo presidente Jair Bolsonaro da nova Lei de Improbidade Administrativa, que menciona proibição a autopromoções que usem "recursos do erário". Para a defesa, há entendimentos de tribunais superiores de que essa nova lei pode ser considerada retroativa, por ser mais benéfica a acusados.

A decisão do CNMP contra Castor de Mattos gerou reações tímidas de procuradores nas redes sociais, que estão concentrados em campanha contra a aprovação da PEC no Congresso.

Alguns deles também trataram a decisão do conselho como desproporcional. Deltan Dallagnol, que coordenou a força-tarefa de Curitiba, não mencionou o caso em suas publicações nas redes sociais até a tarde desta terça (19).

Para Vera Chemim, advogada constitucionalista e mestre em direito público pela FGV, outros casos mais graves não foram punidos com o mesmo rigor. "Trata-se de uma questão de bom senso e equilíbrio que foi substituída pelo afã de escolher aquele procurador, como forma de dar exemplo."

Já a advogada Cecilia Mello, que foi juíza do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), afirma que, em caso de decisão judicial a favor da exoneração, haverá a perda de todos os direitos. "Claro que ele contará o tempo de contribuição para fins de Previdência geral, mesmo porque pagou por isso ao longo de todo o período", diz ela.

No CNMP, o corregedor nacional Rinaldo Reis Lima e o conselheiro Silvio Amorim Júnior propuseram a conversão da pena em suspensão — o primeiro sugeriu 90 dias, e o segundo, 16. Contudo foram vencidos na discussão sobre a possibilidade de aplicação dessa pena.

O conselheiro Amorim Júnior afirmou que considerava atenuantes o fato de o procurador sofrer, à época dos fatos, de grave quadro depressivo, além de ter admitido o pagamento pelo outdoor.

A conselheira Fernanda Santos, relatora do caso, entendeu, porém, que a norma não permitiria a conversão da pena em casos em que o cometimento de improbidade administrativa foi reconhecido.

"Entendo que o ato foi grave pelos danos ao Ministério Público como um todo", disse.

CNMP abre processo de punição à Lava Jato do Rio de Janeiro

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) decidiu nesta terça (19) instaurar processo administrativo disciplinar (PAD) contra os 11 integrantes da antiga força-tarefa da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro por supostamente terem violado o sigilo de investigação sobre pagamento de propina na construção de Angra 3.

Por 8 votos a 4, os conselheiros decidiram instaurar o procedimento aberto a pedido dos ex-ministros Romero Jucá, Edison Lobão e seu filho Márcio Lobão, acusados pelo grupo de procuradores.

A recomendação do corregedor, Rinaldo Reis Lima, é pela demissão dos procuradores. A pena só será definida ao final da investigação, caso o conselho entenda que houve, de fato, infração funcional.

O corregedor do CNMP afirmou que a pena de demissão foi sugerida em seu parecer porque é a pena máxima prevista para processos do tipo.

Ao menos cinco conselheiros que votaram a favor da abertura de investigação declararam que a punição deveria ser outra, caso haja identificação de irregularidade.

Esta é o primeiro PAD aberto contra a equipe da força-tarefa do Rio de Janeiro. Contra o grupo de Curitiba houve, além da demissão de Castor de Mattos, pena de censura ao procurador Deltan Dallagnol, ex-coordenador da Lava Jato paranaense, por tuítes contra o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

A discussão girou em torno de um release (texto da assessoria de comunicação do Ministério Público Federal) sobre uma denúncia da força-tarefa contra Lobão e Jucá sob acusação de recebimento de propina na construção da usina nuclear de Angra 3.

A defesa dos acusados alega que, no momento da denúncia, as informações estavam sob sigilo, motivo pelo qual não poderiam ter sido divulgadas. O texto foi divulgado no dia seguinte à acusação, e a restrição foi derrubada oito dias depois.

Os procuradores afirmam que a divulgação do oferecimento de denúncia é prática comum no Ministério Público Federal, obedecendo o princípio da publicidade e do interesse público. Além disso, declaram que o período no qual a ação penal ficou sob sigilo decorreu de uma falha no sistema da Justiça Federal, que estendeu à acusação o mesmo status da investigação, esta com acesso restrito.

O corregedor do CNMP, Rinaldo Reis Lima, defendeu a abertura do processo porque o release continha valores da suposta propina obtida pelos acusados — informação obtida no curso da investigação sob a qual recaía sigilo.

O conselheiro Silvio Amorim Júnior entendeu que não havia razão para a instauração do PAD, acompanhando a argumentação da defesa.

O conselheiro Sebastião Caixeta propôs a abertura de uma sindicância, investigação de caráter menos gravoso do que o PAD. Contudo, oito conselheiros concordaram com o corregedor em relação à abertura do PAD.

Justiça anula provas e encerra ação contra ex-assessora de Lula

SÃO PAULO A Justiça Federal em São Paulo considerou nulas as provas obtidas na Operação Porto Seguro da Polícia Federal, que investigou um suposto esquema de venda de pareceres em órgãos do governo federal, e encerrou ações penais do caso que tinham como réus a ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo Rosemary Noronha, o ex-senador Gilberto Miranda e o ex-advogado-geral adjunto da União, José Weber de Holanda Alves.

Os réus eram acusados dos crimes de corrupção, tráfico de influência, formação de quadrilha e falsidade ideológica. O caso ganhou notoriedade pelo posto que Rosemary ocupava na administração petista e pela proximidade com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Também eram réus os irmãos Paulo Rodrigues Vieira, ex-diretor da ANA (Agência Nacional de Águas), e Rubens Vieira, ex-diretor da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), e o ex-auditor do TCU (Tribunal de Contas da União) Cyonil Borges.

A decisão de encerrar os processos criminais foi tomada pelo juiz substituto da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo Rodrigo Boaventura Martins nesta segunda-feira (18). A informação foi antecipada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Segundo o magistrado, a medida era necessária em virtude de julgamento anterior do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que havia anulado as intercepções telefônicas e telemáticas e a quebra de sigilo bancária realizadas na investigação da Polícia Federal.

De acordo com o entendimento do STJ, a decisão judicial que havia autorizado as ações policiais no início das apurações teve fundamentação insuficiente.

Para o juiz da vara criminal, as provas obtidas em investigações posteriores que tiveram base nas interceptações e quebra de sigilo também deveriam ser anuladas.

Martins aplicou um entendimento consolidado nos tribunais brasileiros de que as medidas decorrentes de provas ilegais também devem ser consideradas ilícitas, ou seja, uma irregularidade em uma ação policial "contamina" todas as evidências posteriores que dependeram dela para vir à tona no processo.

O juiz avaliou que, sem as provas anuladas, as denúncias da Procuradoria perderam sua base principal e decidiu então encerrar as causas.

Cabe recurso do Ministério Público Federal.

A ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo Rosemary Noronha Jorge Araujo - 3.jun.09/Folhapress

A Operação Porto Seguro foi deflagrada em novembro de 2012 e incluiu buscas na sede da Presidência em São Paulo. Na época, a presidente era Dilma Rousseff.

Desde a abertura da ação, a defesa da ex-assessora tem negado as irregularidades.

Rosemary Noronha é próxima de Lula desde antes de o ex-sindicalista assumir a Presidência da República e foi chamada para assessorá-lo tanto no PT quanto depois no governo federal.

Ela começou a trabalhar na sede paulista da Presidência da República no início do governo Lula, sendo nomeada em 2003 para o cargo de assessora especial no gabinete pessoal do presidente.

O ato de nomeação foi assinado pelo então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Depois, em abril de 2007, ela foi nomeada chefe de gabinete e ficou no cargo até a deflagração da Operação Porto Seguro pela Polícia Federal.

Militares detêm suspeitos em Guayaquil um dia após a decretação de estado de exceção sob a justifica de conter a violência no Equador Fernando Mendez/AFP

Tensão política leva presidente do Equador a acenar com 'morte cruzada'

Medida constitucional nunca usada levaria a novas eleições; Lasso decretou estado de exceção

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES A decretação, na noite de segunda (18), de estado de exceção por 60 dias no Equador consolidou uma ofensiva do presidente Guillermo Lasso contra o que ele vinha chamando de conspiração para derrubá-lo do poder.

O principal reflexo da medida —tomada, segundo o mandatário, em resposta ao aumento dos índices de violência no país e à ação do narcotráfico— será o Exército nas ruas com mandado para atuar na segurança pública.

Mas ela não deixa de ser uma tentativa de Lasso de demonstrar força em um momento de turbulência política para o chefe do Executivo, que enfrenta ainda desencontros com o Parlamento. Nos últimos dias, o mandatário fez críticas ao Conselho de Administração da Legislatura, comissão que serve de porta de entrada para projetos de lei na Assembleia Nacional (o Congresso unicameral do país).

O órgão tem se negado a tratar de um pacote de textos apresentados pelo presidente, com reformas que atingem as áreas trabalhista e tributária, além de mudanças nas leis de herança e de comunicações.

Sob pressão de uma crise carcerária e de sua recente aparição no caso dos Pandora Papers —a acusação de que teria desviado, talvez ilegalmente, sua fortuna a contas em paraísos fiscais rendeu um pedido de abertura de investigação pelo Congresso—, Lasso partiu para o ataque em entrevista na sexta-feira (15), no Palácio de Carondelet.

"Se voltarem a bloquear as leis, devemos ir para a 'morte cruzada'. O decreto já está pronto", afirmou, em referência a um mecanismo, presente no artigo 148 da Constituição, que permite que o presidente da República dissolva a Assembleia Nacional.

Pelo texto, em sete dias a partir da publicação do decreto o Conselho Nacional Eleitoral deve convocar eleições para todos os cargos do Legislativo e para a Presidência. Até lá, Lasso governaria por decreto —a "morte cruzada" também pode ser iniciada pelos parlamentares. Os novos eleitos assumiriam para terminar o mandato já iniciado, e todos que já ocupam cargos hoje poderiam se candidatar.

A Constituição permite que o mecanismo seja acionado apenas uma vez durante o mandato, sempre nos primeiros três anos de governo. A Assembleia só pode evitá-la se conseguir negociar com Lasso antes ou se votar a destituição do presidente (para a qual são necessários mais de dois terços dos votos).

A "morte cruzada" foi integrada à Constituição em 2008, com a ideia de facilitar a resolução de diferenças políticas entre Executivo e Legislativo —e até hoje nunca foi usada. "É um recurso que serve como válvula de escape para quando as coisas estiverem muito graves. Hoje é mais difícil destituir apenas o presidente ou apenas o Congresso", diz o constitucionalista Andrés Benevides.

Antes da eleição de Rafael Correa, em 2007, o Equador viveu anos de forte instabilidade política devido a um constante embate entre o Parlamento e os mandatários. Em 1997, Abdalá Bucaram foi destituído e, na sequência, também se viram impedidos pelo Congresso de seguir no cargo Jamil Mahuad (1998) e Lucio Gutiérrez (2003).

Lasso atribui as articulações na Assembleia contra ele a um "triunvirato de gângsteres". A saber, o ex-presidente Correa, seu principal rival; o influente político da democracia cristã Jaime Nebot, que chegou a apoiar o atual mandatário; e o líder indígena Leonidas Iza, protagonista das revoltas de 2019 (no governo de Lenín Moreno).

"Golpes de Estado já não se dão por meio de tanques e das ruas, mas por meio das Assembleias", disse. O presidente ainda afirmou que estava preparado para apresentar evidências de que as recentes rebeliões em presídios —uma delas, no mês passado em Guayaquil, terminou com 118 mortos— e os reveses no Legislativo faziam parte "de uma concertação conspirativa" liderada por esses três personagens.

"Em vez de abrir portas para uma negociação, para o exercício da política, Lasso preferiu fechá-las, ao insultar líderes de importantes forças políticas. Em algum momento voltar atrás para conversar poderá ser muito tarde", diz o analista político Simón Pachano.

Correa respondeu no Twitter às acusações do chefe do Executivo. "Em vez de explicar os Pandora Papers, só o que Lasso faz é me difamar", escreveu. Nebot também retrucou: "De que tipo de paranoia o senhor sofre? Não quero o fracasso de seu governo porque seria o fracasso de todos os equatorianos. Recupere sua inteligência emocional".

Em contraste ao momento turbulento, o presidente recebeu, na terça (19), elogios do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, que está em viagem que incluirá também uma parada na Colômbia.

"Apoiamos o apelo por democracia que você compartilhou com o povo equatoriano e com todo o nosso hemisfério", disse o chefe da diplomacia americana, que também falou sobre o estado de exceção. "Às vezes medidas excepcionais são necessárias para lidar com situações urgentes."

A crise mais aguda se choca com um desempenho relativamente positivo do presidente, um ex-banqueiro de direita, em seus primeiros 100 dias de gestão. No período, Lasso conseguiu cumprir a promessa de vacinar contra a Covid, com as duas doses, 9 milhões de equatorianos (a população é de 17,6 milhões).

Hoje, mais de 56% da população está vacinada com duas doses, deixando distantes na memória as imagens terríveis da chegada da pandemia a Guayaquil, com o colapso de hospitais e necrotérios.

A gestão da crise sanitária ajudou a levá-lo a um pico de aprovação popular de 73%, segundo o instituto Cedatos. A cifra é mais relevante quando se considera que Lasso havia ficado em segundo lugar no primeiro turno da eleição, atrás de Andrés Arauz, aliado de Correa —no segundo turno, bateu o rival com 52,3% dos votos.

No levantamento mais recente, o mandatário tem 63,5% de popularidade, e Correa —que não pode se candidatar, porque está condenado por corrupção, mas segue líder da força política majoritária no Congresso— tem 34%.

Exilado na Bélgica, o ex-presidente vem trabalhando na reconstrução de seu espaço. Abandonou a sigla Alianza País, que rachou na gestão de seu ex-apadrinhado político Lenín Moreno, e criou a Revolução Cidadã, cercado de seus mais fiéis seguidores.

Já Lasso age como se estivesse em campanha para demonstrar força e convocou, para os próximos dias, uma manifestação em Quito de apoio à sua gestão, sob o lema: "Não ao triunvirato da conspiração".

> Golpes de Estado já não se dão por meio de tanques e das ruas, mas por meio das Assembleias [...] Se voltarem a bloquear as leis, devemos ir para a 'morte cruzada'. O decreto já está pronto
>
> **Guillermo Lasso**
> presidente do Equador, em referência ao mecanismo constitucional que permite a dissolução da Assembleia e a convocação de novas eleições

Cuba cometeu tortura e abusos contra manifestantes, diz ONG

BUENOS AIRES Um relatório da ONG Human Rights Watch divulgado nesta terça-feira (19) aponta que mais de 130 cubanos foram vítimas de abusos cometidos por agentes da ditadura durante a repressão às manifestações de 11 de julho.

Os atos, provocados pelo desabastecimento de alimentos e remédios, acusaram problemas na resposta do governo à pandemia de coronavírus e pediram mais liberdade de expressão. Os primeiros focos da revolta, que indicava não ter uma liderança aparente, foram manifestações de artistas contra um decreto do líder Miguel Díaz-Canel que buscava regulamentar e controlar a atividade artística.

Na semana passada, o tema voltou à tona, com o regime recusando-se a permitir as novas mobilizações, marcadas para 15 de novembro, e os manifestantes afirmando que sairão às ruas mesmo assim.

De acordo com o levantamento da Human Rights Watch, realizado por meio de entrevistas telefônicas com mais de 150 pessoas, as forças de repressão realizaram detenções arbitrárias e cometeram maus-tratos, além de terem recorrido ao uso de força em procedimentos de prisão e interrogatório.

Segundo esses relatos, muitos detidos ficaram dias sem poder dormir e foram deixados nus em celas sem iluminação depois de sofrerem agressões físicas. Mulheres afirmam ainda terem sido alvo de abusos sexuais. Tampouco havia nesses locais condições adequadas de higiene, distribuição de máscaras ou mesmo água e sabão —medidas indicadas para evitar a contaminação por coronavírus.

As principais testemunhas do relatório são ativistas, jornalistas, advogados, vítimas da repressão e seus parentes —a ONG também investigou vídeos e gravações realizadas no dia dos protestos. Há, ainda, diversos relatos de ameaças a familiares de pessoas que estavam presas.

O documento indica também que os abusos foram cometidos em quase todo o território cubano, em 13 das 15 províncias, e que foram uma resposta a um movimento "em sua imensa maioria" pacífico.

A reação das autoridades cubanas demonstrou, de acordo com a organização, um padrão para a repressão, com a prisão de centenas de manifestantes e simpatizantes, "incluindo críticos conhecidos e cidadãos comuns", e casos de abuso e de desrespeito a protocolos de interrogatório.

"O governo respondeu com uma estratégia brutal de repressão destinada a instalar medo e suprimir as dissidências", afirma Juan Pappier, pesquisador da Human Rights Watch. "Manifestantes pacíficos foram detidos de modo sistemático e deixados sem comunicação. Houve abusos em condições horrendas e julgamentos falsos que seguem padrões de tipo de violação de direitos humanos."

Um dos casos relatados no documento é o de Juan Raúl del Río Noguez, 75, que ia à casa de familiares quando viu a marcha e resolveu participar do ato. Ao notar que um parente estava sendo preso, tentou intervir e acabou detido.

Depois de um interrogatório, ele foi encaminhado para a prisão de Aldabó, onde ficou numa cela com outros três prisioneiros, sem direito a um advogado ou a sair à luz do dia. Terminou condenado a um ano de prisão por "promover desordem pública".

Outro caso é o dos irmãos Michel, 20, e Ana Laura, 22, detidos em Matanzas durante a manifestação. O jovem conta que, no interrogatório, foi chutado por oito policiais antes de ser levado para a prisão Combinado del Sur. Ambos também foram acusados de "promover a desordem pública", mas estão em liberdade desde agosto, aguardando julgamento. SC

+

Gangue que raptou estrangeiros no Haiti pede US$ 1 mi por refém

A gangue haitiana 400 Mawozo, que sequestrou 17 missionários dos Estados Unidos e do Canadá no sábado (16), exigiu um resgate de US$ 1 milhão (R$ 5,5 milhões) para cada pessoa raptada, segundo informações fornecidas pelo ministro da Justiça haitiano, Liszt Quitel, nesta terça-feira (19). "Frequentemente, essas gangues sabem que essas demandas não podem ser atendidas e vão considerar uma contraoferta das famílias", disse Quitel. Ainda de acordo com o ministro, a quadrilha não estabeleceu prazo para o pagamento.

China e Rússia desafiam Japão e EUA no Pacífico

Em meio a tensão com americanos, países enviam navios a estreito japonês

Igor Gielow

SÃO PAULO Em uma provocação direta a Japão e Estados Unidos no Pacífico, a China e a Rússia enviaram dez navios de guerra pela primeira vez para atravessar o estreito que separa as duas principais ilhas do arquipélago nipônico.

A movimentação ocorreu durante a segunda-feira (18) e foi relatada nesta terça-feira por autoridades japonesas. Ela se insere na crescente onda de provocações entre Washington e Pequim na região, adicionando um ingrediente explosivo: a sempre arisca Rússia de Vladimir Putin.

Chineses e russos fazem anualmente, desde 2012, exercícios navais conjuntos em águas internacionais no mar do Japão. O deste ano incluiu dezenas de navios e foi encerrado na manhã de segunda.

Aí veio a surpresa. Cinco destróieres lançadores de mísseis chineses da classe Renhai, a mais avançada do país, e outras cinco embarcações russas se separaram do grupo e rumaram para o oceano Pacífico pelo estreito de Tsugaru.

Ele separa as ilhas de Honshu, a maior do Japão, de Hokkaido, ao norte, por apenas 19,5 quilômetros. Durante a Guerra Fria, Tóquio abriu mão do controle total das águas a que teria direito para deixar um corredor internacional no meio da passagem.

Com isso, navios americanos com ogivas nucleares poderiam transitar sem ter de contornar o Japão ou ferir a Constituição local, que exige tal tipo de arma longe do território do país. Ainda assim, nunca havia ocorrido uma transição conjunta sino-russa.

É algo simbólico, dado que nem os chineses muito menos os russos teriam capacidade de vencer um embate contra forças aliadas dos EUA no mar hoje. Mas demonstra uma disposição beligerante.

O chefe-adjunto do novo gabinete japonês, liderado por Fumio Kishida, criticou de forma diplomática a ação. Tóquio, disse Yoshihiko Isozaki à rede NHK, "está observando de perto as atividades com grande interesse". O comboio foi acompanhado por um avião de patrulha marítima P-3C.

O ex-chanceler Kishida era visto, durante sua breve campanha para suceder o demissionário premiê Yoshihide Suga no mês passado, como um nome simpático a Pequim.

Mas, desde que assumiu, reforçou a posição dura que marcou os últimos governos japoneses e ressaltou sua aliança com os americanos.

Manteve os ministros das Relações Exteriores e da Defesa, que falou pela primeira vez em medidas concretas para combater a crescente ameaça da China contra Taiwan, a ilha autônoma que Pequim quer reabsorver, depois da maior onda de incursões aéreas chinesas contra Taipei.

Essas ações vêm na sequência da assertiva mudança feita pelo presidente dos EUA, Joe Biden, no rumo da já agressiva Guerra Fria 2.0 iniciada por Donald Trump contra a ascensão chinesa sob Xi Jinping.

Biden encorpou o Quad, grupo que une justamente o Japão, além de Índia e Austrália, aos Estados Unidos. Nos últimos anos, todas as forças navais desses países passaram a se exercitar anualmente.

O presidente americano também promoveu os primeiros encontros de chefe de Estado da breve história do grupo militar —criado em 2007, ele dormitou até 2017.

Para complicar, a animosidade entre China e Índia cresceu após o incidente fronteiriço no qual dezenas de soldados morreram numa área disputada no Himalaia, em 2020. As longas negociações para acalmar os ânimos foram rompidas na semana passada.

Além disso, Biden firmou um pacto militar com Camberra que prevê dotar os australianos de submarinos nucleares com tecnologia americana e britânica, além de ver abertos para os EUA os portos que ficam ao sul do quintal estratégico chinês.

Tudo isso ocorreu em meio à desastrosa retirada de tropas americanas do Afeganistão, que por fim liberou forças adicionais para a estratégia asiática de contenção da China.

A China se mexe, com o apoio da cada vez mais aliada Moscou, que já se vê na pior fase de suas relações com a Otan desde o fim da Guerra Fria.

Integrantes da aliança militar ocidental no Leste Europeu denunciam o que chama de agressão russa na região.

Assim como o país de Putin, os chineses desenvolvem armas hipersônicas que assustam os americanos. Pequim negou o relato feito pelo jornal britânico Financial Times de que havia testado um novo modelo desse armamento, mas não convenceu muito.

Nesta terça, o porta-voz do Departamento de Estado Ned Price afirmou que os chineses aumentaram suas capacidades, com mais de 250 testes de mísseis balísticos desde janeiro. Seu colega em Pequim Wang Wenbin negou e disse que as forças nucleares do Estado comunista eram mantidas "em um nível mínimo".

E agora promoveu esse trânsito pelo estreito de Tsugaru. Os russos são uma potência militar continental, com capacidades navais razoáveis.

Particularmente, conta com seus submarinos estratégicos, lançadores de mísseis balísticos com ogivas nucleares.

No Pacífico, a frota fica baseada de forma primária em Vladivostok. Na semana passada, houve a repetição de um incidente de 2010, quando um navio russo ameaçou abalroar um destróier americano que buscava entrar em águas territoriais de Moscou.

No caso recente, a embarcação de Washington entrou em uma área restrita para exercícios de tiro justamente dessa manobra conjunta com os chineses e foi afastada. Os Estados Unidos negaram a intrusão, e os russos fizeram um protesto formal.

No caso japonês, ainda há uma rixa de décadas com os russos: Tóquio quer o controle sobre parte das ilhas Kurilas, tomadas pelos soviéticos ao fim da Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1945.

O Japão também tem disputas com a China, como no caso das ilhas Senkaku, que Pequim quer para si —agregando confusão geopolítica, Taiwan também as reivindica.

Todo esse jogo havia sido desenhado pelo próprio Pentágono em um documento divulgado em dezembro do ano passado, no qual defendia o aumento da assertividade naval contra China e Rússia.

O perigo óbvio, seja no Japão, em Taiwan ou no disputado mar do Sul da China, é de que essa agressividade mútua descambe em algum tipo de acidente ou escalada militar.

Carlo Allegri/Reuters

NY RETIRA ESTÁTUA DE THOMAS JEFFERSON POR PASSADO ESCRAVAGISTA

A Câmara Municipal de Nova York aprovou a remoção da estátua de Thomas Jefferson (1743-1826), que permaneceu na sala da diretoria por mais de cem anos, tirando do local a figura de um dos pais fundadores dos EUA e principal autor da Declaração de Independência devido a seu passado escravagista. Nesta segunda (18), um comitê da Câmara votou por unanimidade pela retirada. O terceiro presidente dos EUA, líder do país entre 1801 e 1809, possuiu mais de 600 escravos e, com uma delas, Sally Hemings, teve seis filhos. Após discussões, decidiu-se transferir a estátua para a Sociedade Histórica de Nova York. "Jefferson representa algumas das partes mais vergonhosas da longa e cheia de matizes história do nosso país", disse a vereadora democrata Adrienne Adams. Já Sean Wilentz, professor de história dos EUA na Universidade Princeton, escreveu em uma carta lida pela comissão que "a estátua homenageia Jefferson especificamente por sua grande contribuição à América e à humanidade".

Comissão do Senado dos EUA veta uso de verbas para remover quilombolas em Alcântara

Rafael Balago

WASHINGTON A Comissão do Senado dos Estados Unidos responsável pela alocação de verbas determinou que o governo americano impeça que recursos destinados a ações no Brasil sejam usados na remoção de comunidades indígenas e quilombolas da região de Alcântara (MA).

O veto foi incluído na proposta de orçamento para o ano fiscal de 2022 do Departamento de Estado, que inclui repasses para ações no exterior.

"A Comissão está preocupada com os relatos de que o governo do Brasil planeja forçar a realocação de centenas de famílias quilombolas para expandir o Centro de Lançamento de Alcântara. Nenhum dos recursos providos por esta lei ou por leis anteriores podem estar disponíveis para forças de segurança do Brasil que se envolvam em reassentamentos forçados de comunidades indígenas ou quilombolas", afirma o comitê.

O órgão é liderado pelo democrata Patrick Leahy, mas a construção do orçamento é esforço bipartidário. Apresentado na segunda (18), o documento ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Casa.

As leis sobre o orçamento do governo dos EUA são apresentadas de modo separado, mas debatidas em conjunto. Os democratas podem aprovar leis orçamentárias sem apoio republicano, ao usar chamado mecanismo de reconciliação.

A proposta de orçamento do Departamento de Estado prevê US$ 17 milhões (R$ 94,5 milhões) para ajuda ao desenvolvimento do Brasil, a serem administrados pela Usaid (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional), e outros US$ 20 milhões (R$ 111 milhões) para ações relacionadas a programas ambientais na Amazônia brasileira.

Os EUA e o Brasil fecharam um acordo para que os americanos utilizem a base de Alcântara, no Maranhão, para lançamentos de foguetes. O acerto foi firmado por Jair Bolsonaro com o então presidente americano Donald Trump, em março de 2019, e depois aprovado pelos Congressos dos dois países. O decreto de promulgação do tratado foi assinado pelo líder brasileiro em fevereiro de 2020.

Pelo acerto, os americanos poderão fazer uso comercial da base em troca de recursos para que o Brasil invista no desenvolvimento do programa espacial brasileiro. Na época da negociação, estimava-se que o país poderia receber até US$ 10 bilhões por ano. O governo diz que seguirá com controle total da base e que os americanos farão um uso comercial do espaço, mas sob jurisdição brasileira.

Em outubro de 2019, a Folha mostrou que um plano para remover cerca de 350 famílias de quilombolas da região estava em fase avançada. Elas seriam retiradas dali para permitir a ampliação do CLA (Centro de Lançamentos), comandado pela Aeronáutica, a fim de alugar espaços para operações de outros países.

> “Nenhum dos recursos providos por esta lei ou por leis anteriores podem estar disponíveis para forças de segurança do Brasil que se envolvam em reassentamentos forçados de comunidades indígenas ou quilombolas
>
> **Comissão do Senado dos EUA**
> em proposta de orçamento do Departamento de Estado

Em março do ano passado, o governo publicou a resolução que previa a remoção de moradores. Decisão da Justiça Federal, porém, suspendeu a retirada, e o Ministério Público Federal recomendou o adiamento da operação em razão da pandemia. Assim, o governo se comprometeu a não remover quilombolas de Alcântara durante a crise de Covid.

Há o temor, no entanto, de que a melhora na situação da pandemia no país possa levar o governo a rever sua posição. "A questão está um pouco adormecida, mas a gente sabe que eles [o governo] não estão parados", diz Célia Pinto, coordenadora da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos).

Ela estima que 800 famílias possam ter de deixar a região caso os planos de expansão das atividades da base de Alcântara avancem.

Destruída na Belarus, mídia recorre a exílio e segredo para noticiar

Site independente passa a ser editado de forma anônima; Nobel da Paz para jornalistas é incentivo, dizem repórteres

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Proibida pela ditadura e com jornalistas perseguidos e presos, a mídia independente belarussa recorre ao anonimato e ao segredo para manter vivos seus canais de notícia, de forma clandestina.

"Nossa Redação está localizada fora da Belarus, e as autoridades policiais não terão acesso às informações que estão a nossa disposição nem poderão rastrear nossas fontes", afirma o portal Zerkalo.io, lançado em 8 de julho.

O site é o sucessor do principal veículo independente do país, o Tut.by, que em maio foi bloqueado pelo regime do ditador Aleksandr Lukachenko. Vários funcionários foram detidos e 15 continuam presos.

Por questão de segurança, os nomes dos que seguem trabalhando para o Zerkalo não são divulgados, bem como sua localização, conta a ex-repórter do Tut.by Sofia (nome fictício, a pedido dela, que teme represálias). Aos 28 anos, hoje ela está exilada em Berlim.

Sofia ficou detida 15 dias depois de trabalhar na cobertura do julgamento de 12 estudantes universitários, em junho deste ano. "Nesse período, o Tut.by foi destruído, meus colegas foram presos, perdi o trabalho, amigos e agora estou sem meu país."

Segundo ela, grande parte de seus colegas está hoje na Ucrânia, na Polônia ou na Lituânia. "Desde o ano passado, sabíamos que poderíamos ser bloqueados ou mesmo presos, mas ninguém estava preparado para o que aconteceu: a total destruição da mídia", diz.

Exilados, perseguidos, presos ou disfarçados, os belarussos se consideraram representados pelo Prêmio Nobel da Paz, concedido no começo deste mês para os jornalistas Dmitri Muratov, da Rússia, e Maria Ressa, das Filipinas.

Oliver Money-Kyrle, chefe da seção europeia do Instituto Internacional de Imprensa (IPI, na sigla em inglês), concorda. Em setembro, a entidade deu à belarussa Yulia Slutskaya, fundadora do Clube de Imprensa da Belarus, o prêmio Herói da Liberdade de Imprensa, pelos oito meses em que ficou na cadeia em 2020.

"A repressão à mídia belarussa tem um impacto devastador nas vidas de centenas de jornalistas comprometidos com o uso de sua profissão para expor um regime corrupto e falido, que roubou as eleições", diz Money-Kyrle.

Segundo Sofia, belarussos talvez preferissem um Nobel da Paz para a líder oposicionista Svetlana Tikhanovskaia, apontada como uma das favoritas. "Mas a premiação a jornalistas independentes perseguidos por seu trabalho mostra como informação é crucial para as sociedades", afirma.

Para Anna Krasulina, responsável pela comunicação de Tikhanovskaia, o comitê do Nobel entendeu que premiar a oposição da Belarus seria intervir na política do país, mas a premiação a Ressa e Muratov "é um encorajamento a todos os jornalistas em luta pela democracia", o que inclui os belarussos.

"Há duas mensagens: 1) liberdade de imprensa é o valor mais importante na sociedade moderna; 2) há lugares no planeta em que essa liberdade continua sob ataque. Os dois pontos requerem atenção e ação especial", afirma.

Bella Fox, jornalista belarussa exilada na Lituânia, conta que a tensão entre governo e mídia em seu país é crescente: "Agora processos criminais podem ser abertos para quem assina veículos que a ditadura considera extremista ou faz comentários neles. Pessoas são forçadas a se desculpar em público em transmissões estatais de TV. A lista negra está se expandindo".

A ameaça aos veículos independentes e aos próprios leitores é considerada grave pelo advogado dinamarquês Jacob Mchangama, fundador e diretor do Justitia, centro de estudos de direitos humanos, liberdade de expressão e Estado de Direito.

"Primeiro, o regime belarusso tornou ilegais jornais e TVs independentes, mantendo apenas veículos de propaganda do regime. Agora, ao criminalizar pessoas por apoiar veículos independentes na internet, tirou os últimos canais de informação da sociedade e deu mais um passo para controlar totalmente o fluxo de informação no país", diz.

Quando foi proibido, o portal Tut.by tinha em média 1,8 milhão de visitantes únicos por dia e mais de 3,3 milhões por mês, num país de menos de 10 milhões de habitantes.

Três semanas após o bloqueio do site foi a vez do Nasha Niva, o mais antigo jornal belarusso, fundado havia 115 anos. No mesmo dia, a polícia invadiu os escritórios de jornais regionais, revistou a casa de jornalistas e indiciou editores.

Desde agosto de 2020, início dos protestos contra Aleksandr Lukachenko, 140 jornalistas foram detidos, dos quais 29 seguiam presos na sexta.

"Não há colchões, usávamos pedaços de pão velho como travesseiro e passávamos tanto frio à noite que, mesmo nos abraçando e prendendo uma garrafa de água quente entre as pernas, não parávamos de tremer", contou Katsiaryna Karpistkaya, jornalista do Nasha Niva, à Associação dos Jornalistas Belarussos (BJA).

Ela ficou um mês detida, sem banho nem escovas de dentes. "É preciso implorar por alguns centímetros de papel higiênico. Passamos fome. Comíamos um líquido com alguns pedaços de batata e cascas, pão mofado e duas meias xícaras de chá", conta ela.

A repórter diz que, nos piores momentos, havia 20 mulheres em uma cela de 12 metros quadrados. "Todas contraíram o coronavírus, que, como outras doenças, era tratado ali com paracetamol."

Sofia vê prejuízos para a qualidade do jornalismo: "Os repórteres não podem ver os fatos, comprovar informações, entrevistar funcionários do governo. E, como o site foi considerado 'extremista', fontes independentes agora temem falar, pois podem ser também processadas".

Para a repórter, porém, o esforço de manter o trabalho sob anonimato ou do exterior é uma questão de honra. "Muitos dos meus colegas estão em condições desumanas neste segundo, neste minuto. Estão em isolamento, sem comida, sem remédio, sem nada. Precisamos prosseguir por eles, porque agora nós somos seus olhos e seus braços."

> "Desde o ano passado, sabíamos que poderíamos ser bloqueados ou mesmo presos, mas ninguém estava preparado para o que aconteceu: a total destruição da mídia
>
> **Sofia (nome fictício)**
> ex-repórter do Tut.by exilada em Berlim

MIANMAR LIBERTA MILHARES DE PRESOS POLÍTICOS
Homem se reúne com familiares em Rangoon após sair da prisão junto a outras pessoas detidas por se manifestarem contra o regime imposto após golpe militar em fevereiro AFP

Juízas afegãs ameaçadas pelo Talibã chegam ao Brasil após ação de resgate

Flávia Mantovani

SÃO PAULO O Brasil recebe nesta semana um grupo de dez magistrados afegãos e suas famílias que obtiveram o visto humanitário e foram resgatados por uma operação conjunta entre associações de classe nacionais e internacionais. Muitos deles julgaram casos envolvendo membros do Talibã e estavam ameaçados de morte após a tomada do poder no país pelo grupo fundamentalista.

No total, são 26 pessoas: sete juízas e três juízes casados com essas magistradas, além de seus filhos e outros parentes próximos. A primeira família chegou ao Brasil nesta segunda-feira (18), outra veio na terça (19) e as cinco restantes chegam nesta quarta.

Detalhes sobre a operação de resgate não podem ser divulgados por razões de segurança, mas os voos que os trouxeram para o Brasil vieram da Turquia, da Macedônia do Norte e da Grécia.

Quem encabeça a operação é a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), atendendo a um pedido da Associação Internacional de Mulheres Juízas, que informou que 270 mulheres atuavam como magistradas no Afeganistão e buscavam países dispostos a acolhê-las.

As famílias que chegam nesta semana irão morar inicialmente em Brasília, em uma hospedagem provisória. A AMB fez tratativas com o governo para facilitar a concessão dos vistos para esses profissionais. Preparou também um plano de atendimento aos recém-chegados, que inclui parcerias com planos de saúde, escolas, atendimento psicológico e outros serviços de assistência.

A entidade afirma que lançará nesta quarta campanha para arrecadar fundos que ajudem a mantê-los financeiramente por um período.

"Eles deixaram muito claro que querem independência, querem trabalhar, prosseguir nos estudos", conta Renata Gil, presidente da AMB. "Acho que vão conseguir retomar a vida rapidamente, porque são muito qualificados. Até lá, vamos dar um suporte."

Segundo Gil, o grupo tem poucas informações sobre o Brasil, mas está grato pela acolhida. "Eles estão assustadíssimos, mas na expectativa de saber como é a vida no país. É muito bonito e elegante o jeito como eles agradecem. Eles falam que estamos realmente salvando a vida deles."

Em sua ofensiva para retomar o poder, o Talibã abriu as portas de prisões de cada cidade conquistada, libertando seus combatentes e outros criminosos; muitos iam atrás de quem os condenou para se vingarem. Segundo relatos das associações internacionais, os juízes e suas famílias estavam tendo que se mudar de uma casa para outra ou passar dias em esconderijos em busca de segurança.

O visto humanitário para afegãos foi anunciado pelo Brasil no dia 3 de setembro. Em dezembro de 2020, o Brasil havia reconhecido a situação de "grave e generalizada violação de direitos humanos" no Afeganistão, algo que agiliza o processo de obtenção de refúgio por cidadãos desse país.

Só é possível fazer essa solicitação, porém, estando já no Brasil, e, para a viagem, os afegãos precisam de visto. Até então, era preciso pleitear o documento de turismo ou o destinado a reunião familiar, mais difíceis de obter.

A nota conjunta da Justiça e do Itamaraty que anunciou a portaria do visto humanitário dizia que o país levaria em conta "a situação particular das magistradas afegãs que foi trazida ao conhecimento do governo brasileiro".

Atualmente, há 162 refugiados afegãos reconhecidos no Brasil e 49 processos em andamento, de acordo com dados do Ministério da Justiça.

TODA MÍDIA | **Nelson de Sá**
nelson.sa@grupofolha.com.br

Acusação de 'homicídio' contra Bolsonaro chega ao NYT

Na homepage do New York Times, "Manejo da pandemia por líder brasileiro atrai alegação explosiva: homicídio".

Logo abaixo, "Um relatório do Senado brasileiro concluiu que o presidente Jair Bolsonaro deixou propositalmente o coronavírus matar brasileiros numa tentativa fracassada de obter imunidade de rebanho".

O jornal diz que trechos do relatório de quase 1.200 páginas "foram vistos pelo NYT". Além do presidente, "recomenda acusações criminais contra 69 outras pessoas, incluindo três filhos de Bolsonaro e vários funcionários e ex-funcionários" do governo.

"O relatório culpa as políticas de Bolsonaro pelas mortes de mais de 300 mil brasileiros e insta as autoridades a prender o presidente", diz.

ESTADO DE EXCEÇÃO O governista El Comercio, do Equador, mancheta que "especialistas" garantem que o "estado de exceção" declarado pelo presidente conservador Guillermo Lasso "não restringe os direitos dos cidadãos".

ESTADO DE DIREITO A Voz da América, do governo dos EUA, noticia que o "Secretário de Estado chega ao Equador em meio a estado de exceção". E destaca, do chanceler equatoriano, que "os EUA apoiam o Equador em seus esforços na luta em favor do Estado de Direito" e que "o país participará da Cúpula da Democracia em Washington".

MAIS DE 9 MIL SANÇÕES O Departamento do Tesouro dos EUA listou "mais de 9 mil sanções em vigor" num relatório sobre a estratégia, que cresceu sob Trump, com mil por ano. "Biden está a caminho de impor 900 neste ano, terceiro maior total", diz o NYT. "O papel do dólar como moeda de reserva significa que os Estado Unidos podem isolar países do sistema financeiro global. O Departamento expressou preocupação de que adversários da América estejam tomando medidas para reduzir sua dependência do dólar."

USO E ABUSO O relatório foi precedido por artigos questionando a estratégia e preparando o terreno para eventuais mudanças sob Biden. Um na Foreign Affairs, "Os Estados Unidos das Sanções", mostrando "O uso e abuso da coerção econômica". Outro no próprio NYT, concentrado na ineficácia das sanções americanas na América Latina.

The United States of Sanctions
The Use and Abuse of Economic Coercion

Na revista Foreign Affairs, 'Os Estados Unidos das Sanções'

Planalto adia Auxílio Brasil fora do teto após pressão de Guedes e do mercado

Secretários da Economia ameaçam sair depois de Bolsonaro impor valor de R$ 400 por família

BRASÍLIA O Palácio do Planalto desistiu de realizar nesta terça-feira (19) cerimônia que anunciaria que o Auxílio Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família, deverá pagar em média R$ 400 por família, acima do previsto anteriormente.

O recuo ocorreu após nervosismo do mercado diante da possibilidade de o governo aumentar gastos acima do teto e pressão do ministro Paulo Guedes (Economia) e da equipe dele, inclusive com ameaça de demissões de secretários da pasta. O Ministério da Economia nega risco de debandada.

Ante o impasse, a equipe econômica retomou a intenção de tentar manter o novo programa dentro do teto de gastos. Mas o valor de R$ 400 foi determinado pelo presidente e não está em discussão.

Para a ala política do governo, é improvável que haja uma saída dentro do teto. Segundo relatos, desagradar o mercado financeiro já estava "precificado" por auxiliares do presidente. O desgaste entre as alas política e econômica do governo não vem de hoje, mas se intensificou nos últimos dias por causa do auxílio emergencial.

No pregão da B3, em São Paulo, a curva de queda das ações reflete o nervosismo que abalou o mercado Amanda Perobelli/Reuters

A Bolsa de Valores brasileira teve forte queda e o dólar disparou nesta terça-feira. O Ibovespa, principal indicador da B3, chegou a recuar quase 4% durante a tarde e encerrou o pregão na marca de 110.672 pontos, queda de 3,28%. O dólar foi a R$ 5,59, uma alta de 1,35%.

Apesar de não ter entrado oficialmente na agenda do Planalto, a cerimônia de anúncio do novo Bolsa Família foi combinada em reunião no Palácio do Alvorada na noite de segunda-feira (18).

Na ocasião, Bolsonaro determinou que o valor do auxílio fosse de R$ 400 e que a equipe econômica encontrasse fontes de recursos para financiar o benefício.

O cerimonial do Planalto organizou o Salão Nobre do palácio, onde ocorrem normalmente os eventos públicos. Reservadamente, auxiliares palacianos mantiveram e suspenderam o anúncio por diversas vezes nesta tarde. Enquanto a cerimônia era cancelada, alguns convidados ainda chegavam ao local.

O recuo do anúncio desta tarde repercutiu muito no Planalto. A avaliação é que expôs o presidente e passou mensagem de desorganização da equipe.

A reunião que teria definido a saída para o pagamento do Auxílio Brasil foi realizada no Palácio do Alvorada, sob o comando do próprio Bolsonaro. Segundo interlocutores, Guedes teria se mostrado contrariado, mas teria aceitado a determinação do presidente.

O plano que chegou a ser previsto para anúncio definia que o Auxílio Brasil deveria pagar em média R$ 400 por família. O governo planejava alcançar o valor com duas manobras fiscais.

A estratégia para criar o novo programa previa contornar a compensação orçamentária exigida pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e também driblar a regra constitucional do teto de gastos (que impede o crescimento real das despesas federais).

A rigor, o programa social tem hoje recursos garantidos para pagar menos de R$ 200, em média, aos beneficiários —aproximadamente o valor atual do Bolsa Família. O Ministério da Economia planejava elevar o montante para R$ 300 usando os recursos da taxação de dividendos, contida no projeto do Imposto de Renda, mas o texto está estacionado no Senado.

A alternativa encontrada foi, em um primeiro passo, elevar os recursos para o programa usando uma parcela temporária de aproximadamente R$ 100 a ser paga até dezembro de 2022. A visão é que, com isso, ficaria dispensada a exigência da LRF de compensar os valores (por meio de mais receitas ou corte de despesas). Isso porque programas que duram menos de dois exercícios não precisam ser compensados.

Continua na pág. A16

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Subiu no telhado

Representantes do empresariado elevaram o tom das críticas ao plano de furar o teto de gastos para pagar R$ 400 na nova versão do Bolsa Família. Na opinião dos porta-vozes de diversos setores, o projeto tem objetivo político, denota falta de transparência, pressiona a inflação e compromete a rentabilidade das empresas, além de passar mensagem de falta de compromisso com o discurso liberal e de responsabilidade fiscal que levou o mercado a apoiar o governo.

FUTURO José Augusto de Castro, presidente da AEB (associação de comércio exterior), diz que a medida tem cunho político, não econômico, e poderecair sobre a população carente. Na avaliação de Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (bares e restaurantes), falta transparência no plano do governo para financiar o Auxílio Brasil, o que gera insegurança no mercado e prejudica investimentos.

FOME Para Nelson Mussolini, do Sindusfarma (que reúne o setor de medicamentos), a volatilidade cambial afeta a rentabilidade das empresas. Fernando Pimentel, presidente da Abit (indústria têxtil), afirma que o governo terá de encontrar um caminho sem estourar o teto.

VOZ Para Gabriel Kanner, presidente do grupo de empresários Brasil 200, ultrapassar a regra fiscal em cerca de R$ 30 bilhões não seria exorbitante, mas o problema é a sinalização que passa ao mercado. "O discurso da responsabilidade fiscal vai por água abaixo. E foi um dos pilares que elegeram o governo Bolsonaro", diz.

PRECONCEITO Uma das maiores redes de farmácias do Sul do país, a São João divulgou uma nota nesta segunda (18) afirmando que é falso um áudio que circula nas redes sociais com a fala de uma suposta recrutadora que orienta seus colegas a evitarem a contratação de candidatos gordos, gays e com piercing.

TELA O nome da empresa não é citado no áudio, mas os comentários de internautas atribuem o conteúdo à rede São João. Na gravação, a voz diz: "Se pegar alguém, com todo o respeito, viado, tem que ser uma pessoa alinhada". Na nota divulgada pela São João, a rede diz que as informações foram publicadas por pessoas de fora e desconhecidas para prejudicar a imagem da empresa.

ASA O aeroporto de Heathrow, em Londres, teve sinal verde do órgão que regula o setor de aviação britânico para elevar a taxa cobrada dos passageiros nos próximos anos. A proposta foi apresentada pelo órgão nesta terça (19) em consulta pública sobre o tema.

GOTA D'ÁGUA A recente reunião do Ministério de Minas e Energia com a entidade esotérica Fundação Cacique Cobra Coral, que diz controlar o clima, desagradou representantes do empresariado que há meses tentam convencer o governo de que haveria benefício econômico em retomar o horário de verão para resolver o problema energético agravado pela falta de chuva.

TEMPO FECHADO Fabio Aguayo, diretor da CNTur, uma das entidades de turismo que defende a mudança no relógio para alongar o tempo de atendimento no comércio e nas atividades de lazer, diz que o encontro do ministério com a Cobra Coral mostra que o governo está preocupado, mas não pode contar com a sorte e esperar um dilúvio para resolver a questão energética.

TROVÃO Para Aguayo, o ministro Bento Albuquerque é "intransigente e cabeça dura". Ele afirma que deve ser difícil por parte do governo admitir a volta do horário de verão porque o debate tomou um rumo ideológico comparável a cloroquina e tratamento precoce, quando deveria ser econômico, científico e estratégico.

ESTÔMAGO Os consumidores brasileiros gastaram mais com comida e bebida no feriado de 12 de outubro, segundo levantamento da fintech Olivia, com 4.700 usuários de seu app. Nos dias 11 e 12 de outubro, cresceram 19% os gastos em restaurantes, padarias, bares e delivery, acima da inflação dos alimentos.

PF Além dos preços mais altos, que impulsionaram os números, a empresa diz que a disposição para gastar também foi maior no feriado deste ano em relação ao de 2020, quando as restrições estavam em vigor e ainda não havia vacina da Covid. O valor médio diário gasto por consumidor no período foi de R$ 72,79, ante R$ 61,17 no ano passado.

BOLSO O Estímulo 2020, projeto criado por Eduardo Mufarej com apoio de Abilio Diniz e outros grandes empresários para dar crédito a pequenos e microneg ócios na pandemia, desembolsará mais R$ 5 milhões para os empreendedores.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS

Out., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	7,89

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência setembro

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín.	R$ 1.100,00	20%	R$ 220,00
Valor máx.	R$ 6.433,57	20%	R$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria venceu em 15.out

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.100	5%	R$ 55,00

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.100	7,5%
De R$ 1.100,00 a R$ 2.203,48	9%
De R$ 2.203,49 a R$ 3.305,22	12%
De R$ 3.305,23 a R$ 6.433,57	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.out. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	116,66
Empregador	259,26

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.out. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Planalto adia Auxílio Brasil fora do teto após pressão de Guedes e do mercado

Continuação da pág. A15

Além disso, outros R$ 100 seriam pagos com créditos extraordinários fora do Orçamento e, assim, fora do teto de gastos. Há dúvidas sobre como o governo fará o embasamento legal dessa estratégia.

O pagamento por créditos extraordinários é autorizado pela Constituição só em casos de imprevisibilidade e urgência, e o mecanismo está previsto para 2022 com o Orçamento ainda aberto.

Pelo plano em discussão, o gasto fora da regra fiscal ficaria entre R$ 25 bilhões e R$ 30 bilhões. Mas há temor na equipe econômica de que o furo no teto possa "abrir a porteira" da irresponsabilidade fiscal, quando às vésperas de 2022, quando Bolsonaro deve tentar a reeleição.

Segundo relatos, a ideia em gestação não está descartada e ainda pode ser anunciada. Membros do governo dizem que um dos motivos do adiamento foi a falta de tempo para finalizar as medidas e a análise jurídica do programa. O governo ainda não marcou nova data para o anúncio.

Após a repercussão negativa da indicação de que o auxílio furaria o teto, os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, e da Cidadania, João Roma, foram à Câmara buscar alternativas.

Na chegada, Ciro disse, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que "o mercado já precificou" a ideia de colocar parte das despesas do Auxílio Brasil fora do teto de gastos.

Participaram da reunião líderes partidários da Câmara e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Segundo participantes do encontro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), demonstrava irritação durante a conversa.

João Roma e Ciro Nogueira foram evasivos e não deram detalhes nas conversas.

"Estamos chegando aos detalhes finais de uma proposição que viabilize o pagamento do novo auxílio, e para isso nós viemos visitar o presidente da Câmara para tratar de detalhes, inclusive o texto dos precatórios", disse Roma, que afirmou não haver definição sobre valores.

O relator da medida provisória do benefício, Marcelo Aro (PP-MG), criticou a possibilidade de criação de auxílios temporários.

"Essa saída [dois auxílios temporários] não é o caminho, precisamos de uma política estruturante, precisamos de uma política de estado, e não acredito que benefícios temporários sejam solução para essa camada mais vulnerável, mais necessitada do país."

Depois, Lira atribuiu a indefinição sobre o novo auxílio à demora na votação do projeto de Imposto de Renda pelo Senado. "O Senado está parado com relação às votações das matérias estruturantes. E isso também vai impactando", disse.

"Estamos no final do ano, e até agora nenhuma posição sobre o IR, que todos nós sabemos que é base de cálculo para nova fonte. Então o governo deve estar trabalhando para ter alternativas caso o Senado decida não votar a reforma do Imposto de Renda da pela Câmara."

Ante as pressões contrárias, o governo passou a estudar a possibilidade de colocar todos os gastos do programa dentro do teto. Até esta terça, membros da equipe econômica afirmavam que não havia espaço para a medida.

Uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita gastos com precatórios —dívidas do governo reconhecidas pela Justiça— tramita no Congresso.

A engenharia orçamentária para destravar o Auxílio Brasil envolve a aprovação da PEC que adia o pagamento de precatórios. A expectativa era que fosse votada nesta terça na comissão da Câmara que cuida do assunto. A votação, porém, não ocorreu por divergências em relação ao texto.

Além disso, o governo queria incluir na PEC um dispositivo para viabilizar juridicamente os benefícios temporários do Auxílio Brasil.

A decisão de criar o programa fora das regras fiscais foi interpretada como derrota para o ministro Paulo Guedes. Ele e sua equipe passaram meses defendendo que a solução para atender aos mais vulneráveis após o fim do auxílio emergencial ficasse dentro do teto de gastos.

O clima na equipe do ministro após a reunião que definiu esse plano foi de preocupação e insatisfação.

Apesar do clima de que Guedes sofreu um revés, membros da pasta dizem que ele não pensa em deixar o cargo. Técnicos afirmam que a decisão do programa social ampliado é uma forma de atender à ala política, que vem pedindo a cabeça do ministro.

Nesta terça, técnicos avaliavam qual discurso adotar para sustentar a confiança do mercado na equipe econômica. A ideia é adotar estratégia de contenção de danos.

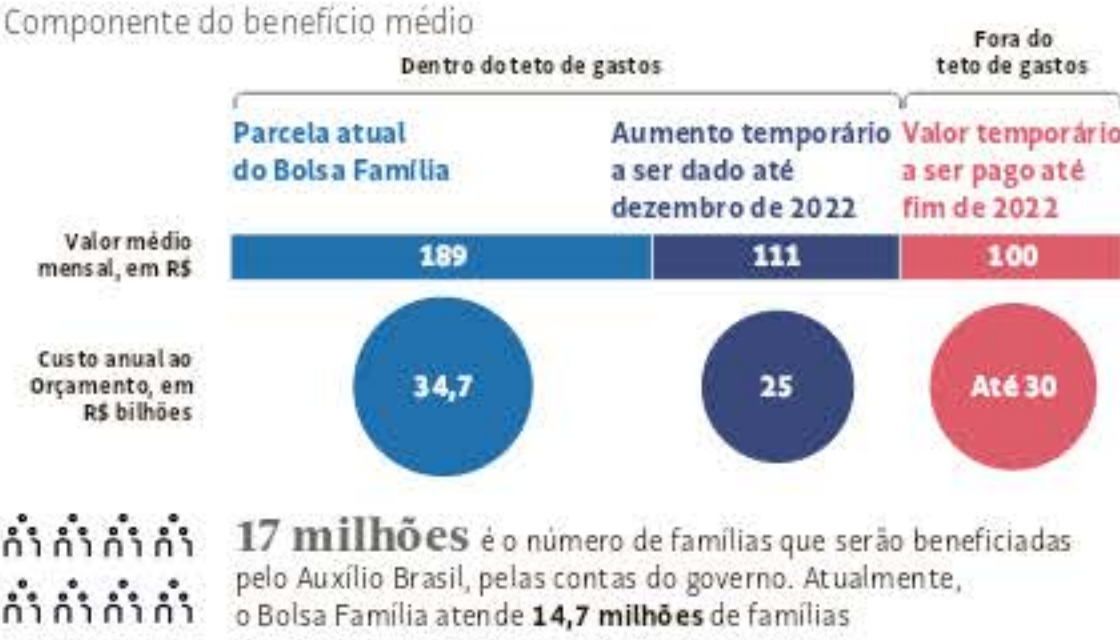
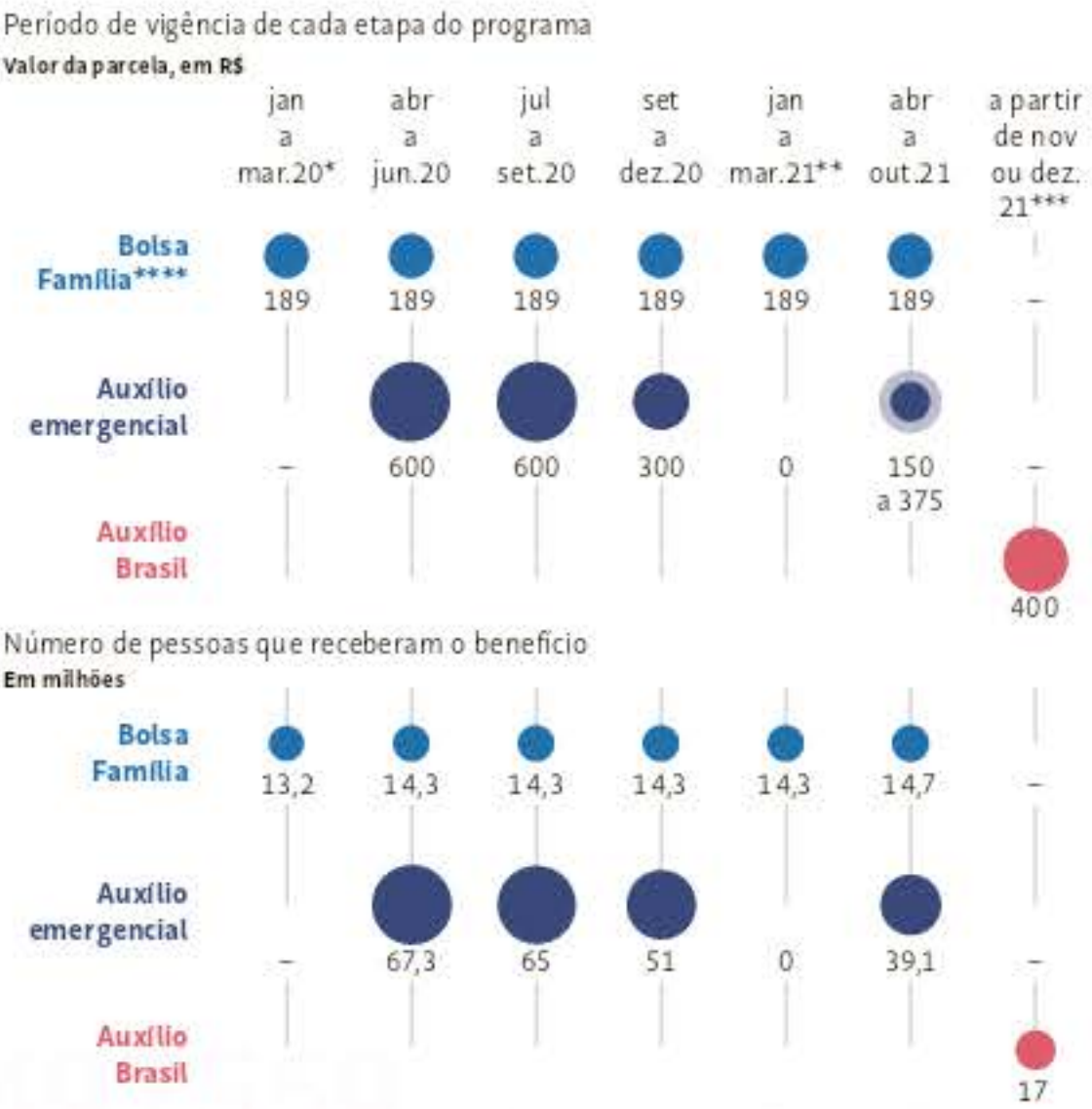
Além disso, a equipe econômica deve bater na tecla de que uma despesa de R$ 25 bilhões a R$ 30 bilhões fora do teto é considerada baixa, sem grande dano às contas públicas. Interlocutores de Guedes afirmam que uma prorrogação do auxílio emergencial teria custo mais elevado.

Ressaltam também que agentes do mercado chegaram a defender que gastos com precatórios ficassem fora do teto, com valor maior do que o estimado agora para o programa social.

Marianna Holanda, Julia Chaib, Thiago Resende, Bernardo Caram, Fábio Pupo e Danielle Brant

A engenharia fiscal do Auxílio Brasil

Como o governo pretende chegar ao valor médio de R$ 400 do novo benefício

17 milhões é o número de famílias que serão beneficiadas pelo Auxílio Brasil, pelas contas do governo. Atualmente, o Bolsa Família atende **14,7 milhões** de famílias

Diferenças entre o Bolsa Família, auxílio emergencial e o Auxílio Brasil

*Auxílio emergencial não havia sido criado ainda **Governo não pagou auxílio emergencial entre janeiro e março de 2021 ***Auxílio Brasil começa em novembro, mas o valor de R$ 400 deve ser atingido em dezembro ****Enquanto durou o auxílio emergencial, beneficiários do Bolsa Família receberam o valor do programa mais vantajoso para eles

A novela dos programas sociais sob Bolsonaro

MAR.20 Ministério da Economia anuncia auxílio emergencial de R$ 200 para trabalhadores informais após avanço do coronavírus. Congresso, em negociação com Bolsonaro, amplia valor para R$ 600

AGO.20 Plano da equipe de Guedes para ampliar o Bolsa Família, criando o Renda Brasil, é rejeitado por Bolsonaro. Presidente afirmou que não iria "tirar de pobres para dar a paupérrimos"

SET.20 Proposta em estudo de congelar aposentadorias para turbinar programas sociais deixa Bolsonaro furioso.

Governo anuncia Bolsa Família turbinado por meio uso de recursos precatórios e do Fundeb (fundo para a educação). Programa se chamaria Renda Cidadã. Após fortes reações negativas, ideia é engavetada

DEZ.20 Após prorrogações do auxílio emergencial, governo interrompe pagamentos mesmo sem a criação de um programa social fortalecido

ABR.21 Depois de negociar a aprovação de uma emenda constitucional de ajuste fiscal, governo volta a pagar nova rodada do auxílio emergencial

AGO.21 Bolsonaro envia ao Congresso medida para reformular o Bolsa Família, rebatizando-o de Auxílio Brasil. Texto não define valor do benefício e vincula reajuste a reforma do Imposto de Renda e limitação de precatórios

OUT.21 Auxílio emergencial chega ao último mês de pagamento. Sem fonte de custeio, governo prepara manobras fiscais para financiar Auxílio Brasil

Para analistas, furar teto é dar com uma mão e tirar com outra

Economistas dizem que benefício cresceria com corte de gastos eleitoreiros

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O governo Bolsonaro e o Congresso Nacional podem criar um programa social robusto sem desrespeitar as regras fiscais, mas têm optado por soluções populistas e que vão resultar em aumento da inflação, menos crescimento e perda de poder de compra da população. Por outro lado, preservam espaço de emendas parlamentares, subsídios e gastos eleitoreiros.

Essa é a avaliação de economistas ouvidos pela Folha após o presidente determinar que o Auxílio Brasil, nova versão do Bolsa Família, chegue a R$ 400, acima dos R$ 300 anunciados antes. A ideia é que essa diferença seja paga fora do teto de gastos.

O anúncio da medida foi marcado para esta terça-feira (19), mas adiado após reação negativa do mercado.

Gabriel Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente, diz que alcançar o valor de R$ 400 é difícil, mas não impossível, e que isso deveria ser feito por meio do corte de outras despesas.

"Há instrumentos para resolver essas questões. O governo optou pela pior saída, que vai desorganizar a economia e não vai proteger os mais pobres de fato. Eles vão receber com uma mão e perder com a outra", afirma Barros.

Para ele, é uma falsa solução achar que com o benefício de R$ 400 fora do teto e desorganizando o arcabouço fiscal vai se resolver o problema. "Vai piorar para as pessoas que, supostamente, eles estão querendo proteger."

Ele afirma que a ala política do governo e o Parlamento estão usando o socorro aos mais pobres como desculpa para se apropriarem do orçamento público, ao colocarem essas despesas fora do teto para aumentar e manter subsídios e garantir recursos para outros fins eleitorais.

Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, também diz que um programa social melhor é necessário, mas que a ampliação não pode ser feita por meio de uma solução "criativa" e que ultrapassa o limite da responsabilidade fiscal.

"Com uma mão, aumenta o benefício. Com a outra, o governo entrega inflação maior, que vai corroer esse aumento, e uma piora da atividade econômica que vai manter essa população mais tempo fora do mercado de trabalho. Isso traz uma ilusão", afirma.

Abdelmalack também diz que boa parte do espaço orçamentário que o governo vem buscando ao colocar despesas fora do teto, como no caso dos precatórios, pode resultar em aumento de recursos para emendas parlamentares.

Para Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, as condições financeiras podem se deteriorar ainda mais caso o governo acene com um patamar de aumento de endividamento ainda maior para essas despesas. Por outro lado, seria positivo se a ampliação do programa fosse feita com compensação orçamentária.

"Se encontrássemos uma fonte de financiamento, via aumento de imposto ou realocação de recursos previstos no Orçamento, traria um tom positivo. Hoje a expectativa é todo esse processo gerar aumento da dívida pública", diz.

Igor Velecico, economista-chefe da Genoa, avalia que não se pode descartar uma ampliação do programa no Congresso para alcançar todos os que recebem hoje o auxílio emergencial, com um impacto estimado de R$ 150 bilhões.

O valor supera as estimativas de cerca de R$ 30 bilhões para elevar o valor do programa social a R$ 300 e zerar a fila atual do Bolsa Família, o que seria possível com a aprovação da PEC dos Precatórios.

Ele também afirma que colocar essas despesas sociais fora do teto vai abrir espaço para emendas e outros gastos eleitorais.

Bolsa fecha em queda de 3,3% e dólar sobe 1,35% a R$ 5,59

Clayton Castelani

SÃO PAULO A Bolsa de Valores brasileira fechou em forte queda e o dólar disparou nesta terça-feira (19) como mercado temendo que as discussões em Brasília sobre o novo programa de distribuição de renda do governo resultem em aumentos de gastos acima do teto fiscal. A tensão também elevou os juros futuros.

O Ibovespa, índice de referência da Bolsa, caiu 3,28%, a 110.672 pontos, depois de recuar 3,91% durante a tarde. O dólar subiu 1,35%, a R$ 5,5950, perto da máxima de R$ 5,6130.

O dólar manteve o viés de alta durante todo o pregão, mesmo depois do leilão realizado pelo Banco Central para venda à vista de US$ 500 milhões (R$ 2,78 bilhões).

O novo valor do Auxílio Brasil reforça a tensão gerada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que havia defendido na véspera, em entrevista ao site da revista Veja, que o país não poderia priorizar a responsabilidade fiscal e o respeito ao teto de gastos em detrimento das necessidades da população mais vulnerável diante dos impactos sociais provocados no Brasil pela pandemia.

Embora exista consenso sobre a necessidade de combater as mazelas sociais geradas pela pandemia, o mercado digere mal a separação que parte da classe política faz entre disciplina fiscal e investimentos sociais. Essa dicotomia, presente na fala de Lira, tem aumentado ainda mais a percepção quanto ao risco fiscal do país, segundo Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

"Lira revela sua pretensão populista ao impor uma dualidade inexistente entre o social e a responsabilidade, como se houvesse um entrave, ou que para se fazer política social tivesse que ser irresponsável", disse Sanchez.

Para o economista, as declarações de Lira também indicam que ele poderá ser um dos principais agentes políticos a pressionar pelo aumento dos gastos públicos com a proximidade das eleições de 2022.

O mercado também operou atento à possível votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos precatórios em comissão especial da Câmara. Os títulos da dívida judicial reconhecida representarão gastos de aproximadamente R$ 89 bilhões em 2022 e o parcelamento de parte disso é visto como contrapartida para viabilizar o Auxílio Brasil.

A pressão do cenário fiscal sobre o câmbio tem feito o BC intervir diariamente no mercado desde a última quarta-feira (13), quando deu início a uma série de leilões de novos contratos de swap cambial tradicional, o que na prática equivale à venda da divisa no mercado futuro.

No mercado de juros futuros, a taxa DI (Depósito Interfinanceiro) para janeiro de 2023 foi de 9,35% para 9,84%.

A alta de 49 pontos-base nos juros, que se reflete no aumento da dívida do governo e no aperto do crédito para pessoas físicas e empresas, retira aproximadamente R$ 6 bilhões do PIB (Produto Interno Bruto), calcula Étore Sanchez, da Ativa.

"Esse montante faria diferença no social, dado que é o equivalente a 20% dos cerca de R$ 30 bilhões que o governo quer estourar do teto de gastos para pagar o novo Bolsa Família", diz Sanchez.

Para 2025, o avanço dos juros DI foi de 10,27% para 10,89% e, em relação a 2027, passou de 10,66% para 11,19%.

Divulgação

Ana Paula Vescovi

Brasil terá juro alto por mais tempo e crescimento será ainda pior em 2023

Economista-chefe do Santander afirma não ver condições políticas para se aprovar as reformas econômicas de que o país precisa

ENTREVISTA

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A economista-chefe do Banco Santander, Ana Paula Vescovi, afirma que os ventos favoráveis da economia mundial mudaram de direção, após uma acumulação recente de choques que jogam para baixo as expectativas de crescimento e trazem mais riscos inflacionários.

Ex-secretária do Tesouro Nacional no governo Michel Temer (única mulher a ocupar o cargo em 35 anos de existência da instituição), Vescovi diz que o Brasil deve conviver com uma taxa de juros elevada por mais tempo, o que leva a uma desaceleração de crescimento em 2022 e a um desempenho ainda pior em 2023.

Em entrevista à **Folha** a economista afirma não ver condições políticas para se aprovar, até as eleições, as reformas econômicas que o país precisa. Diz ainda que um cenário com candidaturas que sinalizem o abandono do teto de gastos e da responsabilidade fiscal seria bastante estressante para a economia em 2022.

*

Nas últimas semanas houve uma piora no cenário internacional, o que inclui crise energética, mais riscos inflacionários, problemas na China, antecipação de retirada de estímulos nos EUA. Isso coloca um viés de baixa nas projeções de vocês para PIB e de alta para inflação, câmbio e juros? Com certeza os ventos externos favoráveis mudaram de direção. Estamos observando uma acumulação de choques que trazem mais incerteza, mais risco. Há uma discussão sobre se eles se dissipam ou se são um pouco mais permanentes. São questões que estão em aberto. A grande dúvida é por quanto tempo estaremos expostos a esses choques antes de uma normalização. Isso tudo nos leva a um cenário de mais inflação, câmbio das economias emergentes mais depreciado e um cenário de crescimento mais contido.

> **O que amenizaria muito o cenário e seria inclusive um fator de melhora para o Brasil seria a gente voltar a ter um projeto político com ampla base de apoio, capaz de aprovar reformas que o país precisa**

> **A pandemia desviou a gente da rota da consolidação fiscal. A gente não vê o Brasil avançar no que leva à consolidação de forma estrutural, que é rever o tamanho do Estado e a composição do Orçamento**

Todo mundo já esperava que a recuperação da economia mundial ia alcançar um pico agora, já havia alcançado na China, e estava convergindo para um patamar de longo prazo. Mas ninguém esperava que outros choques iam se adicionar e trazer as expectativas de crescimento da economia global mais para baixo.

Para 2022, vocês têm uma projeção de crescimento de 1,7%, próxima da mediana de mercado, de cerca de 1,6%, mas para 2023 fizeram uma estimativa de PIB de apenas 1%. A economia brasileira vai continuar sofrendo com baixo crescimento, mesmo depois das eleições? A gente vai passar por um ciclo de aperto monetário que deve terminar no começo do ano que vem. Diante desses choques, e dessa deterioração do cenário externo em particular, podemos ter uma Selic [taxa básica de juros] contracionista por um pouco mais de tempo do que estimado antes. Então nós vemos a economia em 2023 ainda muito afetada por esse ciclo monetário contracionista. E com um mercado de trabalho que já volta para o pré-pandemia, que vai ser a última variável a alcançar os níveis anteriores à crise.

A gente vai precisar ter uma clareza maior sobre os sinais que o novo governo já instalado em 2023 deverá emitir para os agentes econômicos sobre a sua estratégia, para que a gente tenha uma perspectiva mais favorável para investimentos, ambientes de negócios, reformas, enfim, para voltar a um crescimento maior e mais sustentado.

Para 2022 a sra. ainda não vê aquele cenário de crescimento próximo de zero, como algumas casas estão prevendo? Não vejo. O que a gente tem nessa perspectiva, baseado inclusive nos dados de mercado de trabalho que já saíram, é que a gente vai ter na comparação desses com o próximo ano uma massa de salários real crescendo próxima de 3%. Isso nos leva a acreditar que tem alguma sustentação para um crescimento em torno desse número, aproximadamente 1,5%, não obstante o aperto monetário que está havendo, o aumento das incertezas e um ano que vai ter como destaque o processo eleitoral.

O que pode amenizar o risco de contaminação do cenário econômico pela disputa eleitoral em 2022? O que amenizaria muito o cenário e seria inclusive um fator de melhora para o Brasil seria a gente voltar a ter um projeto político com ampla base de apoio, capaz de aprovar reformas que o país precisa.

Agora, o que pode levar a um cenário mais complexo é ter uma discussão política no ano que vem com a percepção de um risco muito elevado de abandono do marco fiscal, especialmente da regra do teto de gastos. Ou o apontamento de uma consolidação fiscal ainda mais lenta nesse cenário de alto risco para a trajetória da dívida pública. Isso tende a estressar bastante o cenário do ano que vem.

A sra. citou a questão do desemprego. Espera que a taxa volte para o nível de 2019 em 2023? A taxa de desemprego, sim. O nível de emprego já volta no segundo semestre de 2022. Obviamente com uma composição diferente. A gente acredita que o emprego vai se recuperar, mas dentro de uma configuração de um pós-crise, provavelmente com uma composição menos favorável do mercado de trabalho, com mais informais, rendimento médio habitual diferente, mais emprego parcial, mais emprego intermitente.

Ana Paula Vitali Janes Vescovi, 52

É economista-chefe e diretora de Macroeconomia do Banco Santander Brasil e membro do Conselho de Administração da Ultrapar. Foi secretária-executiva do Ministério da Fazenda, secretária do Tesouro Nacional e presidente dos conselhos da Caixa e do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) no governo Michel Temer. Também foi secretária da Fazenda do Espírito Santo. É bacharel em ciência econômicas, especialista em políticas públicas e gestão governamental e mestre em administração pública e em economia do setor público

Na massa de rendimentos, vocês estão contando com o novo programa Auxílio Brasil? Temos na conta o programa cuja proposta o governo encaminhou ao Congresso, o Auxílio Brasil com valor médio de R$ 300, alcançando 17 milhões de famílias. Um programa de aproximadamente R$ 61 bilhões. [O Bolsa Família são R$ 35 bilhões].

Dentro do teto de gastos? A gente está fazendo a leitura do Orçamento com tudo dentro do teto de gastos. O que a gente está adicionando ao cenário é essa perspectiva de aprovação da PEC [dos precatórios] tal como estipulou o relatório divulgado [no dia 7], com cerca de R$ 40 bilhões em precatórios que saem do teto.

Também nos preocupa o fato de não saber como vai ser endereçada a questão do próprio Auxílio Brasil. A gente precisa perceber que vai ser possível aprovar essa reforma ainda em 2021, o que é uma grande incerteza.

No relatório mais recente do banco vocês traçam um caminho com a necessidade de redução do risco fiscal, de modo a gerar uma apreciação do real que contribua para uma desinflação. O Banco Central sozinho não vai conseguir trazer a inflação para a meta? A questão fiscal está no centro. Óbvio que, recentemente, ela tem sido acompanhada por essa incerteza política institucional, com a proximidade das eleições e uma antecipação da corrida eleitoral.

A pandemia desviou a gente da rota da consolidação fiscal. A gente não vê o Brasil avançar no que leva à consolidação de forma estrutural, que é rever o tamanho do Estado e a composição do Orçamento. Tornar a destinação de recursos mais efetiva, não só para distribuição de renda, o que é primordial no Brasil, mas também para uma maior produtividade e eficiência da economia brasileira.

Mesmo com a melhora recente nos indicadores fiscais? Existe uma melhora no [resultado] primário. Isso pode não se verificar daqui para a frente. Essa melhora do primário pode ser mais circunstancial do que pensamos neste momento.

Além disso, já está contratado um aumento do custo de rolagem da dívida em função da alta da Selic, e é perceptível o aumento de risco sobre a dívida pública por vários fatores. Primeiro porque ela alcançou um nível mais elevado, 80% chegando a um pico em torno de 90% na nossa estimativa.

O segundo [risco] é a rolagem maior, que praticamente dobrou durante a pandemia, porque a dívida aumentou e foi encurtada. O terceiro ponto é o custo de rolagem maior. Tudo isso nos leva a um cenário de bastante risco para a frente.

É possível, em um cenário de desemprego tão elevado e tanta demanda por gastos sociais, manter o teto em pé até o ano da revisão dele? Consegue. Obviamente não é fácil. Por isso o teto foi tão efetivo em reduzir os juros estruturais da economia, foi tão importante para levar a gente a um ambiente de condições financeiras bem mais favoráveis. Mas ele precisa das reformas, rediscutir o gasto público no Brasil, o que é absolutamente prioritário. A gente não gasta pouco, de forma alguma. Gasta mal. É um diagnóstico que a gente tem já há algum tempo.

Enfrentar essa discussão, sobre o que é prioritário, reconhecer que o Estado tem limites, e que os limites são postos pela sociedade e pela sua capacidade de pagar impostos, isso precisa voltar à discussão.

Trabalhador poderá usar FGTS para comprar ações da Eletrobras

Julio Wiziack

BRASÍLIA O Conselho do PPI (Programa de Parceria de Investimentos) aprovou, nesta terça-feira (19), o modelo de privatização da Eletrobras definido pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que permitirá, por exemplo, que trabalhadores utilizem recursos do FGTS para a compra de ações da companhia. O limite total será de R$ 6 bilhões e a aplicação mínima foi definida em R$ 200.

Pessoas físicas poderão comprar, no mínimo, R$ 1.000 em ações da Eletrobras que serão ofertadas na B3, a Bolsa de São Paulo. O teto, neste caso, será de R$ 5.000. Funcionários da companhia terão uma cota reservada de 10% do total da oferta caso se interessem em fazer esse investimento.

Segundo o presidente do BNDES, Gustavo Montenzano, a oferta primária (inicial) será de R$ 23,2 bilhões. Caso haja uma segunda emissão, o valor será definido de forma a que a participação da União na Eletrobras seja de 45% do capital.

A secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia avalia que a oferta ocorra no primeiro trimestre de 2022. Para isso, ainda será preciso cumprir outras etapas do processo, como aprovações da modelagem pelo TCU (Tribunal de Contas da União) e mudanças societárias em subsidiárias da Eletrobras, que passarão ao controle direto da União.

Pelas regras, nenhum acionista poderá votar com mais de 10% de suas ações e haverá cláusulas para evitar concentração de votos por grupos de investidores (mecanismo conhecido no mercado financeiro como poison pill).

Parte dos recursos dessa oferta será destinada para abastecer a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), responsável pela modicidade tarifária. A estimativa é que esse valor chegue a R$ 29,8 bilhões. Na prática, no entanto, Montezano afirmou que a operação será neutra do ponto de vista tarifário. "Não vai nem aumentar, nem reduzir", disse.

Outra parte dos recursos será destinada para a revitalização de bacias hidrográficas (R$ 6,7 bilhões) e projetos de melhoria energética da região Norte (R$ 2,1 bilhões) ao longo dos próximos anos.

O BNDES avalia ainda que esse projeto permitirá que a companhia privatizada passe a investir, em média, R$ 12 bilhões por ano em obras relacionadas a geração de energia contra os atuais R$ 2 bilhões.

Parte do processo ainda prevê mudanças societárias na Eletronuclear, responsável pelas usinas nucleares de Angra. Essa empresa deixará de ser controlada pela Eletrobras e passará para a União por meio de outra empresa criada, a ENBPar, segundo Montezano. Será preciso uma capitalização de R$ 3,5 bilhões da União na nova empresa e a Eletrobras terá de injetar R$ 1,4 bilhão para ter sua participação completamente diluída.

Haverá ainda a obrigação de que a Eletrobras participe com essa nova estatal nuclear da captação de recursos para a conclusão da usina de Angra 3, obra que foi barrada devido a um esquema de corrupção investigado pela operação Lava Jato.

A grande mutreta de Bolsonaro

Novo Bolsa Família tem calote, estouro de gastos e deixa a conta para o próximo governo

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O plano de Jair Bolsonaro e do centrão para engordar o Bolsa Família implica furar o teto de gastos e dar um calote nos precatórios. Além disso, aumenta dívida e déficit públicos e deixa um problema explosivo para o próximo governo. Grande dia para os liberais.

Para dar apenas um exemplo das consequências desse plano, considere-se a conta que vai ficar para o próximo governo. Grande parte das despesas com o novo Bolsa Família, o "Auxílio Brasil", vai estourar o limite legal de gastos, o "teto", em 2022.

Não haverá dinheiro para pagar essa conta em 2023 a não ser que 1) o "teto" continue sendo estourado (isto é Bolsonaro-Guedes terão implodido o teto para sempre) ou; 2) o próximo governo corte esse pagamento e deixe os pobres a ver navios cheios de pelancas e ossos; 3) o próximo governo fique com o ônus de fazer um corte de despesas brutal, em outra parte, o que Bolsonaro não quer fazer. Tal corte será ainda mais inviável em 2023 (dependeria de arrocho nas despesas com o funcionalismo ou com benefícios previdenciários e sociais).

A leitora pode ser contra ou a favor do teto de gastos, tanto faz. Este será um grande resultado do plano Bolsonaro-centrão.

Em agosto de 2020, faz quase 14 meses, Bolsonaro enterrou um plano de renda mínima sugerido pelos "técnicos" de Paulo Guedes ("Não podemos tirar dos pobres para dar aos paupérrimos", disse então). Faz 420 dias, essa gente não conseguiu inventar um plano novo — e nem o faria, se a popularidade de Bolsonaro não tivesse caído pelas tabelas. Ainda na noite de terça-feira, o centrismo-bolsonarismo fazia contas sobre o joelho para alinhavar esse plano picareta.

O projeto de aumentar o pagamento médio do Bolsa Família para R$ 400 por mês a 17 milhões de pessoas depende de estouro do limite constitucional de gastos para 2022, o "teto". Se os números dessa intenção são esses mesmos, faltariam R$ 46,9 bilhões para bancar o "Auxílio Brasil", a marca de fantasia para o Bolsa Família piorado que Bolsonaro quer inventar (dado que o projeto de Orçamento para 2022 prevê apenas R$ 34,67 bilhões para o benefício).

O projeto de Orçamento enviado pelo governo ao Congresso em agosto já está estourado em pelo menos R$ 18 bilhões (despesas obrigatórias aumentaram, por causa da inflação). Na soma, o estouro é de uns R$ 65 bilhões.

O governo ou o governismo querem dar um jeito de não pagar os R$ 89,1 bilhões em precatórios que serão devidos em 2022 ou pretendem que parte desse pagamento seja feito por fora do teto. Até agora, a mumunha que parece mais viável implica algum calote e um pagamento de R$ 49 bilhões "por fora", estourando o teto.

Nota-se, como no dito popular, que "não vai dar para todo mundo" nem fazendo essas mutretas.

A conta não terminou. O centrão comandado por Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, quer pelo menos, por baixo, R$ 18 bilhões extras no Orçamento de 2022, a serem gastos em emendas, destinações de verbas decididas pelo arbítrio parlamentar, o que em tese até poderia ser boa coisa, mas é em geral também mumunha.

Juntando esses R$ 18 bilhões àquele estouro de R$ 65 bilhões, temos até aqui R$ 83 bilhões sem pai nem mãe orçamentários (mas tem mais gente na fila do dinheiro). Mesmo com o calote parcial dos precatórios e se jogando parte deles no telhado, para além do teto, faltariam no mínimo R$ 34 bilhões para maquiar o Orçamento. Daí deve ter vindo a conta da gambiarra do novo "Auxílio Brasil", que seria em parte pago com dinheiro "fura teto", como diz Paulo Guedes.

Esse é o governo adotado por "liberais" e adeptos das "reformas". Parabéns.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Bolsonaro destrói melhores partes do Bolsa Família

Programa que completaria 18 anos ganha nova versão sem regras claras, sob silêncio dos arautos da austeridade

OPINIÃO

Tereza Campello e Sandra Brandão
Campello é economista, doutora por notório saber em saúde pública, pesquisadora associada à Universidade de Nottingham e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (governo Dilma); Brandão é economista, mestre em economia pela Unicamp

Em 20 de outubro de 2021, o Programa Bolsa Família completaria 18 anos. Se fosse um cidadão, estaria alcançando a maioridade. No entanto, apesar de sua trajetória de sucesso e do reconhecimento internacional que angariou, confirmados por dezenas de milhares de estudos realizados ao redor do mundo, sendo mais de 19,6 mil no Brasil (Plataforma Lattes, outubro 2021), não haverá motivos para celebrar.

De forma autoritária, desrespeitando a legislação e ferindo as melhores práticas sobre políticas públicas, Bolsonaro aniquilou o Bolsa Família. O programa foi extinto sem qualquer estudo técnico que desse suporte ao ato ou embasasse a opção pelo mal desenhado e insustentável programa que pretende substituí-lo.

Em seus 18 anos de existência, o Bolsa Família foi continuamente aprimorado, incorporando críticas e sugestões. Com base em dados e evidências, foi possível avançar e descartar questionamentos sobre seus impactos, parte expressiva dos quais originada na carga de ódio, preconceito e racismo que atinge diariamente os pobres no Brasil.

Hoje, temos dados que mostram que o Bolsa Família não desestimula o trabalho, do que é exemplo recente estudo do Banco Mundial, nem incentiva o aumento da natalidade.

Temos fartos resultados sobre impactos surpreendentes em saúde, que vão desde redução de 58% da mortalidade infantil causada por desnutrição e do déficit de estatura das crianças até efeitos não esperados, como controle e detecção precoce de tuberculose e hanseníase.

Há menos de um mês, um estudo novador, com mais de 6 milhões de indivíduos, mostrou que o Bolsa Família reduziu em 16% a mortalidade de crianças de 1 a 4 anos, entre 2006 e 2015. Em famílias com mães negras e em municípios pobres, a redução foi ainda maior, chegando a 26% e 28%, respectivamente.

Frente aos muitos resultados de sucesso do Bolsa Família, e diante do aumento dos níveis de pobreza e fome no Brasil, o mais razoável, prudente e eficaz seria ampliar os valores do benefício e o público atendido. Isso poderia ser feito de forma simples e segura, sem os riscos envolvidos em mudanças abruptas, mal planejadas e feitas no afogadilho às vésperas da eleição.

Mas é claro que não podemos esperar prudência e apego aos bons princípios da administração pública em qualquer medida do governo Bolsonaro.

Nestes três anos e meio de (des)governo, houve dez anúncios sobre o fim do Bolsa Família. E a medida provisória 1.061 não contém propostas que resultem de debates amadurecidos no governo e com a sociedade. Ao contrário, ela não disfarça seus objetivos exclusivamente eleitorais. Ela destrói exatamente as características que tornaram o Bolsa Família o maior, melhor e mais eficiente programa de transferência condicionada de renda do mundo, pois:

1) cria um conjunto de 9 tipos de benefícios diferentes, tornando mais oneroso e complexo o programa;

2) opta por centrar a atuação do Estado no aplicativo, abandonando o Cadastro Único como ferramenta de identificação e inclusão, base para uma atuação integral de combate à pobreza, com oferta de bens e serviços públicos;

3) desqualifica o processo humanizado de abordagem e acolhimento garantido no Sistema Único de Assistência Social, o Suas;

4) centraliza todo o processo no governo federal, secundarizando a cooperação federativa.

[...]

Frente aos muitos resultados de sucesso do Bolsa Família, e diante do aumento dos níveis de pobreza e fome no Brasil, o mais razoável, prudente e eficaz seria ampliar os valores do benefício e o público atendido

A proposta enviada pelo governo Bolsonaro, além de frágil tecnicamente, é ainda ilegal. Estabelece um novo programa, sem definir o valor da linha de pobreza nem o valor dos benefícios, criando uma despesa continuada sem que se saiba o montante dela. Não previu, na proposta de lei orçamentária, receitas para fazer frente aos gastos com o programa.

Como mostra o debate em torno do aumento do IOF e da postergação do pagamento de precatórios, para criar um artifício que permita aumentar suas chances eleitorais, Bolsonaro destruiu um programa bem sucedido de 18 anos e feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar disso, os arautos da austeridade fiscal e da eficiência administrativa estão em silêncio.

Quanto vai custar o novo programa? Quais os critérios de inclusão das famílias? Quais estudos justificam adotar nove tipos diferentes de benefícios? Quais os impactos esperados com o novo programa? Nada disso está claro.

Um programa com 18 anos de existência, com custo fiscal baixo e impactos inquestionáveis está sendo extinto e, em seu lugar, propõe-se a incerteza. Há um crime em curso contra os pobres do Brasil, e o silêncio é ensurdecedor.

Cabe reconhecer, contudo que, mesmo em seus últimos momentos, o Bolsa Família dá mais uma contribuição, mostrando que, quando questões eleitorais entram em cena, a ciência, as boas práticas, a eficácia e eficiência do Estado não são assim tão relevantes para uma parcela dos especialistas e dos economistas, sempre tão críticos em relação a programas em benefício dos mais pobres. Difícil escolha.

Bandeja de carne vazia entregue a consumidora no Extra no Jardim Ângela Fabiana Ivo no Facebook

Mercados reforçam segurança para evitar furto de carne; Procon vai multar Extra

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O que antes era reservado a produtos como uísques e pacotes de cigarros chegou também aos alimentos, principalmente às carnes. Sensores, alarmes e embalagens vazias estão sendo adotadas por redes de supermercados na tentativa de conter furtos ou o abandono de produtos antes do pagamento.

A prática, segundo o Procon-SP, não é ilegal, mas pode ser considerada discriminatória quando é adotada sem critério — por exemplo, em apenas algumas unidades, ou em determinados bairros.

Nesta terça-feira (19), o órgão de defesa do consumidor paulista informou que vai multar uma unidade da rede Extra do Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, que estava entregando bandejas vazias a quem pedia carne porcionada no açougue. O valor da sanção ainda não foi definido.

A embalagem de isopor era etiquetada e o cliente só poderia pegar o produto depois que a compra fosse concluída — e paga. O relato foi feito pela produtora cultural Fabiana Ivo, que compartilhou sua experiência de compra em uma rede social.

"Isso é uma afronta a toda a população das quebradas, duvido que o mesmo aconteça no Extra do Morumbi", escreveu, em referência ao bairro de alto padrão na zona oeste da capital paulista. O caso foi contado na segunda-feira (18) pelo colunista do UOL Rodrigo Ratier.

"É inaceitável [a existência de] critérios de discriminação em razão do local. Se em outros estabelecimentos ou em outros bairros não existe esse tipo de exigência, não se justifica que a população do Jardim Ângela seja submetida a um vexame", diz Fernando Capez, diretor-executivo do Procon-SP.

A rede Extra diz em nota que a adoção da medida não faz parte da política de atendimento das lojas e considerou a prática uma falha interna.

"Desde que teve conhecimento dos relatos, a rede tem tomado providências para que a prática seja imediatamente descontinuada, reforçando com todo o time das lojas, inclusive, as orientações com respeito às normas e procedimentos operacionais autorizados pela empresa, para que tais fatos não voltem a ocorrer", afirma a empresa, que faz parte do Grupo Pão de Açúcar.

Desde a divulgação do caso relatado por Fabiana, consumidores relataram em redes sociais que passaram por situações similares, nas quais receberam a bandeja vazia até a conclusão da compra, em unidades da mesma rede na região central e na zona leste da capital, e também para outras compras de produtos fracionados, como frios.

"Se não existe um aviso prévio e ostensivo, uma informação de que é um critério objetivo e igual para todos, de que primeiro se paga e depois se pega o produto, isso passa a ser uma discriminação, uma surpresa para o consumidor e um método vexatório", diz Capez, do Procon-SP.

Alarmes de segurança e sensores, mais comuns em lojas de departamento, também aparecem em gôndolas, freezers e geladeiras.

Grupos como Carrefour e Big, que utilizam esses procedimentos de segurança, dizem que o padrão foi adotado há alguns anos para todas as lojas e não tem relação com a alta de preços. Alguns cortes de carne embalada, peças inteiras já pesadas, recebem uma tela de proteção e um sensor de segurança.

A rede Big e Sam's Club diz que os dispositivos — uma peça de plástico com um sensor que é retirado no caixa — são utilizados há muito tempo e integram o procedimento padrão de segurança das lojas. Os sensores são colocados, segundo a rede, em produtos de todos os tipos e que tenham valor elevado.

A Apas (Associação Paulista de Supermercados) diz que o que aconteceu no Extra foi um fato isolado e, por isso, não dará recomendação quanto aos procedimentos de segurança adotados pelas empresas.

A elevação de preços dos alimentos, ao mesmo tempo em que a economia — e, portanto, a geração de emprego e renda — ainda não se recuperou do baque da pandemia, tem tornado comuns situações como o garimpo de ossos e pelancas, como registrado no Rio de Janeiro (RJ), filas para doações de ossos e aparas, em Cuiabá (MT), e pessoas buscando comida em um caminhão de lixo em Fortaleza (CE).

Entidades do setor veem risco de falta de combustíveis por preço defasado

Petrobras nega atendimento a 'demanda atípica' e empresas temem prejuízos com importações

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O aumento da defasagem entre os preços internos dos combustíveis e as cotações internacionais acendeu alertas no mercado sobre riscos de desabastecimento de produtos por dificuldades de importação por empresas privadas.

As preocupações ganharam força desde a semana passada, quando a Petrobras informou a distribuidoras de combustíveis que não poderia atender a todos os volumes solicitados para entrega em novembro, alegando que houve um crescimento atípico dos pedidos.

O mercado vê na decisão uma estratégia para forçar importações privadas de combustíveis e evitar prejuízos com a venda a preços brasileiros de produtos comprados mais caros no exterior, operação que é vedada pelo estatuto da estatal.

Nesta terça-feira (19), o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás), afirmou que sem a percepção clara de que os preços seguirão regras de mercado, não há segurança para investimentos nem para importações que complementem o déficit interno de derivados.

"O alinhamento de preços ao mercado internacional apresenta-se como a abordagem necessária para garantir o abastecimento do mercado aos menores custos para a população", disse o instituto, que reúne as grandes petroleiras e distribuidoras de combustíveis que atuam no país, incluindo a própria Petrobras.

Na semana passada, uma associação que reúne distribuidoras de menor porte, a Brasilcom, veio a público dizer que a Petrobras estava cortando em até 50% os pedidos de suas associadas, o que colocaria o país "em situação de potencial desabastecimento".

A estatal diz que houve uma "demanda atípica" para o período, com pedidos muito superiores aos normais e acima de sua capacidade de produção. "Apenas com muita antecedência, a Petrobras conseguiria se programar para atender essa demanda", afirmou, em nota.

Para executivos do setor, o problema reflete uma mudança na estratégia comercial da estatal, que reduziu a frequência de reajustes após a posse do general Joaquim Silva e Luna, e hoje admite operar com defasagens por prazos mais longos.

Nesta terça, segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o litro do diesel vendido pela estatal custa R$ 0,61 a menos do que a paridade de importação, conceito que simula quanto custaria para trazer o produto ao país. Na gasolina, a diferença é de R$ 0,46 por litro.

Atualmente, cerca de um quarto do mercado de óleo diesel é abastecido por produtos importados. No caso da gasolina, são cerca de 10%. A Petrobras diz que vem aumentando a produção em suas refinarias, mas uma parcela do mercado continuará sendo atendida por importações.

Executivos do setor entendem que as maiores distribuidoras terão condições de importar os produtos para seus clientes, mas pode haver dificuldade entre as menores e, principalmente, para postos de bandeira branca, que costumam ter menores volumes garantidos em contratos de longo prazo.

Com as defasagens, a participação da Petrobras nas importações cresceu em 2021: em agosto, a estatal foi responsável por 58% das compras externas de diesel e por 83% das de gasolina. Na média, em 2019, foram 30,4% e 39,1%, respectivamente.

Agora, a expectativa é que esse movimento seja revertido, com maior participação privada nas compras no exterior. E, mesmo que não haja desabastecimento, o repasse da diferença deve aumentar a pressão sobre os preços dos combustíveis nas bombas.

Os maiores reflexos devem ser sentidos em regiões mais dependentes de importações, como Norte e Nordeste, segundo executivos ouvidos pela **Folha**.

Em nota, a Petrobras alega que os pedidos de diesel para novembro superaram em 20% o volume vendido no mesmo período de 2019. No caso da gasolina, a alta foi de 10%. "A Petrobras segue atendendo os contratos com as distribuidoras, de acordo com os termos, prazos vigentes e sua capacidade", diz.

Segundo as distribuidoras, a alta reflete maior demanda do transporte de cargas e os altos preços do etanol, que vêm levando os consumidores a preferir abastecer o tanque com gasolina.

Entre janeiro e agosto, as vendas de diesel de petróleo (sem considerar o biodiesel misturado antes da entrega aos postos), somaram 35,75 bilhões de litros, volume 5% superior ao verificado no mesmo período de 2019, antes da pandemia. Na gasolina, o volume é praticamente o mesmo daquele período.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) diz não ver nesse momento risco de desabastecimento do mercado. "A ANP segue realizando o monitoramento da cadeia de abastecimento e adotará, caso necessário, as providências cabíveis para mitigar desvios e reduzir riscos."

Mas o tema já começa a preocupar os principais usuários de diesel do país: nesta terça, a Abrava, associação que reúne caminhoneiros autônomos, divulgou alerta sobre risco de desabastecimento para a categoria.

"Alertamos a categoria de que o corte nos pedidos de diesel as distribuidoras não será somente no mês de novembro, mas também no mês de dezembro e que necessariamente acarretará o desabastecimento nacional a médio prazo", diz o texto, que ressalta ainda a possibilidade de aumento dos preços.

"As distribuidoras terão que importar o diesel mais caro e repassar os valores aos postos de combustíveis que por sua vez repassarão o aumento aos caminhoneiros."

Atividade econômica cai 1% em agosto, diz Monitor do PIB da FGV

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Em um sinal de fôlego menor, a atividade econômica caiu 1% no país em agosto, frente a julho, indica o Monitor do PIB, calculado pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

A pesquisa também traz recorte trimestral mostrando que a atividade cresceu 0,7% no trimestre móvel encerrado em agosto, ante o imediatamente anterior.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (19). Na comparação com agosto de 2020, a atividade cresceu 4,4%. Frente a igual trimestre do ano passado, o crescimento foi de 6,7%.

O Monitor busca antecipar o ritmo da atividade econômica no Brasil. O resultado oficial do PIB é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O dado mais recente divulgado pelo IBGE é referente ao segundo trimestre deste ano. À época, o PIB encolheu 0,1%.

"O resultado de agosto, de queda de 1% em relação a julho, traz um pouco de água fria. Mesmo assim, o trimestre ainda teve alta de 0,7%, porque a baixa no mês é de certa forma diluída ao longo do período", aponta o pesquisador Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB.

Pela ótica da oferta, dois dos três setores pesquisados avançaram em agosto, ante julho. Após ficar estável no mês anterior (0%), a agropecuária teve alta de 2,2%.

Já a indústria teve variação positiva de 0,2% em agosto, após queda de 1% em julho.

O setor de serviços, o principal do PIB pela oferta, recuou 0,2% no oitavo mês do ano. O resultado veio após quatro avanços seguidos do setor, estimulado pela vacinação e por menos restrições.

Pelo lado da demanda, houve queda em quatro dos cinco indicadores. O consumo das famílias, o principal deles, caiu 1,8% frente a julho.

O consumo do governo teve baixa de 4,9%, e os investimentos na economia, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo, recuaram 1,4%.

Segundo Considera, a pandemia impactou padrões de sazonalidade. Por isso, ele recomenda cautela na análise de dados referentes a períodos mais curtos.

O pesquisador ainda chama atenção para outro tipo de recorte do Monitor do PIB, o do acumulado de 12 meses.

Nesse tipo de comparação, a atividade econômica registra avanço de 3,6% até agosto deste ano, após retração de 3,1% verificada em igual intervalo anterior (até agosto de 2020).

Na visão do pesquisador, o resultado sugere uma retomada ao longo de 2021, mas ainda cercada por dificuldades. "O cenário continua muito complicado", diz.

Na visão de analistas, o avanço da vacinação contra a Covid-19 representa um estímulo para a economia no segundo semestre.

Setores que dependem da circulação de clientes, como serviços de bares, restaurantes e hotéis, apostam na imunização para retomar negócios.

Por outro lado, o desempenho do PIB é ameaçado por uma série de riscos. Escalada dos preços, desemprego elevado, crise hídrica e turbulência política fazem parte da lista de preocupações.

Em meio a esse contexto, o mercado financeiro passou a elevar as estimativas para a inflação e reduzir as projeções de alta do PIB.

As previsões mais recentes sinalizam IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 8,69% ao final de 2021, indica o boletim Focus divulgado na segunda-feira (18) pelo BC (Banco Central). O crescimento estimado para o PIB caiu para 5,01%.

"Mesmo depois de ter frustrado as expectativas no segundo trimestre do ano, ao apresentar queda de 0,1%, o PIB do Brasil continua enfrentando tempos mais difíceis do que projetávamos inicialmente", afirmou o Banco Original, em relatório, nesta terça-feira.

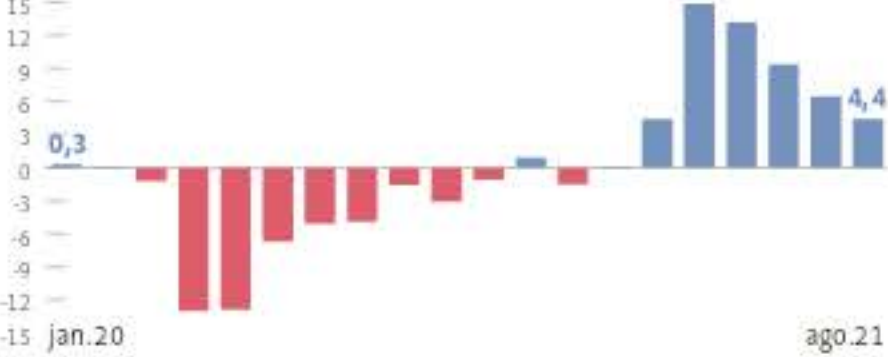
"Embora a perspectiva ainda seja de um segundo semestre positivo para a atividade econômica, que se beneficia da melhora gradual da pandemia e do avanço da vacinação, problemas como inflação elevada e persistência de falta de insumos continuam pesando sobre a recuperação", completou o banco.

A retração de 1% do Monitor do PIB foi pior do que a estimada pelo IBC-Br, calculado pelo BC. Por esse indicador, a atividade econômica recuou 0,15% em agosto. Tanto o monitor quanto o IBC-Br buscam antecipar o desempenho da atividade.

Atividade econômica na pandemia

Dados do Monitor do PIB, em %

Variação frente ao mês imediatamente anterior

Variação frente ao mesmo mês do ano anterior

Variação frente ao trimestre imediatamente anterior

Fonte: FGV Ibre

Transição energética será conturbada

Demanda por combustíveis fósseis mostra fragilidade das energias renováveis

Helio Beltrão
Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Em seu recente livro "How to Avoid a Climate Disaster", Bill Gates define o "ágio verde" ("green premium") como a diferença de custo entre fazer algo (produto, serviço ou atividade) da maneira tradicional (com emissão de carbono) e fazer o mesmo de forma limpa, "verde".

Organismos multilaterais e governos de países desenvolvidos têm forçado as empresas a implementar uma transição rápida para o mundo verde. Do lado privado, a mudança no comportamento do consumidor de países ricos e o ESG também contribuem na mesma direção.

A transição energética —cuja meta é alcançar zero emissões líquidas em 2050—, é o maior desafio que a humanidade já teve, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA). Poucos, no entanto, compreendem a magnitude dos sacrifícios necessários para chegarmos lá.

O ágio verde ainda é muito alto, e o encarecimento dos produtos frequentemente os torna inacessíveis para a população de mais baixa renda. A fabricação de aço mais limpo custa 30% mais caro, e o querosene de aviação mais limpo custa mais que o dobro que o tradicional.

Os ambientalistas argumentam que este é um preço baixo a pagar para salvar a humanidade da catástrofe das mudanças climáticas. Mas não são os ambientalistas da ONU que pagam esse "imposto verde". Ao contrário dos pobres no Brasil e em países subdesenvolvidos, a população de países ricos pode se dar ao luxo de pagar mais caro.

Neste ano, a volta à normalidade econômica em um cenário ainda com rupturas das cadeias de suprimento por causa da pandemia revelou a fragilidade da transição: irrompeu uma crise energética global. A crise elevou os preços do carvão, gás natural e petróleo, que por sua vez encarecem quase todos os produtos e aumentam o ágio verde. É o greenflation (inflação dos produtos verdes).

A China tem sofrido com cortes de energia elétrica e racionamento; quase 150 mil empresas em Guangdong sofreram cortes em setembro. O crescimento econômico chinês, pujante no primeiro semestre, desacelerou significativamente neste terceiro trimestre, para 4,9%.

A Europa está sob ameaça de apagões e diminuição de produção, em particular com a chegada do inverno. A crise hídrica no Brasil está conectada com a escassez de energia na Europa e Ásia. O Brasil tem importado uma quantidade recorde de gás natural liquefeito, contribuindo com a alta de preços internacionais e a alta nas tarifas de energia por aqui. Ironicamente, o mundo está no momento dependendo de mais combustíveis fósseis.

Porém a despeito dos aumentos de preços dos combustíveis fósseis, não há aumento correspondente na sua produção. Nos últimos dez anos, os investimentos em exploração e produção das maiores petroleiras caíram à metade e migraram para a transição para energia renovável.

As energias solar e eólica são intermitentes e difíceis de armazenar. E são muito deficientes em uma métrica importante: o Eroi (uma comparação entre energia economizada e energia utilizada). Por exemplo, é preciso muito alumínio, cobre e outros metais —que consomem muita energia em sua fabricação— para fabricar turbinas eólicas e painéis solares.

Está claro que a transição rápida para a economia de baixo carbono será conturbada e pode não ocorrer no prazo almejado pelos organismos multilaterais. Quando se mexe na matriz energética, algo complexo e interdependente, de cima pra baixo, de forma brusca, aumenta o risco e a fragilidade do sistema. Isso ficou explicitado pela crise global. Enquanto não se superam os imensos desafios tecnológicos para energia renovável acessível, uma solução pode ser a energia nuclear. A ver qual será a visão dos ESGistas.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, **Solange Srour** | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

startups & fintechs

Com atendimento online 24 h, startups miram renovação em planos de saúde

Empresas apostam em aplicativos, objetivos para pacientes e novos formatos de remunerar hospitais

Filipe Oliveira

André Florence, presidente da startup de plano de saúde Alice Divulgação

SÃO PAULO Startups que começaram a funcionar no meio da pandemia e já levantaram um grande volume de recursos querem trazer novos modelos de atendimento para o setor de planos de saúde.

Em comum, essas companhias prometem priorizar o atendimento preventivo, realizado por uma equipe multidisciplinar chefiada por um médico de família e que se relaciona com o paciente a partir de aplicativos, disponível a qualquer momento.

Quando o paciente precisa ir a um especialista ou hospital da rede credenciada dessas startups, seu exames e histórico médico são encaminhados eletronicamente. Também há análise dos dados de saúde de cada um a partir de tecnologia para ajudar a antecipar possíveis problemas de saúde e enviar recomendações.

Vanessa Gordilho, diretora-geral da Qsaúde, explica que a maior parte dos agendamentos para beneficiários dos planos da empresa precisa ser feita pelo médico que acompanha o paciente no dia a dia, para que haja maior efetividade e qualidade nos atendimentos oferecidos.

O formato requer uma mudança de cultura, segundo ela. "Nos dedicamos bastante a explicar esse modelo. As pessoas vêm de um sistema em que elas cuidavam da própria saúde, muitas vezes de forma ineficaz", diz a executiva.

A Qsaúde foi criada por José Seripieri Júnior, fundador e ex-controlador da Qualicorp. O negócio começa com um investimento superior a R$ 120 milhões e tem mais de 6.000 beneficiários.

Gordilho diz que a Qsaúde entrou no mercado mirando o público de renda mais alta, mas vem buscando criar produtos mais acessíveis. Para jovens de até 18 anos, é possível contratar planos a partir de R$ 245, diz.

André Florence, presidente da startup Alice, diz que o paciente que contrata o plano da empresa cria junto com seu médico e equipe de atendimento uma série de metas para melhorar sua saúde. O acompanhamento é feito a partir do app da empresa e o cliente recebe recomendações baseadas em seu comportamento para ajudar a atingir seus objetivos.

> Queremos preencher essa lacuna [planos para pessoa física] no mercado com um jeito novo de pensar o atendimento, com cuidado coordenado, protocolo eletrônico e redes bem definidas
>
> **Cícero Barreto**
> diretor comercial da Omint

Segundo o executivo, que foi diretor financeiro da startup 99, quando se investe no atendimento pelo médico de família, é possível resolver a maior parte dos problemas de saúde sem o paciente precisar ir a um especialista ou a um hospital. Isso, segundo o executivo, é positivo tanto para o beneficiário como também para o sistema de saúde, pois não torna o custo para tratar do paciente maior do que o necessário. "Mais de 85% das queixas atendidas digitalmente são resolvidas sem a pessoa sair de casa".

O empresário diz que os planos da Alice para pessoas com 30 anos partem de R$ 579. Quando a companhia foi lançada, há um ano, o preço era de cerca de $ 950 e a tendência é que, conforme o modelo se comprove viável, ele siga em queda, diz Florence.

A startup tem cerca de 4.000 beneficiários. Captou quase US$ 50 milhões em rodadas de investimento com fundos tradicionais como ThornTree Capital Partners, Endeavor Catalyst, Kaszek Ventures, Canary e Maya Capital.

Outra startup do setor, a Sami, decidiu priorizar inicialmente o atendimento a pequenas empresas e microempreendedores individuais.

A companhia atende a cerca de 2.000 companhias e levantou R$ 86 milhões no final de 2020. Tem entre seus investidores nomes como Monashees, Valor Capital, Canary, Redpoint eventures e Canary.

O preço do plano parte de R$ 170 e, na média, fica em R$ 300, diz Vitor Asseituno, sócio e presidente da startup.

O empresário diz que a escolha por iniciar o atendimento pelos pequenos negócios levou em conta que o setor empresarial sofre os reajustes mais altos no preço dos planos. Além disso, o empresário considera que as companhias menores estão mais dispostas a fazer uma contratação digital do que grandes empresas.

Asseituno diz que outra mudança trazida por sua healthtech ao setor está na metodologia que desenvolve para definir como hospitais são pagos ao atender aos pacientes.

Em vez de o plano remunerar a rede parceira a cada cada procedimento, o que incentivaria um maior volume de exames e prolongar internações, o pagamento passa a ser feito a partir de metodologia que, segundo Asseituno, considera o valor entregue ao paciente.

"O hospital pode fechar um pacote inteiro para fazer uma cirurgia bariátrica por R$ 50 mil. Se ele não for eficiente e gastar mais do que isso, é ele quem arca com o custo adicional", exemplifica.

A tendência dos planos de saúde digitais também recebeu a adesão da Omint, uma das empresas tradicionais do setor, que lançou sua healthtech, a Kipp Saúde, com investimento de R$ 200 milhões.

Cícero Barreto, diretor comercial da Omint, diz que a digitalização e o modelo baseado no atendimento do médico de família abriu a oportunidade de a empresa voltar a oferecer planos para pessoa física, segmento que vinha em queda no Brasil. "Queremos preencher essa lacuna no mercado com um jeito novo de pensar o atendimento, com cuidado coordenado, protocolo eletrônico e redes bem definidas", afirma.

No Rio de Janeiro, a Leve Saúde decidiu se especializar no atendimento a pacientes com 45 anos ou mais e está construindo rede própria de clínicas. Atualmente são quatro unidades e a meta é chegar a 12 até o final do ano para oferecer o atendimento preferencialmente a partir delas.

Ulisses Silva, presidente da startup, diz que 70% dos beneficiários do plano da companhia ainda não eram clientes de plano de saúde ao contratar a empresa. "É um público desassistido pelas operadoras, principalmente quando se fala de pessoa física", diz. A companhia tem 10 mil beneficiários e um ano de operação. O plano custa a partir de R$ 600 para pessoas com 59 anos ou mais.

A empresa foi financiada até agora com recursos dos sócios e está com captação aberta junto a fundos de investimento.

Livro defende valorizar companhia vendida sem virar unicórnio

SÃO PAULO Um dos objetivos dos grandes fundos de venture capital (capital de risco) ao entrevistar o dono de uma startup em busca de investimentos é descobrir qual o comprometimento do empreendedor com seu projeto no longo prazo.

A conta é simples. Os maiores investidores de startups colocam recursos em dezenas dessas empresas sabendo que esse é um negócio de risco e que a maioria delas vai quebrar ou deixá-los no zero a zero. Para que haja um bom lucro, é preciso ter no portfólio algumas daquelas startups que se tornam unicórnios, ou seja, superam o valor de mercado de US$ 1 bilhão antes de serem vendidas ou fazerem uma abertura de capital.

Alimentar um animal desses leva tempo e exige sucessivas captações de dinheiro, chamadas de "series A, B ou C" no jargão do setor e com valores cada vez maiores. O empreendedor que estaria disposto a vender sua empresa por alguns milhões em vez de seguir à frente de um negócio que tanto pode valer bilhões como também virar pó não tem o perfil mais desejado por quem dá as cartas no setor.

O empresário João Cristofolini defende que este não é o único caminho para o sucesso. Ele acaba de lançar, em coautoria com o jornalista Eduardo Cosomano, o livro "Saída de Mestre" (Editora Gente), em que trata do que chama de saída antecipada, quando as ações de uma startup com até cinco anos de mercado são vendidas por valor entre R$ 5 milhões e R$ 50 milhões.

Cristofolini é um dos fundadores da startup Pegaki, empresa criada no final de 2016 que desenvolveu sistema a partir do qual lojas de rua se tornam postos para que clientes retirem itens comprados em lojas virtuais.

No livro, ele conta a história de sua startup, conta sobre captações de investimento, erros na hora de levantar recursos que o fizeram quase quebrar e a decisão de vender a empresa em 2020 para uma startup maior, a Intelipost, após um susto no início da pandemia seguido por forte expansão em meio ao impulso que ela trouxe ao comércio eletrônico.

A defesa de que, muitas vezes, vender a startup cedo pode ser um ótimo negócio também ganha o reforço de 11 histórias curtas reunidas pela dupla formada pelo empresário e o jornalista, que entrevistaram empreendedores que passaram pelo mesmo processo.

Ao final, há um capítulo dedicado a analisar o motivo de mais saídas antecipadas estarem acontecendo no Brasil recentemente, com grandes empresas comprando startups para acelerar sua digitalização e startups capitalizadas comprando outras companhias para avançar mais rapidamente, também escrito a partir de entrevistas com executivos.

João Cristofolini, autor de "Saída de Mestre" com Eduardo Cosomano Marlene Bergamo/Folhapress

"Querer criar uma startup que é um unicórnio não é errado, mas esse é um caminho muito restrito e cheio de reveses. São menos de 20 unicórnios no Brasil para milhares de startups", disse Cristofolini à reportagem.

Segundo ele, apesar de muitos investidores terem o longo prazo e o crescimento exponencial como meta, existem outros caminhos disponíveis para as startups que não se encaixam nesse modelo. A Pegaki cresceu com recursos de investidores-anjo (pessoas físicas que apostam em startups) e, principalmente, com dinheiro levantado na plataforma de equity crowdfunding (investimento coletivo) EqSeed.

O empresário diz que, para quem apostou em sua empresa, a saída antecipada não foi mal negócio: "Os fundos de venture capital esperam retorno em dez anos. Quem investiu na EqSeed teve lucro em um ou dois anos", afirma.

Mais do que uma oportunidade de ficar rico logo, Cristofolini afirma que fazer uma venda antecipada de startup permite ao empreendedor passar a fazer parte de uma empresa maior.

Citando o caso do empresário Alfredo Soares, que vendeu sua empresa Xtech para a VTEX, que mais tarde se tornaria um unicórnio com ações negociadas na Nasdaq, bolsa de tecnologia americana, Cristofolini diz que vender uma startup pode ser a oportunidade de o empreendedor entrar para uma empresa maior que a sua. "Podemos dizer que, em vez de ter vendido sua startup, ele comprou uma parte da VTEX e virou sócio de algo muito maior", afirma.

O próprio Cristofolini segue como presidente da startup que criou e vendeu. Segundo ele, a parceria com a Intelipost permite ter mais recursos e chegar a mais clientes e pensar em planos de expansão maiores do que os que seria possível caso seguisse sozinho.

Cristofolini faz a ressalva de que também há risco na hora de vender a startup para uma empresa maior. Isso porque, quando uma grande companhia compra uma startup, costuma querer que os fundadores dela sigam trabalhando por mais alguns anos no negócio.

"Temos histórias de startups compradas por empresas maiores que desapareceram. Os negócios deles viraram um departamento ou um produto e os empreendedores viraram executivos que faziam só tarefas de que não gostavam", afirma. **FO**

603.902 mortes
País registrou 381 novos óbitos entre segunda e terça

21.664.543 casos
Mais 13.099 infecções foram detectadas em 24 horas

Brasileiros são a população que mais se preocupa com sua saúde mental

Três a cada quatro dizem pensar sobre o tema com frequência, aponta pesquisa feita em 30 países

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO O despertador de Helloá Castro tocou, mas daquela vez ela não conseguiu desligá-lo. Seus músculos não respondiam. "Pensei 'estou morrendo', mas eu estava tão mal, minha rotina era tão triste, que achei que se acabasse ali não seria tão ruim", lembra a administradora.

Era uma crise de "burnout", resultado de cinco meses de prazos impossíveis no novo emprego, somados a várias horas de estudo na faculdade e nenhuma de descanso.

"Eu pensava que o sofrimento fazia parte do sucesso. Trabalhe enquanto os outros dormem, estude enquanto os outros se divertem."

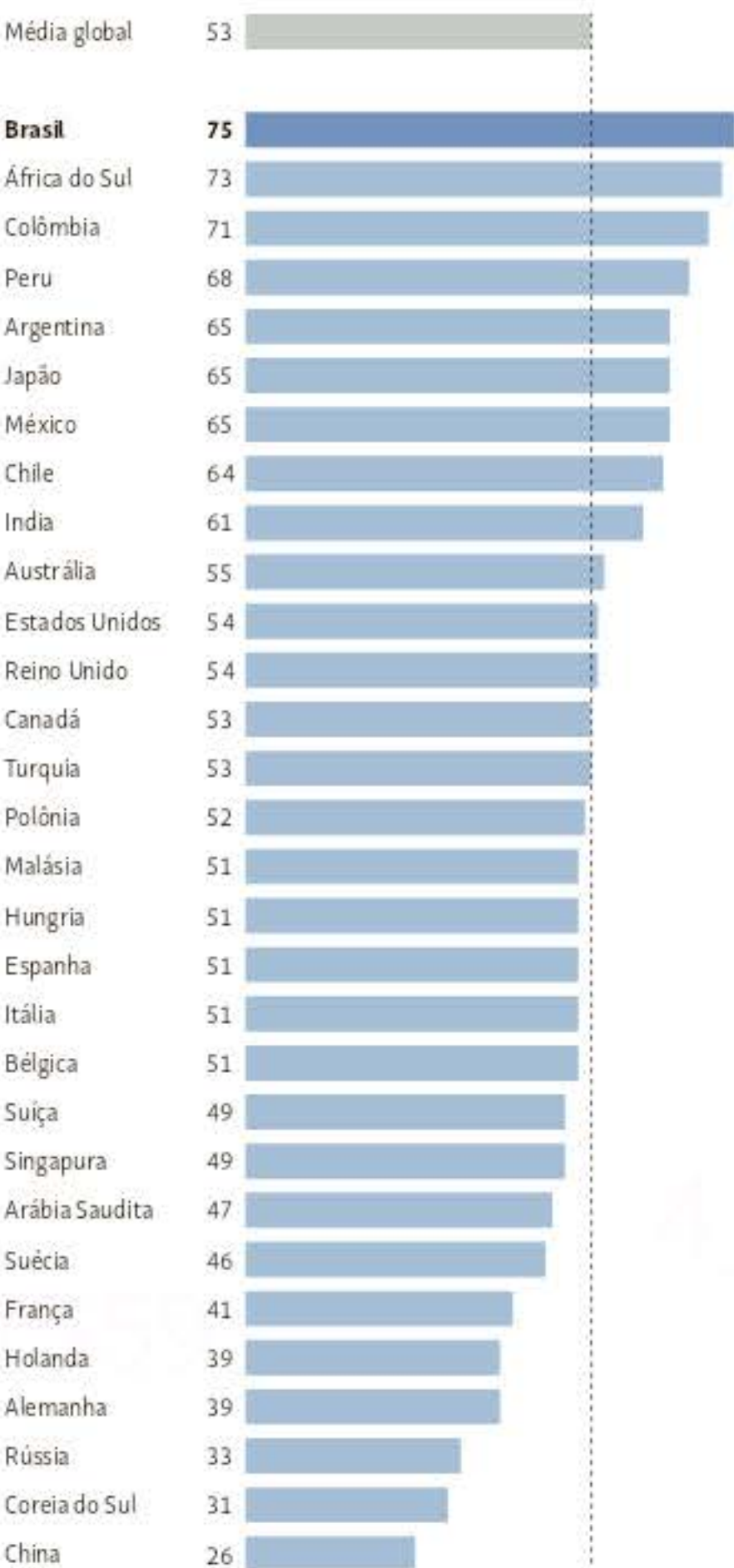
O colapso também veio depois de diversos avisos ignorados: dores de cabeça insistentes, azia constante, dificuldade para dormir e até uma dor aguda no peito que ela, na época com 21 anos, imaginou ser um infarto. Chegou a avisar os chefes, mas ouviu que estava sendo fraca.

Sete anos e muitos tratamentos depois, Helloá Castro, hoje aos 28, criou o perfil "Vencendo a Síndrome de Burnout" nas redes sociais e dedica seu tempo a informar e palestrar sobre o distúrbio emocional. E não são poucos os brasileiros que se preocupam com o assunto.

Uma pesquisa lançada pela empresa Ipsos para o Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado em 10 de outubro, mostra que 75% dos entrevistados no Brasil pensam sobre sua própria saúde mental com muita ou considerável frequência. É a maior marca entre os 30 países que participaram do questionário — a média mundial é de 53%.

Logo depois no ranking aparecem a África do Sul (73%) e a Colômbia (71%). No outro extremo estão os chineses (26%), os sul-coreanos (31%) e os russos (33%), onde a maioria diz não refletir nunca ou quase nunca sobre a questão.

A pesquisa ouviu 21.513 pessoas de 16 a 74 anos, entre 20 de agosto e 3 de setembro, sendo cerca de 1.000 no Brasil. O questionário foi aplicado de maneira online, portanto abrange a parcela da população com acesso à internet, considerando o perfil demográfico de cada lugar.

Para 40% dos entrevistados por aqui, distúrbios mentais são um dos principais problemas sanitários enfrentados atualmente pelo país. Esse número cresceu 13 pontos percentuais em relação ao ano passado, influenciado pelo luto e pelo isolamento da pandemia de Covid-19.

"Temos visto o Brasil sempre no topo do ranking em pesquisas que fazemos sobre saúde mental, e isso vem aumentando ano após ano. Por um lado, a pandemia agravou o problema, mas por outro deu mais espaço para falar sobre isso", diz Helena Junqueira, coordenadora da pesquisa.

Em maio de 2020, por exemplo, o país apareceu em primeiro lugar entre os que sofriam de ansiedade (41% diziam se sentir assim) ou de enxaqueca (14%) e entre os que afirmavam estar comendo excessivamente (39%). Era também o mais solitário (53%) em questionário de janeiro.

"Transtornos mentais são muito mais comuns do que as pessoas imaginam. Durante um ano, um quarto da população vai desenvolver algum problema. Na vida, será cerca de metade. Não é muito diferente de usar óculos", ilustra Jair Mari, chefe da psiquiatria da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

Segundo o médico, o aprofundamento da desigualdade e da insegurança econômica ajudam a explicar por que o Brasil sustenta altos índices de ansiedade e depressão. Tem muito impacto ainda o que ele chama de violência epidêmica no país.

"A saúde mental tem um fator social determinante. Os Estados Unidos, por exemplo, têm níveis muito parecidos com os nossos. Tudo indica que isso pode estar relacionado à desigualdade: a pessoa que não tem nada olha para quem tem tudo", afirma.

Outra hipótese para a preocupação com o tema no país é cultural — segundo essa visão, os brasileiros estariam mais dispostos a demonstrar suas emoções do que moradores de outros lugares. Isso também ajudaria a entender, de acordo com o psiquiatra, por que na China os transtornos mentais são externalizados com menos frequência.

Globalmente, quem tende a se importar mais com sua própria saúde mental são mulheres e jovens, mostra a pesquisa da Ipsos. A parcela dos que pensam nisso com frequência é de 58% entre elas e 48% entre eles. Entre pessoas de até 35 anos é de 61%, contra 42% para pessoas acima dos 50 anos.

"A grande maioria dos meus seguidores na internet são mulheres, que se sentem sobrecarregadas e procuram ajuda mais cedo", diz Helloá Castro. "Os homens não falam, muitas vezes canalizam o tratamento do 'burnout' para o álcool ou drogas. Quando chegam em mim é porque já esgotaram as possibilidades."

Apesar de 78% dos entrevistados brasileiros acharem que seu bem-estar mental e físico têm a mesma importância, 55% acreditam que o sistema de saúde do país prioriza o cuidado apenas com o corpo — número superior à média dos outros países.

"Há um vácuo de atendimento enorme", concorda o psiquiatra Jair Mari. "Transtornos mentais são responsáveis por um quinto das incapacitações, mas só cerca de 2% do orçamento da Saúde é aplicado no tema. Na nossa realidade achamos que precisaria ser pelo menos 6%", afirma.

Para o médico, existe uma ideia de que a população brasileira toma muito remédio, mas isso só é válido para a classe média alta. Aqui, afirma, impera a "lei dos cuidados invertidos": quem precisa menos tem mais, e quem precisa mais tem menos.

Um paper publicado por ele e outros pesquisadores em 2014 mostrou que só 20% das crianças e adolescentes com distúrbios psiquiátricos — que deveriam ser priorizados pelo alto risco de suicídio — tiveram acesso a profissionais da área nos 12 meses anteriores.

Mari critica um desmantelamento da assistência à saúde mental em todos os níveis do sistema de saúde nos últimos anos, que conta apenas com algumas ilhas de atendimento e não tem leitos suficientes para internação de casos agudos. Ele cobra melhor gestão, prontuários únicos, continuidade nos atendimentos e inovação tecnológica.

Quem trabalha na área vê ao menos um legado positivo da pandemia. A constante exposição do tema pela mídia e por marcas resultou numa redução do preconceito sobre os transtornos emocionais.

A consultoria de saúde Mercer Marsh apontou um crescimento de 62% no número de empresas que implantaram serviços nesse sentido aos funcionários. Nessa esteira surgiu também o movimento #MenteEmFoco, da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, que incentiva o setor privado a adotar uma série de medidas, como um profissional fixo nas companhias.

"Quando comecei a estudar sobre saúde mental, há sete anos, não havia quase nenhuma informação na internet. Agora teve um boom de procura, hashtags, páginas novas, universidades falando sobre o assunto", comemora Helloá.

Globalmente, mulheres e jovens são os que mais pensam em sua saúde mental Em %

Maioria dá o mesmo peso à saúde mental e física, mas crê que seu país prioriza saúde física Em %

Igualmente importantes | Saúde mental | Saúde física | Não sabe/ não respondeu

No Brasil

Nos 30 países

Saúde mental é vista como um dos principais problemas de saúde nesses países Em %

Fonte: "World Mental Health Day 2021" (Ipsos), pesquisa online com 21.513 pessoas de 16 a 74 anos em 30 países, entre 20 de agosto e 3 de setembro

Estudo aponta diferentes respostas protetoras após vacina e cura da Covid

Ana Bottallo

SÃO PAULO Pessoas que tiveram infecção pelo coronavírus no passado podem produzir uma resposta imune mais diversificada, mas a ação de neutralização nos vacinados que não tiveram contato prévio com o vírus é dada até 12 vezes mais pela vacina.

Os resultados da pesquisa, conduzida por cientistas da Universidade Rockfeller (EUA) e coordenada pelo imunologista brasileiro Michel Nussenzweig, foram divulgados na prestigiosa revista científica Nature no último dia 7.

A proteção conferida por uma infecção prévia ao Sars-CoV-2 pode se desenvolver e ser até bem robusta nas pessoas, mas ainda não é possível afirmar com certeza que todos os indivíduos que tiveram Covid no passado vão conseguir se defender frente a uma nova infecção.

Já a imunidade conferida por vacinas pode oferecer uma arma imunológica imediata, mas a duração dessa resposta imune ainda está sendo estabelecida conforme os estudos sobre a necessidade de doses de reforço avançam.

Os pesquisadores procuraram avaliar então qual seria a proteção conferida entre as duas doses (D1 e D2) e 1,3 e cinco meses após a D2 das vacinas contra Covid de mRNA em pessoas que nunca se infectaram — os chamados "naives" — e comparar a taxa de anticorpos e tipos de células de defesa no organismo com o observado em recuperados.

Foram avaliadas amostras de sangue de 32 pessoas que não tinham histórico de Covid (oito vacinados com a vacina da Moderna e 24 com a Pfizer/BioNTech) em três momentos distintos: "prime" (até duas semanas e meia após a primeira dose e antes da segunda), 1,3 mês após a segunda dose (equivalente ao grupo controle, que incluiu sangue de pessoas recuperadas de Covid 1,3 mês após a infecção) e cinco meses após a segunda dose.

Do total de amostras, 53% foram de homens e 47% mulheres, e a idade média dos indivíduos analisados foi 34,5 anos (os participantes tinham de 23 a 78 anos).

O que os cientistas observaram foi que, apesar de a resposta imune após a infecção natural ser mais diversificada, podendo evoluir inclusive para combater às novas variantes, o potencial de neutralização do vírus pelas vacinas é maior do que com a imunidade natural.

Nas primeiras semanas após a primeira dose, a taxa de anticorpos dos tipos IgG, IgA e IgM no sangue aumenta, embora as imunoglobulinas do tipo IgG fossem predominantes em relação às outras duas (e são os anticorpos associados à resposta imune de memória).

Após 1,3 mês da segunda dose, a taxa de anticorpos no sangue era maior nos vacinados em comparação aos chamados convalescentes.

Porém, a mesma avaliação cinco meses após a segunda dose encontrou uma redução significativa nas taxas de anticorpos IgA e IgM, o que era esperado, uma vez que esses anticorpos não permanecem em circulação por um longo período no corpo — o que se deseja com uma indução de resposta imune é gerar a capacidade de reconhecer rapidamente o antígeno e neutralizá-lo quando frente a uma infecção natural.

Começa nesta quarta antecipação da 2ª dose da Pfizer em São Paulo

Luca Castilho

SÃO PAULO | AGORA A Prefeitura de São Paulo antecipou para esta quarta-feira (20) a aplicação da segunda dose da vacina contra Covid-19 da fabricante Pfizer com um intervalo menor em relação à primeira aplicação, de 21 dias.

Segundo a gestão municipal, 82.804 pessoas serão beneficiadas na cidade de São Paulo. Antes, o intervalo entre as doses era de oito semanas.

A medida, que começaria nesta quinta (21), foi antecipada após a capital paulista receber 357.354 doses de Pfizer.

A redução do prazo não é válida para os adolescentes, apenas para o público adulto. Para os jovens de 12 a 17 anos de idade, o intervalo entre as doses permanece de oito semanas. Uma eventual antecipação para esse público será adotada mediante a disponibilização de mais doses por parte do Ministério da Saúde, segundo a prefeitura.

Com relação às outras vacinas, o intervalo para a segunda dose segue sendo de 12 semanas para AstraZeneca e 28 dias para Coronavac. A medida respeita a orientação dos programas Nacional e Estadual de Imunizações.

Todos os postos de vacinação seguem abertos para o público elegível na cidade de São Paulo. As AMAs/UBSs (Assistências Médicas Ambulatoriais e Unidades Básicas de Saúde) Integradas funcionam das 7h às 19h, inclusive aos sábados e feriados.

As 469 UBSs (Unidades Básicas de Saúde) abrem de segunda a sexta, das 7h às 19h, na capital paulista. Os postos volantes também seguem abertos, das 8h às 17h.

Já megapostos e mega drive-thrus estarão abertos das 8h às 17h, mas podem mudar conforme necessidade.

Atraso do governo causa falta de medicação para leucemia

Saúde prometeu repasse até setembro, mas remédio não chegou a hospitais

Samuel Fernandes

SÃO PAULO Remédio utilizado contra a leucemia, o dasatinibe está em falta em alguns estados brasileiros por atraso na distribuição pelo Ministério da Saúde. Para lidar com a situação, os pacientes precisam mudar a medicação, mas especialistas afirmam que a troca no meio do tratamento pode causar problemas.

O dasatinibe é utilizado para tratar a leucemia mieloide crônica, uma doença que causa o aumento de glóbulos brancos no sangue, explica Angelo Maiolino, médico hematologista e coordenador do Comitê de Acesso a Medicamentos da ABHH (Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular).

A distribuição pública do fármaco é centralizada pelo Ministério da Saúde, que o importa e repassa para as secretarias de Saúde dos estados. Depois disso, cabe a elas entregar o dasatinibe aos hospitais regionais, para que os usuários cadastrados possam realizar a quimioterapia oral.

Mas esse processo não tem ocorrido normalmente em 2021. Já no segundo trimestre do ano, não foi possível atender toda a demanda de dasatinibe 20 mg, como informou o Ministério da Saúde em uma nota técnica divulgada no dia 8 de setembro.

No terceiro trimestre, a situação piorou: segundo a pasta, não houve distribuição da versão de 20 mg e a de 100 mg foi feita com pendências.

Nessa nota, o ministério informa que iniciou "o processo de aquisição com a antecedência devida", mas que "não foi possível concluir tempestivamente" por "situações alheias e supervenientes".

Um contrato de aquisição foi assinado em 23 de agosto com a farmacêutica Bristol-Myers Squibb, que já é a fornecedora da droga para a rede pública no país. A previsão de entrega, segundo a pasta, seria para o fim de setembro.

Procurada pela **Folha**, a farmacêutica informou, no entanto, que a importação do remédio, processo que precisa ser solicitado pelo ministério à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), só foi autorizada em 1º de outubro —o que levou a um atraso maior. A nova previsão de reposição do medicamento na rede pública não foi informada pela pasta.

Segundo a empresa, antes do novo contrato, a última remessa enviada à gestão federal ocorreu em janeiro deste ano.

"Os pacientes dizem que entram em contato com seu centro de tratamento e a resposta é que ainda não se sabe quando o medicamento chegará", descreve a entidade, em nota.

Segundo a Abrale, também foram reportados casos de escassez de nilotinibe e imatinibe, utilizados igualmente para o tratamento da leucemia.

Diante da situação, a associação diz ter entrado em contato com o Ministério da Saúde e com o Ministério Público Federal, mas não obteve respostas. Sendo assim, uma ação judicial coletiva já foi aberta pela organização.

Uma paciente moradora de Campo Grande (MS), que pediu para não ser identificada, contou à reportagem que sofre com a falta do dasatinibe desde o começo de setembro.

Antes do problema, todo mês ela ia à farmácia de quimioterapia do HRMS (Hospital Regional de Mato Grosso do Sul) para pegar gratuitamente uma caixa com 30 comprimidos na versão de 100 mg. No mês de setembro, porém, ela recebeu a notícia de que a substância estava em falta.

"A cada dois dias eu ia [à farmácia] e eles respondiam 'olha, não tem'. Até que um dia disseram 'não vai ter previsão mesmo, porque a medicação acabou e é preciso ver com seu médico qual será a alternativa'", afirma.

Procurada, a diretoria técnica do HRMS, por meio da Secretaria de Saúde do Mato Grosso do Sul, informou que o problema atinge todo o Brasil e é "ocasionado em decorrência da pandemia".

Diante do desabastecimento, a paciente procurou então o médico, que indicou a substituição pelo nilotinibe.

Trocar a medicação dessa forma, contudo, pode não ser uma boa alternativa, porque os medicamentos não são idênticos. A substituição pode assim resultar em uma perda na resposta ao tratamento de quimioterapia oral, alerta o médico Angelo Maiolino.

"Não é que o nilotinibe não seja eficaz, mas, se o paciente está utilizando um outro medicamento, então o melhor é que ele continue usando-o", afirma Maiolino.

Uma falha no tratamento, ele alerta, pode resultar, por exemplo, na passagem da fase crônica da leucemia para a aguda, que é muito mais grave, incurável e pode levar à morte em pouco tempo.

Já utilizando o novo medicamento, a paciente de Campo Grande diz que o nilotinibe causou alguns efeitos colaterais, como distensão abdominal. Outro ponto que ela ressalta é que o fármaco demanda maior atenção para manter o tratamento de modo adequado —enquanto no dasatinibe é necessário tomar um comprimido por dia, o nilotinibe é ingerido em quatro doses diárias, duas pela manhã e duas à noite.

"Você precisa ficar duas horas em jejum [antes de ingerir o nilotinibe] e só pode voltar a se alimentar uma hora depois de tomar o medicamento", lamenta a paciente.

Flavio Comeli, empresário do setor de transporte que mora em Campinas (SP), é outro paciente que foi diagnosticado com leucemia mieloide crônica. Desde 2016, ele utiliza o dasatinibe e, segundo conta, estava tendo uma ótima resposta ao tratamento.

No entanto, há aproximadamente dois meses, por causa da escassez de distribuição, ele começou a tomar diariamente apenas 60 mg, dos 80 mg inicialmente recomendados por seu médico.

No último mês, adotou um racionamento até maior: agora toma um comprimido de 100 mg a cada dois dias.

Embora Comeli tenha feito um exame que indicou a eficiência da terapia mesmo com a dosagem menor, o empresário vê com preocupação a falta de dasatinibe.

"É um medicamento de alto custo e, assim como eu, tem muitas outras pessoas que fazem esse tratamento", diz ele, que também ressalta o medo de que essa transição brusca possa causar, no futuro, uma falha no controle do quadro.

Procurado, o hemocentro da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), local em que Comeli retira o remédio, informou que desde junho não recebe o dasatinibe, mas, com o estoque, conseguiu ainda suprir a demanda dos pacientes durante os meses de julho e agosto.

No estado de São Paulo, a situação da falta do remédio é registrada já há alguns meses. A secretaria estadual de Saúde informa que, no segundo semestre do ano, solicitou ao Ministério da Saúde 58 mil unidades e recebeu apenas 23,7% do pedido.

No terceiro semestre, a gestão estadual afirma que "nenhuma entrega [do dasatinibe] ocorreu até o momento para atender mais de 660 pacientes". Diante desse cenário, a secretaria conta ter proposto ao ministério a substituição pelo nilotinibe, "que também não foi entregue para essa finalidade".

Também contatada, a Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro afirma que o dasatinibe 20 mg está em falta desde 9 de setembro, enquanto a versão de 100 mg foi suficiente para atender a demanda do mês corrente.

O Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), que reúne informações das secretarias de saúde de todas as unidades federativas do Brasil, informou que já recebeu alguns relatos relacionados à falta do medicamento. A entidade, contudo, afirma não ter ainda dados concretos quanto à dimensão do problema no país.

Para Maiolino, é importante que a distribuição seja normalizada o quanto antes, para não trazer mais problemas aos pacientes em todo o país.

"Como a compra e a distribuição é direta pelo Ministério da Saúde, esse pode ser um problema que afetará todo o país se não for sanado o mais rápido possível", conclui.

Entenda por que o dasatinibe é usado contra leucemia

O que é o dasatinibe?
O remédio é um inibidor de tirosinoquinase (ITQ), proteína advinda de uma alteração genética em uma célula-tronco e que causa a leucemia mieloide crônica. Além do dasatinibe, existem outros inibidores utilizados no controle da proteína, como o imatinibe e o nilotinibe.

O que é a leucemia mieloide crônica?
É uma doença manifestada quando a tirosinoquinase causa uma produção exagerada de glóbulos brancos que circulam no sangue.

Que problemas a leucemia mieloide crônica traz para o paciente?
Alguns sintomas são fadiga, hemorragias esporádicas e aumento do baço e do fígado. Na fase mais avançada da doença, a pessoa pode morrer.

Como funciona o dasatinibe?
Assim como outros ITQs, o dasatinibe inibe a tirosinoquinase, regulando assim a produção dos glóbulos brancos. Isso faz com que o doente permaneça na fase crônica, onde não há sintomas muito graves, sem evoluir para cenários críticos.

O que acontece se o tratamento for paralisado?
A leucemia pode evoluir da fase crônica para o estágio agudo. Na última fase, há sintomas como anemia, infecções, sangramentos e, em último caso, o óbito.

É recomendada a troca de inibidores?
A troca do medicamento pode diminuir a eficácia do tratamento, resultando em cenários mais graves. A alteração entre inibidores só é recomendada quando o paciente está reagindo mal ao tratamento.

> Como a compra e a distribuição é direta pelo Ministério da Saúde, esse pode ser um problema que afetará todo o país se não for sanado o mais rápido possível
>
> **Angelo Maiolino**
> coordenador do Comitê de Acesso a Medicamentos da ABHH

Ipen paralisa mais uma vez produção de radiofármaco

SÃO PAULO A produção de geradores de tecnécio, radiofármacos utilizados principalmente para diagnósticos de doenças, voltou a ser paralisada nesta semana pelo Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares), vinculado ao MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações).

Segundo fonte ouvida pela **Folha**, a última entrega do radiofármaco ocorreu no dia 15. A previsão é que a produção volte a ser normalizada apenas em novembro.

O Ipen foi procurado e indicou que seria necessário obter informações oficiais com o MCTI. O Ministério, por sua vez, não respondeu até a conclusão desta edição.

O Instituto sofre com paralisações na produção de medicamentos desde 20 de setembro, por conta do corte de verbas na CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), órgão do qual o Ipen faz parte.

Para amenizar o problema, o governo federal liberou pouco mais de R$ 19 milhões em 22 de setembro. No entanto, esse valor só seria suficiente para duas semanas de trabalho.

Já em 7 de outubro, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei para providenciar R$ 63 milhões ao instituto. A verba, porém, ainda não foi disponibilizada ao Ipen, o que impede a importação do material radioativo, causando assim atrasos na produção.

O gerador de tecnécio é um tipo de radiofármaco essencial para a medicina nuclear — especialidade que usa quantidades pequenas de materiais radioativos para o tratamento e o diagnóstico de várias enfermidades.

Ele é empregado principalmente em cintilografias para diagnóstico de doenças, como a de perfusão miocárdica, que indica se um paciente tem risco de sofrer ou não um infarto, explica George Coura, presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear.

Queiroga mostra o dedo em Nova York Reprodução

Comissão de Ética pede esclarecimento a Queiroga por mostrar dedo

Marianna Holanda

BRASÍLIA A Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) encaminhou na segunda um pedido de esclarecimentos ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, por ter mostrado o dedo a grupo que protestava contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) durante viagem a Nova York em setembro.

Além dele, o ministro de Relações Exteriores, Carlos França, também deverá se explicar à CEP, por ter feito no mesmo dia um gesto de "arminha" com as mãos.

As medidas foram tomadas no âmbito de uma denúncia apresentada pelo deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP). As autoridades têm prazo de cinco dias úteis para responder à comissão. Procurados pela **Folha**, os ministérios não quiseram se manifestar.

O episódio dos ministros ocorreu em um princípio de confusão com manifestantes contrários a Bolsonaro na saída da comitiva presidencial da residência da missão brasileira junto à ONU, no Upper East Side, em Nova York.

As autoridades brasileiras estavam nos Estados Unidos para participar da abertura da Assembleia-Geral da entidade.

Na ocasião, cerca de dez pessoas gritaram palavras de ordem contra o presidente, como "genocida" e "assassino". Em resposta, Queiroga fez o gesto quando a comitiva brasileira já deixava o local.

Ao lado dos manifestantes, estava um caminhão com um telão exibindo frases como "Bolsonaro is burning the Amazon" (Bolsonaro está queimando a Amazônia, em inglês).

Ao retornar ao país, o ministro tentou justificar sua atitude. "Temos trabalhado muito pelo Brasil, temos conseguido resultados muito importantes, significativos no controle da pandemia. Nós somos humanos, né? É da natureza humana existirem falhas", disse Queiroga.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Lutou por questões humanitárias e pela igualdade social no país

URIEL VILLAS BOAS (1939-2021)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O jornalista, advogado e sindicalista Uriel Villas Boas era um leitor voraz do Agora e da **Folha**. Participativo, suas opiniões fortes faziam parte do dia a dia dos jornais, com comentários enriquecedores sobre o noticiário político e de atualidades, principalmente em relação ao atual governo federal.

Entusiasta da liberdade de expressão e de imprensa, com frequência contribuía com o debate público através dos jornais.

A última contribuição para o Agora foi para a coluna Desabafo. "A CPI do Senado Federal ao que consta vai propor o indiciamento do presidente Bolsonaro pelo seu comportamento inadequado em relação à saúde dos brasileiros. Que ele receba a punição que merece", escreveu em 15 de outubro.

No dia seguinte, a comunicação e o movimento sindical perderam um pouco de sua graça. Aos 82 anos, Uriel não resistiu a um infarto.

Natural de Montes Claros (MG), passou a maior parte da vida em Santos. Durante 46 anos, trabalhou na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) —atualmente parte da Usiminas. Uriel presidiu o Sindicato dos Siderúrgicos e Metalúrgicos da Baixada Santista, foi membro da Associação dos Metalúrgicos Aposentados e da coordenação do Fórum da Cidadania de Santos.

Entre 2003 e 2004, foi vereador em Santos pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), ocupando uma vaga de suplente. Depois, filiou-se ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e se candidatou a vereador nas últimas eleições, mas não foi eleito.

Lutador incansável, não se conformava com a desigualdade social. "Ele morreu tentando mudar o mundo", afirma a costureira Helenice Romano, 67, sua companheira há 42 anos.

Atualmente, lutava por um salário melhor aos aposentados. "Sempre na luta. Desde que eu o conheci dentro do sindicato —eu era secretária dele— essa parte bonita que ele tinha, a de dedicação, que me cativou. Ele era íntegro e um exemplo de político honesto", conta.

"Não conheci uma pessoa tão carinhosa, amável e ligada nas coisas humanitárias como ele", diz Helenice.

Para a família, no dia a dia Uriel era um homem generoso, educado, carinhoso, alegre, dedicado e muito preocupado com os filhos. Gostava de abraço, carinho e queria estar sempre perto, segundo Helenice.

Uriel deixa a companheira, quatro filhos e quatro netos.

BETTY BIRGER Aos 64, divorciada. Terça (19/10). Cemitério Israelita do Butantã, Jd. Educandário, São Paulo (SP)

cotidiano

Rafaela Nunes, uma das guardiãs do acervo da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, em São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Biblioteca é despejada de cemitério em São Paulo, e moradores viram guardiões de livros

Mariana Lima

SÃO PAULO | AGÊNCIA MURAL Depois de 12 anos reunindo um acervo com mais de 5.000 livros, a BCCL (Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura), em Parelheiros, no extremo sul de São Paulo, terá de deixar a atual sede: a casa do sepultador que fica atrás da capela do Cemitério Colônia.

O projeto começou modesto e trouxe o convite para a população ressignificar as percepções sobre vida e morte por meio dos livros. Desde 2009, foram realizadas diversas atividades culturais, como o Sarau do Terror, o Sarau das Mulheres e o projeto Sementes de Leitura.

Todo esse trabalho foi feito com o apoio do Ibeac (Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário), organização que atua no território de Parelheiros.

Porém, em fevereiro de 2021, a gestão da biblioteca recebeu uma carta-intimação extrajudicial da diretoria da Acempro (Associação Cemitério dos Protestantes), que administra o cemitério privado Colônia —o mais antigo da capital paulista. O documento informava que a casa do sepultador deveria ser desocupada devido à construção de novos túmulos no local.

O espaço havia sido cedido para a biblioteca por meio de um contrato seguindo a política de comodato, espécie de empréstimo gratuito em que o usuário precisa devolver o local após determinado tempo. Até então, o contrato vinha sendo renovado.

"Foi bem difícil de entender [a decisão de retirar o acervo do local] porque a gente está no meio de uma pandemia", afirma Rafael Simões, 28, gestor da biblioteca, técnico em biblioteconomia e morador do bairro da zona sul.

"Quando a carta chegou era para a gente desocupar o espaço em um mês. Era impossível mover um acervo tão grande em tão pouco tempo. A gente tentou mobilizar todo mundo, todos os parceiros e pessoas que poderiam nos ajudar naquele momento", relembra.

Após conseguirem negociar, a biblioteca ganhou um prazo maior e deve deixar a casa até 31 de dezembro.

Rafael lembra que sempre foi difícil atrair as pessoas para o espaço devido ao medo de entrar no cemitério, apesar do acesso estar distante dos túmulos. "Agora, como os túmulos estarão de fato na porta biblioteca, as pessoas teriam que literalmente entrar no cemitério para chegar até aqui."

> As pessoas daqui ainda têm muito esse olhar de que o livro é algo sagrado e que a gente só encontra na livraria e que ainda vai custar o olho da cara. A gente espera que elas passem a entender esse acervo como um bem delas
>
> **Rafael Simões**
> gestor da biblioteca

Desta forma, a gestão da biblioteca tinha um desafio: como manter o acervo vivo, circulando pela região, enquanto se estabelece a nova sede?

Inspirados em uma lei colombiana que determina a distribuição do acervo de bibliotecas públicas fechadas ou em reforma para bibliotecas populares, a equipe da Caminhos da Leitura resolveu chamar moradores do próprio bairro, parceiros e amigos para cuidar do acervo.

A campanha "Eu (a)guardo a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura" pretende distribuir sacolas, especialmente confeccionadas, com 10 livros cada, entre as pessoas que quiserem ser guardiãs do seu acervo.

Por meio da mobilização, a equipe espera fortalecer a relação da comunidade com a biblioteca. "As pessoas daqui ainda têm muito esse olhar de que o livro é algo sagrado e que a gente só encontra na livraria e que ainda vai custar o olho da cara", pontua Rafael.

Ele conta que algumas pessoas ficaram surpresas ao saber que as obras estavam sendo emprestadas sem custo. "A gente espera que elas passem a entender esse acervo como um bem delas", diz.

Para colaborar com esse propósito, os guardiões podem emprestar as obras, além de trocarem com outros que receberam as sacolas.

Rafael reconhece os desafios da logística e sabe que nem todos os livros podem retornar no final do processo.

"Desde que começamos a atuar, ainda na UBS (Unidade Básica de Saúde) do Colônia, foram quase 12 anos em que muitos livros nunca foram devolvidos. A gente pede encarecidamente que devolvam para que outras pessoas também possam ler, mas não temos essa que se não devolver vai ser processado ou pagar multa", diz.

Todos os que se tornarem guardiões do acervo estarão cadastrados na rede da biblioteca junto com a listagem dos livros que levaram em suas sacolas. Quando a nova sede for inaugurada eles serão chamados para retornar com os livros.

Nem todo o acervo foi disponibilizado para a campanha. Algumas obras, consideradas como de referência, de conteúdo adulto ou que foram autografadas pelos escritores, ficarão guardadas em um depósito na região, junto com os móveis da biblioteca, até a inauguração do novo espaço.

Uma das pessoas que já aceitou o papel de guardiã foi a pedagoga e educadora Rafaela Nunes, 23, moradora do bairro Nova América, em Parelheiros. Quando soube que o local iria ser fechado, ela só conseguia pensar que outros jovens não teriam mais acesso a um espaço que fez tanta diferença em sua vida.

"A campanha me deu uma esperança de que a biblioteca vai retornar. Quero compartilhar essas leituras com pessoas próximas, crianças vizinhas e minha própria família também."

Enquanto isso, a Caminhos negocia a doação de um terreno para a construção da nova sede na região. O espaço maior permitirá novos projetos, entre eles uma horta comunitária.

Mais de 540 mil motoristas de SP estão em app de transporte

Dados da CPI municipal apontam que condutores realizaram 25 milhões de viagens em 1 mês; taxistas são 38 mil

Artur Rodrigues

SÃO PAULO A cidade de São Paulo tem mais de 546 mil motoristas cadastrados por aplicativos, que fazem 25 milhões de viagens por mês, revelam dados municipais citados na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Aplicativos apresentados nesta terça (19).

Presidida pelo vereador Adilson Amadeu (DEM), que tem base eleitoral entre taxistas, a CPI visa apurar irregularidades nos aplicativos que circulam na cidade.

Os parlamentares consideram que haja uma espécie de caixa preta no setor, com problemas que vão de sonegação fiscal a atuação irregular de empresas no setor.

A comissão ouviu nesta terça o secretário-executivo do CMUV (Comitê Municipal de Uso do Viário), Felipe Pereira.

Durante a comissão, o vereador Marlon Luz (Patriota), vice-presidente da comissão, citou dados informados pelo governo municipal que mostram que há 546 mil motoristas de aplicativos cadastrados na capital. Para efeito de comparação, a cidade tem hoje cerca de 38 mil alvarás ativos de taxistas.

Segundo documentos apresentados pelo vereador, 25 milhões de viagens foram feitas em julho deste ano por esses aplicativos de transporte.

A CPI municipal também apura a questão das empresas de entrega via aplicativos, mas não foi informada a quantidade de veículos utilizados pelas empresas.

Em 2020, essas empresas pagaram R$ 151 milhões em taxas à gestão da capital paulista, segundo Felipe Pereira, da CMUV. Os valores são pagos à prefeitura como uma contrapartida pelo uso do viário da capital paulista.

Ao menos uma empresa não consta entre as credenciadas pela prefeitura. Questionado por vereadores sobre a companhia inDriver, Felipe Pereira informou que não consta que ela esteja credenciada na cidade de São Paulo.

A reportagem procurou a empresa na manhã desta terça, mas não recebeu retorno até o momento. No site dela, consta que ela tem escritório na Sibéria, Rússia.

Marlon Luz citou caso de motorista que teria sido multado em R$ 5.000 por rodar na cidade usando aplicativo da empresa não credenciada. "Ela opera sem o cadastro, não paga taxa, não informa o município sobre o uso do viário, não sabemos se ela valida o cadastro dos motoristas", diz Marlon.

Adilson Amadeu afirmou que a empresa deve ser fechada. "Vamos fazer uma diligência e levar os órgãos competentes e fechar. Aliás, ela nem poderia estar atuando", disse.

Os vereadores também questionaram o membro do CMUV sobre diversas irregularidades e lacunas relativas ao controle das empresas na cidade, como motoristas com ficha criminal, carros e condutores não cadastrados.

"O que me chamou a atenção foi como as regras feitas para o CMUV deixam margem para que tenham a sonegação de taxas dos aplicativos", disse Marlon Luz.

Já Amadeu afirmou considerar que o resultado da CPI foi de "arrepiar" e que a comissão vai abrir a "caixa preta" do setor. "Como pode numa cidade como São Paulo em que as empresas de aplicativos vêm de fora, elas têm o controle de tudo, pagam por estimativa, pagam da cabeça dela 0,10 por quilômetro rodado", disse. "Para mim, vai ser a maior evasão no cenário de São Paulo."

Um dos principais objetivos da comissão relacionada aos aplicativos é investigar eventual sonegação de impostos e evasão fiscal por parte das empresas. Recentemente, a Câmara fez uma CPI que investigou os bancos, recuperando valores e também rendendo holofotes aos parlamentares que participaram.

Outro ponto a ser investigado é o uso de contas falsas por motoristas nos aplicativos. O documento do requerimento também cita roubos praticados dentro dos veículos "com fortes indício de negligência" das empresas que, segundo o requerimento, falham "em realizar o mínimo de verificação acerca dos usuários da plataforma bem como filtrar e bloquear a criação de contas falsas".

Os vereadores querem apurar ainda o impacto que esse tipo de transporte tem no transporte público. O setor vive uma crise nos últimos anos, com perda de passageiros para os aplicativos.

A pandemia piorou a situação, o que obrigou a Prefeitura de São Paulo a aumentar o bilionário subsídio às empresas de ônibus, que ultrapassou os R$ 3 bilhões.

Segundo o requerimento da CPI, a "prévia análise de estudos que indicam que este modal vem angariando passageiros do transporte coletivo de massa (ônibus e metrô) bem como apuração do pagamento de quilômetro rodado, participação de locadoras, trabalho eventual por condutores, precarização das relações de trabalho, equiparação, jornada de trabalho e possível vínculo empregada".

Câmara aprova em 1ª votação reajuste do IPTU de SP

SÃO PAULO A Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta terça-feira (19), em primeira votação, o reajuste da base de cálculo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

O projeto, que ainda deve ser votado em segundo turno, passou sob acusações de que a gestão Ricardo Nunes (MDB) mandou um projeto que aumentará mais a base de cálculo do tributo para pessoas pobres da periferia. Mesmo vereadores da base afirmam que será preciso ajustes antes da aprovação definitiva. O projeto teve 34 votos favoráveis, 19 contrários e uma abstenção.

O prefeito tem obrigação de fazer a revisão da PGV (Planta Genérica de Valores) a cada quatro anos, visando corrigir distorções nos valores venais dos imóveis. O IPTU é calculado a partir desses valores.

A gestão Nunes afirma que fará o reajuste tendo como teto a inflação na cobrança de 2022 e 2023. A promessa de correção pela inflação vai apenas até 2023, possibilitando grandes aumentos depois.

Tabelas apresentadas pelo PT na Casa afirmam que a variação na PGV chega a 89% para imóveis residenciais horizontais de até 80 m² na periferia. O aumento no centro para um imóvel deste tamanho é de 80,6% e no centro expandido, de 70,4%.

ciência

E depois da Revolta da Vacina?

Mais de 1 em 8 mortes por Covid em 2021 foi aqui, graças a um negacionista

Atila Iamarino

Doutor em ciências pela USP, fez pesquisa na Universidade Yale. É divulgador científico no YouTube em seu canal pessoal e no Nerdologia

Das 3 milhões de vítimas da Covid-19 registradas em 2021 no mundo, mais de 408 mil são brasileiras. Mais de 1 em cada 8 mortes foi observada aqui, entre nós, graças a um governo negacionista que empurrou tratamento precoce no lugar de vacinas para a população. Somos o país que registrou mais vítimas dessa doença evitável este ano, mas provavelmente não por muito tempo. Graças aos imunizantes, nos tornamos "só" o quarto país que que mais registra mortes por Covid por dia.

Nos EUA, as mortes entre os não vacinados continuam acima de 1.500 por dia. No país onde financiaram o desenvolvimento de dois dos imunizantes que temos aqui, menos de dois terços da população se vacinou até agora. Resultado de um movimento antivacina multimilionário e muito bem organizado e uma população que não está acostumada a ter qualquer tipo de atendimento de saúde gratuito. Sem medidas impopulares para aumentar os índices de imunização, passarão por um inverno bem difícil.

A Rússia, o primeiro país a aprovar uma vacina contra a Covid, tem registrado mais de mil mortes por dia. Seus números reais devem ser até três vezes maiores, de acordo com as mortes em excesso. Em um misto de desconfiança do governo e falta de confiança em um fármaco posto em uso quando menos de 80 voluntários haviam sido testados, quase dois terços dos russos tomaram sequer uma dose da Sputnik V.

Agora deixamos a terceira posição em óbitos por dia com a Romênia, outro país sem cultura e sem campanhas de vacinação, que tem o segundo pior índice de imunização da Europa. Como o Brasil, a Romênia registra um pouco mais de 300 mortes por dia, mas com uma população mais de dez vezes menor do que a nossa. No final de 2021, a alta mortalidade por Covid, absoluta ou relativa, se tornou um fenômeno de falta de imunização.

Já aqui, no país da Revolta da Vacina, continuamos nos imunizando e postando em redes sociais. Recentemente, passamos de 100 milhões de brasileiros completamente imunizados contra a Covid-19. Enquanto escrevo, vamos atingir a marca de 50% de imunizados. O resultado, colhido diariamente, é que nosso número de mortes continua caindo.

Isso porque depois dessa Revolta em 1904, onde a população do Rio de Janeiro se rebelou contra a obrigatoriedade da vacina da varíola, nós criamos uma excelente cultura de produção e distribuição pública de imunizantes. Ainda em 1904, grande parte da população acabou se protegendo contra varíola, dada a seriedade do surto. E em 1908, quando houve outro surto grave, o Instituto Vacinogênico de São Paulo produziu 1,6 milhão de doses da vacina contra a varíola, o suficiente para imunizar mais da metade da população do estado. Estado que, apesar da população crescente, não passou por um surto tão grave quanto o Rio de Janeiro.

O Instituto funcionou de 1894 a 1924 no então bairro do Cambuci. Era encarregado da produção de vacinas antivariólicas e em 1925 foi incorporado ao Instituto Soroterápico do Butantan. O Instituto Butantan continuou produzindo imunizantes contra varíola até a campanha de 1970, que as tornou desnecessárias. A varíola é uma doença altamente infecciosa, transmitida pelo ar, que produzia imunidade permanente. Mesmo assim, circulou por séculos e matou centenas de milhões de pessoas, sem nunca atingir a imunidade de rebanho. Nos anos 1970, ela se tornou a primeira doença infecciosa que nós extinguimos, na base da vacina. Que sigamos contando com esse tipo de solução e com instituições de pesquisa como o Butantã e a Fiocruz para nos livrar da Covid e das próximas pandemias.

| DOM. Reinaldo José Lopes, **Marcelo Leite** | QUA. Atila Iamarino, Esper Kallás

A alagoana Nicole Oliveira Semião, de 8 anos Arquivo pessoal

Alagoana pode se tornar mais jovem caçadora de asteroides

Nicole Oliveira Semião diz ter identificado 23 corpos celestes; Nasa vai avaliar

Kátia Vasco

MACEIÓ Aos dois anos, Nicole Oliveira Semião, de Alagoas, pedia à mãe uma estrela, mas não era qualquer estrela de brinquedo, ela queria aquela que via no céu, lembra a família.

O fascínio pelo Universo cresceu junto com a menina. Aos quatro anos, para espanto dos pais, Nicole quis trocar a festa de aniversário por um telescópio, comprado com sacrifício.

Aos seis, pediu para fazer um curso de iniciação à astronomia pelo Ceaal (Centro de Estudos Astronômicos de Alagoas), uma entidade sem fins lucrativos que era exclusiva para jovens e adultos, mas devido à sua insistência, foi aberto a todas as idades.

Agora, aos oito anos, a alagoana aguarda a avaliação da Nasa, a agência espacial americana, para receber oficialmente o título de caçadora de asteroides. Nicole afirma ter identificado 23 novos asteroides até o momento.

Se a façanha for confirmada, ela se tornará a pessoa mais jovem a descobrir algo do gênero. O processo de reconhecimento, porém, pode levar até oito anos.

Sócio do Ceaal, Romualdo Arthur Caldas, que é médico patologista e astrônomo amador, diz que a participação de Nicole no curso foi destacada. "No início nos surpreendeu. Mas, agora, sabemos perfeitamente que Nicolinha é muito determinada. Sempre muito atenta às explicações e observações telescópicas."

Desde 2020, a pequena astrônoma também participa do programa Caça Asteroides, projeto da agência espacial americana e da Iasc (The International Astronomical Search Collaboration) em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

A observação dos asteroides ocorre por meio de um arquivo de imagens a partir de um software fornecido pela Iasc. Após a validação das descobertas, o autor dos achados pode batizar os asteroides encontrados.

"Estou feliz com as detecções que eu fiz porque eu contribuí para a ciência no mundo", diz. "Quero colocar os nomes dos meus pais e de cientistas brasileiros [nos asteroides]", adianta Nicole.

Para ela, o interesse na pesquisa é proporcional ao desejo em divulgar o tema. Por isso, fundou um clube de ciências voltado a crianças (@nicolinhaekids, no Instagram) e um canal no YouTube para entrevistar cientistas e divulgar o que aprende.

O clube é coordenado pela mãe, Zilma Semião, mas todas as aulas são ministradas por profissionais e especialistas de cada área. Zilma conta que Nicolinha é acompanhada por diversos cientistas, como os astrofísicos Duília de Mello e Paulo Leme, o astrônomo Romualdo Arthur Caldas e o paleontólogo Marcelo Adorna Fernandes.

Em janeiro de 2021 a família mudou-se de Maceió para Fortaleza, onde Nicole ganhou uma bolsa de estudos na escola particular Farias Brito, incluindo aulas de astronomia. A mudança de cidade exigiu uma transformação radical na vida da família.

A mãe, que é artesã, teve que vender todas as ferramentas para ajudar na mudança. Aos poucos ela está voltando a montar seu ateliê, onde cria itens com o tema da astronomia. Já o pai, Jean Carlo Lessa Semião, analista de sistemas, conseguiu um acordo para trabalhar remotamente.

Nicole estuda pela manhã, frequenta curso de inglês e aulas de natação, mas, segundo a mãe, sem deixar de brincar como qualquer criança da idade. O resto do tempo dedica-se aos estudos em astronomia.

Durante a noite, ela também interage com os seus seguidores nas redes sociais e, com o apoio da escola onde estuda, voltou a dar palestras presenciais sobre astronomia, após quase dois anos afastada por causa da pandemia.

Nicole é bicampeã da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica e coleciona certificados por cursos e palestras sobre o tema.

Seu sonho é conhecer a Nasa e atuar para que todas as crianças tenham acesso a ciência, tecnologia e astronomia. No futuro também quer se formar em engenharia aeroespacial, para construir foguetes.

"Eu sempre me inspirei no universo, nas estrelas quando comecei, e hoje me inspiro nas [astrônomas] Duília de Melo, Rosaly Lopes e no [ex-astronauta e atual ministro] Marcos Pontes", resume.

Como Nicole, outras jovens brasileiras também se destacam na astronomia. A estudante Laysa Peixoto Sena Lage, 18, por exemplo, descobriu recentemente um novo asteroide por meio de campanha da Nasa.

O reconhecimento da descoberta aconteceu em agosto e o astro foi batizado de LPS0003, de acordo com suas iniciais. Futuramente, a jovem poderá escolher um outro nome para ele.

Quem é Wang Yaping, chinesa que vai fazer história no espaço

Igor Patrick

SÃO PAULO Quando a espaçonave Shenzhou-13 decolou no último sábado (16) do Centro de Lançamento de Satélites de Jiuquan com destino à estação espacial Tiangong, ela levava mais que suprimentos e ferramentas para tornar o módulo chinês plenamente operacional.

A bordo, a missão carregava um pedaço da história: Wang Yaping, a segunda mulher taikonauta (como são chamados os astronautas chineses) a deixar a Terra e a primeira com a missão de realizar uma caminhada espacial.

Discreta e pouco afeita a entrevistas, a militar de 41 anos tem uma formação incomum. Capitã da Força Aérea Chinesa, ela se juntou à Academia de Voo em 1997 e ganhou notoriedade ao participar da megaoperação de resgate durante o terremoto de Wenchuan, em maio de 2008, até hoje uma das maiores tragédias da história da China, com um saldo de mais de 69 mil mortos e 40 milhões de pessoas afetadas.

Concluída a formação militar, decidiu se dedicar a outras áreas do conhecimento.

Cursou mestrado em jornalismo na Universidade de Pequim e atualmente é candidata ao título de doutora na mesma instituição, desta vez estudando psicologia.

Em 2012, quase se tornou a primeira mulher chinesa no espaço, na missão Shenzhou-9. Acabou ficando na reserva, com a colega Liu Yang assumindo o posto.

Wang só deixaria a Terra no ano seguinte e, a bordo da Shenzhou-10, estamparia manchetes em todo o país ao lecionar como professora convidada de ciências direto do espaço para uma escola primária. De lá, ela explicou o conceito de peso e massa em gravidade zero a várias crianças, em uma transmissão reproduzida por canais de TV.

Wang Yaping, que fará caminhada espacial Xinhua

As missões vieram a um grande custo pessoal. Casada desde 2006 com o piloto de avião Zhao Peng, Wang contou em uma entrevista que pretendia ser mãe quando foi convidada a integrar a equipe de taikonautas.

Devido à bateria de exames e ao treinamento pesado exigidos, ela precisou adiar o sonho, para desgosto do marido. Quando voltou à Terra como heroína nacional, sua primeira reação foi de culpa.

"Posso ser uma taikonauta exemplar, mas não sou uma esposa qualificada. Outras mulheres podem acompanhar seus maridos em passeios, podem ir ao cinema. Isso é um luxo para mim. [Agora que voltei], espero poder sair para jantar com Zhao", afirmou ela logo depois de pousar.

A filha nasceu em 2016. Com a criança, Wang cumpriu também uma exigência não oficial para todas as mulheres que desejam seguir carreira como taikonautas: serem mães.

Responsável por selecionar os militares para as missões especiais, a equipe do Centro de Medicina Aeroespacial Clínica do Exército chinês argumenta que ainda não há evidências sobre como a exposição à radiação espacial afetam a fisiologia feminina. Assim, mulheres com filhos ganham prioridade para evitar que as missões interfiram no planejamento familiar.

Pouco antes de decolar no fim de semana, Wang fez um post cômico em seu perfil no WeChat (superapp chinês, espécie de híbrido de Facebook e WhatsApp): uma imagem de um bonequinho vestido com traje espacial e a legenda "viajando a trabalho por seis meses".

Além de divertido, o post faz referência a um recorde histórico. Se tudo correr bem, a Shenzhou-13 deve durar 183 dias, a mais longa missão tripulada da China até hoje.

Junto com os colegas Zhai Zhigang, 55, e Ye Guangfu, 41, Wang tem a missão de terminar a construção da estação espacial, prevista para operar a partir do ano que vem e servir como alternativa à Estação Espacial Internacional, controlada por americanos e russos.

Na lista de tarefas, uma caminhada espacial para a instalação de cabos na Tiangong.

Considerada uma das mais arriscadas atividades no espaço, a caminhada também entrará na história como a primeira realizada por uma mulher chinesa.

Ao deixar a Terra, a capitã foi questionada sobre a responsabilidade de carregar tantos marcos para as chinesas. Categórica, respondeu que "o espaço não muda só porque você é mulher".

Bem humorada, disse qual será a parte mais complicada da missão: "Minha filha quer que eu traga estrelas para ela e seus colegas quando eu voltar. Ela me fez prometer que traria um punhado para que ela dividisse com os amigos da escola", contou.

Contagem regressiva para a COP26

Está chegando uma das cúpulas de maior consequência para a humanidade

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "A Defesa do Espaço Cívico"

Estamos às vésperas de uma das cúpulas climáticas de maior consequência para o futuro da humanidade. A COP26 será realizada em Glasgow, na Escócia, a partir de 31 de outubro, com foco na implementação dos compromissos assumidos pelos países signatários da Convenção do Clima e do Acordo de Paris.

A contagem regressiva para a COP26 foi o mote do evento TED Countdown dedicado às soluções para a crise climática, em Edimburgo, na semana passada. Dezenas de lideranças políticas e indígenas, cientistas, ativistas, empreendedores e investidores mostraram o desafio gigantesco e as soluções que temos a nosso alcance.

Estou mais que convencida que temos uma pequena janela de oportunidade para empreender todos os esforços necessários para manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5°C. Isso é pré-condição para a sobrevivência da nossa espécie. E para tal é imperativo zerar as emissões de carbono, a perda da natureza e a pobreza em nosso planeta.

Amina J. Mohammed, secretária-geral adjunta da ONU, reforçou que precisaremos de dinheiro e solidariedade para que a transição para uma sociedade e uma economia verde seja eficaz. O compromisso dos países ricos de investir US$ 100 bilhões anuais na transição de nações em desenvolvimento precisa ser cumprido, e o valor ampliado. Amina se mostrou esperançosa com o ambicioso projeto "A Grande Muralha Verde", que pretende plantar 100 milhões de árvores para frear a desertificação de partes da África.

Solomon Goldstein-Rose desenhou o tamanho da ambição que devemos ter: precisamos de 12 vezes a capacidade atual de geração de energia limpa –hidro, nuclear, eólica e solar até 2050. E Nicola Sturgeon, primeira-ministra da Escócia, mostrou o que é liderar pelo exemplo com as ambiciosas iniciativas nessa direção já em andamento, afirmando que pequenos países não têm tempo para objetivos pequenos.

O cientista Johan Rockstrom foi contudente ao afirmar que não podemos subestimar o efeito dos "pontos de inflexão" que ameaçam os grandes ecossistemas globais como as florestas Amazônica e Boreal, as geleiras do Ártico, da Groelândia e da Antártica, entre outros. Ele nos lembrou que a natureza absorve 50% das emissões de gás de efeito estufa, e que os modelos que calculam o aquecimento contam com a continuidade desse inestimável serviço.

Ilissa Ocko deu o roteiro para cortar a emissão de metano, que é a oportunidade mais rápida para retardar o aquecimento global. E Susan Ruffo nos lembrou da importância dos oceanos nessa equação, uma vez que absorvem entre 25% e 30% do CO_2 da atmosfera.

Tzeporah Berman lançou iniciativa para a adoção de um acordo de não proliferação de combustíveis fósseis. E Dan Jogersen, premiê da Dinamarca, nos mostrou que é possível: seu país já baniu a produção a partir de 2050, cancelando as licenças futuras, e investindo pesadamente em energia eólica.

O evento também foi palco do lançamento de grandes campanhas. Monica Araya nos falou sobre uma ampla coalizão para impulsionar a transição para carros elétricos. Enric Sala lançou a campanha para a proteção de 30% do planeta até 2030, com apoio da National Geographic. Nigel Topping apresentou três grandes corridas em curso: pela resiliência, pelo carbono zero e pela mobilização dos trilhões em investimentos necessários para fazer a transição.

Essas e outras palestras fantásticas, como a de Al Gore e as conversas mediadas pela diplomata Christiana Figueres, já começaram a ser divulgadas nas plataformas do TED. Não deixem de ver, escolher que iniciativa apoiar e onde agir. A contagem regressiva pela nossa sobrevivência já começou.

|DOM. Antonio Prata |SEG. Marcia Castro, Maria Homem |TER. Vera Iaconelli |QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques |**QUI. Sérgio Rodrigues** |SEX. Tati Bernardi |SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Bolsonaro e Iván Duque dizem que vão trabalhar juntos pela Amazônia

Em visita oficial ao Brasil, presidente da Colômbia foi recebido no Palácio do Planalto

COP26

Ricardo Della Coletta e Marianna Holanda

BRASÍLIA Os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro (sem partido), e da Colômbia, Iván Duque, afirmaram nesta terça-feira (19) que ambos os países devem trabalhar de forma conjunta na reunião global do clima da ONU, a COP26. O encontro começa em 31 de outubro em Glasgow, cidade portuária na Escócia.

"Com toda certeza, chegaremos unidos em Glasgow para tratarmos de um assunto muito importante e caro para todos nós: a nossa querida, rica e desejada Amazônia", disse Bolsonaro, em pronunciamento após a reunião de trabalho das delegações brasileira e colombiana.

Iván Duque e Bolsonaro em Brasília, nesta terça, em Brasília Pedro Ladeira/Folhapress

Iván Duque realiza uma visita oficial ao Brasil. Ele esteve em São Paulo na segunda-feira para encontro com empresários e, nesta terça em Brasília, cumpriu agenda de trabalho com Bolsonaro e ministros.

Na declaração, o Duque defendeu que os países da região amazônica cuidem do bioma dentro da sua soberania.

"A Amazônia para nós é um território muito valioso e nós cuidamos dela dentro da nossa soberania. É também muito importante que essa defesa [do bioma] traga consigo uma luta eficaz contra os crimes ambientais", afirmou Duque.

"A Colômbia avançou nesse aspecto, e o Brasil também tem feito o mesmo —e quero destacar os esforços que neste ano já registraram resultados notáveis na luta contra esses crimes que tanto nos doem a todos", disse Duque.

"Nós compartilhamos também dessa ideia de chegarmos a Glasgow —os países da região amazônica— com uma mensagem inequívoca de proteger esse território e de reconhecer que, apenas conservando-o, podemos chegar a capturar mais de 2 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa por ano", continuou Duque.

"Isso reafirma que a nossa voz em Glasgow será não apenas a de trabalhar pela transição energética e pela redução de emissões, mas também alcançar a neutralidade de carbono e fazê-lo com uma grande proteção dos nossos bosques tropicais e da nossa Amazônia", disse o presidente da Colômbia.

> "Isso reafirma que a nossa voz em Glasgow será não apenas a de trabalhar pela transição energética e pela redução de emissões, mas também alcançar a neutralidade de carbono e fazê-lo com uma grande proteção dos nossos bosques tropicais e da nossa Amazônia
>
> **Iván Duque**
> presidente da Colômbia

Em Glasgow, dezenas de países vão se sentar à mesa para negociar uma agenda ambiental, entre elas a regulação dos mercados de carbono.

O Brasil chega à reunião em Glasgow desgastado por um histórico de declarações antiambientais de Bolsonaro e por meses consecutivos de avanço no desmatamento.

Nos meses de julho, agosto e setembro deste ano, os registros de focos de queimadas na região amazônica foram os menores desde que Bolsonaro assumiu o Palácio do Planalto, segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Entretanto, os índices continuam em patamares muito altos. O Brasil teve o segundo pior ano de desmatamento na Amazônia na série histórica recente, segundo dados do sistema Deter, do Inpe. Com pouca diferença, somente o período de 2019-2020 foi mais destrutivo para o bioma na região amazônica.

As informações coletadas pelo Deter apontam que, de agosto de 2020 a julho de 2021, foram derrubados cerca de 8.712 km^2 de floresta da Amazônia, queda de aproximadamente 5% em relação aos 9.216 km^2 do período anterior. O histórico recente do Deter tem início em 2015.

O Brasil teve historicamente um papel de líder nas discussões globais sobre clima e meio ambiente.

Nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, diante de uma agenda abertamente hostil à políticas de preservação ambiental, Duque tentou posicionar a Colômbia como líder regional para o tema.

O presidente da Colômbia lançou em 2019 o Pacto de Letícia, reuniões de países amazônicos para debater questões de proteção ao bioma da floresta.

esporte

Clubes de futebol apelam a fan tokens para fortalecer cofres

Corinthians, São Paulo, Flamengo e Atlético-MG são as primeiras equipes do país a investir neste tipo de ativo

Luciano Trindade

SÃO PAULO Ainda sob os efeitos das perdas econômicas causadas pela pandemia, os clubes brasileiros têm procurado novas fontes de receita. Uma alternativa encontrada por Corinthians, Atlético-MG, Flamengo e São Paulo são os fan tokens, uma espécie de título digital que permite interações diretas com os torcedores, por meio de votações, fóruns e promoções.

A novidade começou a ser explorada no futebol em 2019, pela Juventus (ITA), mas só ganhou maior repercussão recentemente, quando Lionel Messi aceitou receber parte das luvas pelo contrato celebrado com o Paris Saint-Germain (FRA) no formato do criptoativo. Uma estratégia do clube francês para atrair a atenção para seu novo produto.

Na ocasião do anúncio oficial da contratação, em agosto, o token do time dobrou seu valor: de US$ 29 (R$ 159) foi para US$ 58 (R$ 319). A valorização se deve à flutuação que ocorre no mercado, no qual os detentores desses ativos podem revendê-los. Como cada time tem um número limitado de títulos, o efeito da oferta e da procura impacta no preço.

Nesta terça (19), o Flamengo fará o lançamento de sua primeira leva de tokens, em uma parceria com a empresa Socios.com, que também atua com outras 70 entidades esportivas, entre as quais estão o Corinthians, o Atlético-MG e o São Paulo, assim como os europeus PSG (FRA), Juventus (ITA) e Barcelona (ESP).

Em sua primeira FTO (sigla em inglês que significa oferta de fan token), o clube rubro-negro vai colocar no mercado 1,5 milhão de criptoativos, com valor fixo de US$ 2 cada (R$ 11 na cotação atual).

"Se vender tudo, serão 3 milhões de dólares (R$ 16 milhões). O clube fica com metade do valor líquido, tirando os custos de taxas e impostos", diz à Folha o vice-presidente de comunicação e marketing do Flamengo, Gustavo Oliveira.

Segundo o dirigente, o contrato com a Socios.com é de 4 anos e meio. Novos lançamentos de FTO estão previstos, mas o clube não informou a quantidade, nem quando devem ocorrer.

Oliveira demonstra confiança na nova fonte de receita devido à expansão dela em todo o mundo. Além de gigantes europeus, equipes de basquete e da F1 também estão no catálogo da empresa fundada em Malta, em 2018.

O Corinthians e o Atlético-MG foram os primeiros a lançar seus criptoativos no mercado brasileiro, no fim de agosto. Ambos os clubes ofertaram 850 mil títulos cada um. Cada leva gerou um valor de US$ 1,7 milhão. Como no caso do Flamengo, os clube embolsaram 50% (R$ 4,68 milhões).

O time paulista prevê a emissão de 20 milhões de tokens ao longo do acordo com a Socios.com. A equipe mineira estima lançar 10 milhões. O São Paulo, que recentemente anunciou a parceria com a empresa, ainda não confirmou quando fará sua primeira FTO. O Botafogo também deverá entrar no mercado até o fim do ano.

Recentemente, a CBF lançou criptoativos da seleção brasileira. A entidade ofertou 30 milhões de tokens e arrecadou R$ 91 milhões. No caso da confederação, a venda foi feita pela empresa turca Bitci.

O detentores de tokens também poderão vender seus ativos no mercado secundário. No Brasil, a maior plataforma de negociação desses títulos é o Mercado Bitcoin. Uma pequena porcentagem dessas transações é destinada aos clubes, em valores que variam de acordo com os contratos.

O sucesso de tudo isso depende muito de como o clube vai saber explorá-lo. Não é simplesmente o surgimento do fan token que vai modificar um clube

Bruno Maia
especialista em inovação e novos negócios no esporte

"Quando tem a oferta inicial, já tem o preço fixo determinado. Já quando os tokens estiverem no mercado secundário, o detentor poderá vender pelo preço que ele acreditar que será vendido. Se vai vender ou não é uma questão de oferta e demanda", diz Bruno Milanello, executivo de novos negócios do Mercado Bitcoin.

Especialistas como Milanello, contudo, afirmam que os tokens não devem ser vistos como investimentos apesar da possibilidade de valorização.

A quantidade do criptoativo pode dar mais benefícios ao seu proprietário, como maior poder de voto, por exemplo.

Por outro lado, há riscos, como o fim do contrato entre um clube e a empresa, o que faria o token não ter mais valor, ou o time deixar de fazer votações.

Vale destacar que a essência do ativo é oferecer experiências e estreitar a relação dos clubes com seus torcedores, além de atrair possíveis novos fãs.

Uma das primeiras ações do Corinthians envolvendo donos de fan tokens foi uma enquete para determinar quem deveria ser homenageado com um busto no Parque São Jorge: Gylmar dos Santos Neves, Basílio e Ronaldo Fenômeno eram os candidatos.

"Pela história no Corinthians, o Gylmar e, principalmente, o Basílio, poderiam ter ganhado. Mas o Ronaldo venceu com uma boa porcentagem por se tratar de um jogador com expressividade internacional", diz Milanello, que acredita ter sido uma escolha em grande parte daqueles que vivem fora do país, e que correspondem a 67% dos que compraram o ativo do time.

Exemplos como esse mostram a importância do uso dos fan tokens para gerar maior engajamento com o torcedor.

"O sucesso de tudo isso depende muito de como o clube vai saber explorá-lo. Não é simplesmente o surgimento do fan token que vai modificar um clube. Quem vai guiar os clubes são os profissionais, além da capacidade de gestão", afirma Bruno Maia, especialista em inovação e novos negócios na indústria do esporte e CEO da Feel The Match, empresa de geração de negócios esportivos.

Messi durante vitória sobre o Leipzig, no Parque dos Príncipes, em Paris Franck Fife/AFP

Messi marca duas vezes e leva PSG à vitória contra o Leipzig na Champions

SÃO PAULO Na abertura da terceira rodada da Champions League, o Paris Saint-Germain (FRA) levou um susto, mas conseguiu vencer o Red Bull Leipzig (ALE) por 3 a 2, nesta terça-feira (19), no Parc des Princes, pelo Grupo A.

Após sair na frente, com um gol de Mbappé, aos nove minutos do duelo, o time francês levou uma virada. André Silva, ainda na etapa inicial, e Mukiele, já depois do intervalo, colocaram os alemães em vantagem.

Aos 23, porém, a estrela de Lionel Messi começou a brilhar. Primeiro, ele voltou a deixar tudo igual depois de acertar a bola na trave e aparecer para aproveitar o rebote. Aos 29, o argentino converteu um pênalti com uma cavadinha e definiu o placar.

Mais cedo, na abertura da mesma chave, o Manchester City (ING) goleou o Club Brugge (BEL), por 5 a 1, na Bélgica. João Cancelo, Mahrez (duas vezes), Walker e Palmer marcaram pelos ingleses. Vanaken descontou.

Com os resultados, o PSG lidera a chave com sete pontos, e o time de Pep Guardiola é o segundo, com seis. O Brugge está em terceiro, com quatro, e o Leipzig segura a lanterna, sem pontos.

Na Ucrânia, o Real Madrid (ESP) contou com gols dos brasileiros Vinicius Jr. (2) e Rodrygo para fazer 5 a 0 no Shakhtar Donetsk (UCR). Benzema também foi à rede, balançada ainda por Krystov, contra.

Como a Inter de Milão (ITA) venceu o Sheriff (MDA), por 3 a 1, os espanhóis igualaram a pontuação do time da Moldova, que lidera o Grupo D, com seis pontos. Os italianos estão em terceiro, com quatro, e os ucranianos estão na última posição, com um.

Na Espanha, o Liverpool (ING) venceu o Atlético de Madrid (ESP) por 3 a 2, em confronto pelo Grupo B.

Os ingleses chegaram a abrir dois gols de vantagem, com Salah e Keita, mas cederam o empate. Griezmann marcou duas vezes. Antes do fim, porém, Salah voltou a balançar a rede e garantiu a vitória inglesa.

O Liverpool manteve aproveitamento total em três rodadas e atingiu nove pontos. O Atlético, estacionado nos quatro, divide a segunda colocação com o Porto, que fez 1 a 0 no Milan, ainda zerado.

ESPORTE AO VIVO

13h45 Barcelona x Dínamo de Kiev Champions, TNT E HBO MAX

13h45 RB Salzburg x Wolfsburg Champions, SPACE E HBO MAX

16h Benfica x Bayern Munique Champions, SPACE E HBO MAX

16h Man. United x Atalanta Champions, TNT E HBO MAX

16h Young Boys x Villarreal Champions, HBO MAX

16h Lille x Sevilla Champions, HBO MAX

16h Chelsea x Malmo Champions, HBO MAX

16h Zenit x Juventus Champions, HBO MAX

17h Vasco x Flamengo Brasileiro sub-20, SPORTV

18h Boston Red Sox x Houston Astros Beisebol, ESPN E STAR+

21h30 Athletico x Flamengo Copa do Brasil, GLOBO E SPORTV

21h30 Atlético-MG x Fortaleza Copa do Brasil, SPORTV 2

Identidade coletiva

Brasil, contra o Uruguai, mostrou uma nova e promissora cara

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Uma ótima equipe não é apenas a união de bons jogadores com uma eficiente estratégia e muita vontade de vencer. É necessário algo mais, uma identidade, uma inteligência coletiva, que saiba o que quer, que execute bem o que foi planejado, que valorize o adversário e que crie opções para o momento certo, na mesma partida ou em partidas diferentes.

Assim como uma equipe, os jogadores, individualmente, necessitam definir o que desejam, com o olhar também para os companheiros. A consciência é o conhecimento de si e do outro. Não vivemos isolados no mundo.

O Brasil, contra o Uruguai, mostrou uma nova e promissora cara coletiva. Alternou a marcação mais adiantada com a mais recuada, marcou com duas linhas de quatro e atacou sempre com muitos jogadores. Paquetá, pela esquerda, entrava em diagonal, para ser um meia armador e deixava Neymar livre, para jogar mais à frente, mais perto da área adversária do que do meio-campo.

Já o Uruguai, que sempre teve uma grande defesa, perdeu a identidade coletiva ao ser derrotado pelo Brasil (4 a 1), pela Argentina (3 a 0) e pelo Equador (4 a 2). Em outros tempos, quando tinha menos jogadores habilidosos no meio-campo, a equipe marcava muito atrás, contra-atacava e, geralmente, vencia, com dois ótimos atacantes. Agora, não sabe se avança ou se recua e deixa muitos espaços entre os setores.

A grande evolução da Argentina foi coletiva, ao criar uma identidade, a da aproximação dos jogadores, com troca de passes desde a defesa até o ataque. Messi, pela primeira vez, sente-se em casa. O time, sem comparar o talento individual, joga de uma maneira parecida com a do Barcelona, com Guardiola, quando a equipe catalã trocava muitos passes, com Busquets, Xavi, Iniesta e Messi.

O time que eu mais gosto de ver jogar, o que não significa que seja o melhor, é o Manchester City, pelo show de passes trocados de uma área à outra. Contra o PSG, pela Liga dos Campeões, o City dominou a partida, ficou com a bola, criou chances de gol e perdeu. Do outro lado, estavam Mbappé, Neymar e Messi. Guardiola deve ter se lembrado dos tempos de Bayern de Munique, quando o time alemão, jogando melhor, foi eliminado pelo Barcelona de Messi e pelo Real Madrid de Cristiano Ronaldo.

Os times brasileiros, por causa da excessiva troca de técnicos, pelo péssimo calendário e pela falta de sabedoria de muitos treinadores, têm enormes dificuldades de formar equipes coletivamente fortes, com maneiras definidas de jogar. O Palmeiras, que teve ótimos momentos atuando mais recuado e no contra-ataque, vive uma indefinição, sem saber se mantém essa postura ou se tenta ter o domínio da bola e do jogo, como muitos pedem. O retorno de Dudu, que reforçaria o time, tem sido motivo para Abel Ferreira ficar confuso sobre a melhor maneira de jogar?

Assim como as equipes, cada atleta ou pessoa tem seu jeito de viver e de fazer. A repetição é importante para melhorar a técnica, mas, quando excessiva, empobrece o jogo e a vida. Os artistas e os poetas nos ensinam que a vida pode ser diferente, mais interessante, e que "a arte existe porque a vida não basta" (Ferreira Gullar).

Álvaro de Campos, um dos 127 heterônimos de Fernando Pessoa, autor do poema "Tabacaria", o mais fascinante que já li, escreveu: "Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou? Sei o que penso? Mas penso ser tanta coisa!".

DOM. Juca Kfouri, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | TER. Renata Mendonça | QUA. Tostão | **QUI. Juca Kfouri** | SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro

Botafogo encaminha retorno à elite enquanto tenta se livrar de dívidas

Time se aproveita de dispositivo da Lei do Clube-Empresa para ganhar prazo e melhores condições

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO Em paralelo à boa campanha do time na Série B do Campeonato Brasileiro, a diretoria do Botafogo tem se empenhado para mudar a imagem de clube endividado.

Com passivo próximo de R$ 1 bilhão e problemas de fluxo de caixa, o presidente Durcesio Mello, 66, recorreu a uma empresa especializada em recrutamento de executivos para ajudá-lo a selecionar um diretor-executivo.

O economista Jorge Braga, 55, foi o escolhido para o cargo. Antes de assumir a função de CEO do Botafogo, em março, ocupou posições em empresas de telecomunicação, varejo e tecnologia. Pouco depois de pisar em General Severiano, a diretoria apresentou um desastroso resultado em seu balanço financeiro de 2020.

Com queda de quase 30% em suas receitas, no período em que ainda estava na elite do Nacional, o clube teve déficit de R$ 139 milhões.

Braga diz que ganhou carta branca de Mello para corte dos gastos (desde maio, quase 90 funcionários foram demitidos) e implantar as práticas de mercado em políticas de recursos humanos na estrutura do clube associativo. Entre elas, a instauração de processo de concorrência na qual a diretoria delibera a compra de um produto ou serviço após analisar quatro diferentes propostas e o núcleo de recursos humanos que estabelece uma política de cargos.

"A situação do Botafogo é delicada, é um sacrifício brutal, não esqueça que a gente tem uma dívida de um bilhão de reais. É preciso de um choque de cultura", explica o economista.

A agremiação não divulgou nenhum relatório ou extrato de suas finanças atualizado ao longo deste ano. O orçamento projeta um prejuízo de R$ 60 milhões, mesmo com as perdas de quase R$ 70 milhões sem os direitos de transmissão na Série A do Brasileiro.

"Não faremos promessas, mas sim, entrega. Apesar desse impacto na receita com o rebaixamento, vamos entregar um resultado ainda melhor que o do ano passado", diz Braga.

Em setembro, o departamento jurídico botafoguense se aproveitou de um dispositivo na lei que cria benefícios para um clube se converter em Sociedade Anônima do Futebol (SAF), sancionado em agosto pelo presidente Jair Bolsonaro.

Ele permite que um clube-empresa — o que não é o caso do Botafogo — possa pleitear na Justiça à concentração de suas dívidas em fase de execução e, através de um plano de credores, se comprometa a destinar uma parte de sua receita para quitá-las em seis anos. Esse prazo poderá ser estendido por mais quatro anos caso o time comprove que tenha liquidado 60% do passivo.

Enderson Moreira, treinador da equipe Vitor Silva/Divulgação Botafogo

Apesar de não ter virado SAF, a equipe obteve, além do prazo maior, autorização do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e do TRT-1 (Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região) para destinar no máximo 20% do seu faturamento mensal para quitar dívidas com fornecedores, prestadores de serviços e cobranças movidas por ex-funcionários.

A situação do Botafogo é delicada, é um sacrifício brutal, não esqueça que a gente tem uma dívida de um bilhão de reais. É preciso de um choque de cultura

Jorge Braga
CEO do Botafogo

O acordo suspende penhoras e bloqueios judiciais em ações trabalhistas e cíveis, o que garante tranquilidade para o departamento financeiro honrar seus compromissos e evitar atrasos salariais. A folha de pagamento mensal está em R$ 2,5 milhões — até fevereiro era de R$ 4 milhões.

"Precisamos, primeiro, conter a sangria no caixa. Em segundo, alinhar receitas e despesas e depois enfrentar as dívidas e captar investidores", afirma Braga.

A captação de receitas tem sido um problema crônico para o time carioca, que desde a conquista do Campeonato Brasileiro de 1995 foi rebaixado três vezes (2002, 2014 e 2020).

Desde a primeira queda, a torcida conseguiu comemorar quatro títulos estaduais (2006, 2010, 2013 e 2018) e o título da Série B, em 2015.

Somente no ano passado, quando terminou o Brasileiro na lanterna, com 27 pontos em 38 partidas, o Botafogo perdeu 30% de receita. Passou de R$ 193 milhões em 2019 para R$ 135 milhões em 2020.

O clube trouxe Lênin Franco (ex-Bahia) para a função de diretor de novos negócios, responsável pelos departamentos de marketing, comercial e de sócio-torcedor.

As apostas para garantir maior receita são um novo programa de torcedores, chamado Camisa 7 — nome escolhido pelos fãs do time —, uma loja virtual (loja.botafogo.com.br) e o reajuste dos valores por espaços na camisa. A diretoria diz ter recusado patrocinadores com ofertas baixas na aposta de recuperar a credibilidade do investidor e, assim, alcançar acordos mais vantajosos.

Em 2020, o Botafogo arrecadou R$ 6 milhões com publicidade, à frente apenas de Sport (R$ 5 milhões), Atlético-GO e Goiás, estes dois últimos com R$ 4 milhões cada um. Já as receitas com bilheteria e sócio-torcedor, em 2019 (antes da pandemia), foram de R$ 17 milhões, enquanto o seu principal rival, o Flamengo, faturou R$ 178 milhões.

Em campo, o time está próximo de confirmar o acesso à elite, em uma Série B considerada difícil pela presença de cinco campeões nacionais (além do próprio clube, Cruzeiro, Coritiba, Guarani e Vasco). A equipe é a vice-líder, com 52 pontos, apenas dois atrás do Coritiba.

Nesta quarta (20), em casa, o Botafogo recebe o Brusque, às 20h30 (Premiere transmite). Se vencer, poderá assumir a liderança, desde que o Coritiba não tenha ganhado seu confronto contra o Sampaio Corrêa nesta terça (19), às 21h30, no Couto Pereira.

A oito rodadas do fim da competição, a equipe carioca tem 86% de chances de garantir o acesso, segundo o departamento de matemática da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

O técnico Enderson Moreira, grande responsável pela mudança de rumo do time no campeonato, vive a expectativa de garantir a subida com mais quatro vitórias.

Desgaste físico é desafio do Palmeiras em jogo contra o Ceará

CEARÁ
PALMEIRAS
19h, em Fortaleza
Na TV: Premiere

SÃO PAULO Abel Ferreira é um crítico contumaz do calendário do futebol brasileiro. O técnico já classificou a situação como "insana", sobretudo por impactar o rendimento dos jogadores do Palmeiras.

Depois de vencer o Internacional no domingo (17), a equipe alviverde voltará a campo pelo Brasileiro nesta quarta (20) para encarar o Ceará, em Fortaleza. O treinador não descarta a possibilidade de poupar jogadores que têm atuado com mais frequência.

"Com a insanidade de jogos que temos, é impossível que não haja lesões e não é possível que as equipes mantenham a intensidade o jogo todo", reclamou o português.

Ele não costuma revelar com antecedência a formação que pretende escalar. Mas não será surpresa se atletas considerados titulares e peças importantes do elenco começarem o duelo no banco. Nos últimos 30 dias, o time fez nove jogos.

Os atletas que mais atuaram pelo Palmeiras nesta temporada são: Gustavo Scarpa e Wesley (46 partidas), Raphael Veiga (43), Danilo e Zé Rafael (40), Luan e Patrick de Paula (40) e Felipe Melo (39). Quase todos eles participaram do confronto com o Inter. Só Wesley ficou ausente na última rodada, suspenso, e volta a ficar à disposição.

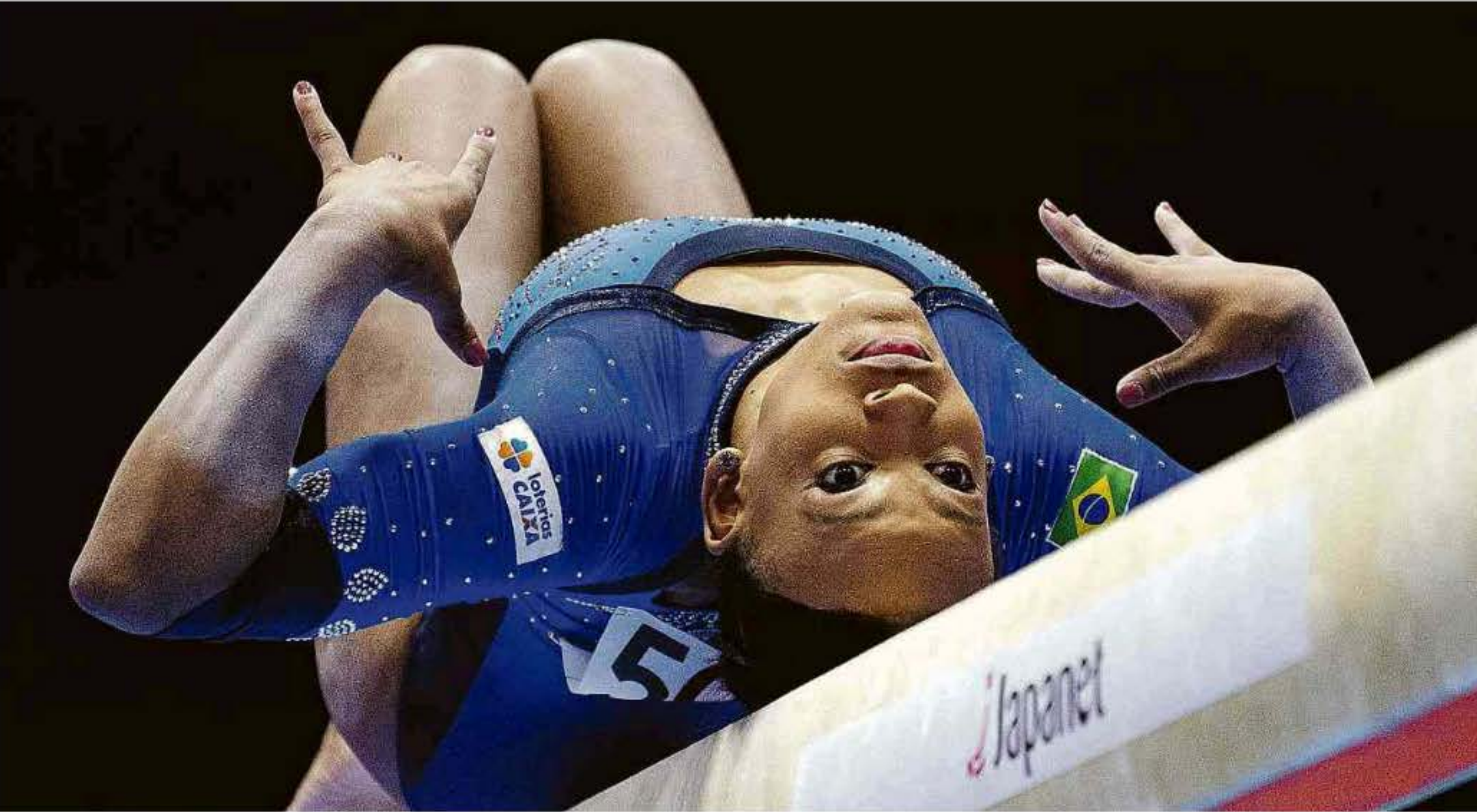
Além disso, alguns jogadores também tiveram de se dividir entre defender o clube e suas seleções, como Weverton, Gustavo Gómez e Piquerez, incluídos em convocações para as Eliminatórias.

No Nacional, o time da zona oeste paulistana chegou a ficar cinco rodadas sem vencer até triunfar no último final de semana. Nesse período, acumulou três derrotas e dois empates, resultados que o afastaram da briga pelo título.

Apesar do bom resultado na última rodada, a distância para o líder Atlético-MG ainda é grande. São 13 pontos (56 a 43), com os alviverdes na quarta colocação.

Mais do que olhar a tabela, porém, o que busca Abel Ferreira é manter os jogadores em alto nível técnico e bem fisicamente para a decisão da Copa Libertadores, em 27 de novembro, contra o Flamengo. Até lá, haverá nove compromissos pelo Nacional.

REBECA LIDERA EM DOIS APARELHOS E VAI A TRÊS FINAIS NO MUNDIAL DE GINÁSTICA

Charly Triballeau/AFP

Rebeca Andrade, 22, tornou-se a primeira ginasta brasileira a se classificar para três finais por aparelhos em um Mundial da modalidade. Ela conquistou vaga nas finais de salto (média das notas 14,800), barras assimétricas (15,100), ambas na liderança, e trave (13,400). A atleta não vai participar da competição no solo e, consequentemente, do individual geral (que reúne os quatro aparelhos), em que foi prata nas Olimpíadas. O motivo é o cuidado com seu corpo, especialmente o joelho direito, que já passou por três cirurgias, visando Paris-2024. As finais do salto e das barras assimétricas ocorrem a partir das 4h45 e das 6h25 de sábado (23). A final da trave será às 5h de domingo (24). O SporTV transmitirá.

TUDO + UM POUCO

folha.com/tudomaisumpouco

Saiba como cuidar das suas plantas na primavera

A mudança de estação exige novos cuidados com os jardins e com as plantas dentro de casa. Neste texto, a equipe do Jardim Botânico do Instituto Inhotim, que produz a seção Seu Jardim em parceria com a **Folha**, ensina como adequar a luminosidade, a adubação e a rega durante a primavera.

Adubação e rega

Quando os números dos termômetros sobem significa que é hora de aumentar a frequência das regas. Uma dica é, antes de regar, colocar as pontas dos dedos na terra. Se ela ainda estiver úmida, deixe para molhá-la em outro dia.

As temperaturas mais altas também fazem com que muitas espécies tenham novas brotações. Por isso, é importante evitar neste período as podas, que podem inibir o crescimento da planta.

Os brotinhos podem ainda atrair pragas, já que pulgões e cochonilhas gostam de folhas novas. Fique atento ao surgimento deles e aplique produtos para combatê-las quando necessário.

A primavera é, ainda, a estação ideal para a adubação, que irá fortalecer a planta e contribuir para que fique menos suscetível a esse tipo de ataque.

Luminosidade

A mudança de estação modifica a posição que o sol ocupa no céu visto da Terra. Na primavera e no verão, ele nasce à esquerda do Leste, mais ao Norte. Isso pode causar alteração na incidência luminosa dentro de casa. Se for preciso, troque as plantas de lugar. Enquanto algumas preferem sol direto, outras se adaptam melhor à meia-sombra ou sombra.

Espécies que florescem

Muitas bromélias, orquídeas, cactos, antúrios e filodendros florescem neste período. Bougainvillea, também chamada de primavera, é conhecida como a planta típica da estação.

Árvores como o pau-rosa, o jacarandá e muitas frutíferas florescem na primavera.

VOCÊ VIU?

Como parte da 45ª Mostra Internacional de Cinema em São Paulo, o Museu da Imigração exibe, em parceria com a Acnur, quatro filmes voltados para os temas do deslocamento forçado em sessões a céu aberto nos dias 22 e 23 de outubro, às 19h, no jardim do Museu.

Fazem parte da exibição o documentário egípcio "Capitães de Zaatari" e o longa iraniano "Pegando a Estrada", road movie que acompanha a viagem de uma família caótica.

Além dos filmes, empreendedores refugiados organizam uma praça de alimentação. Ingressos podem ser adquiridos no site do Museu da Imigração (http://museudaimigracao.org.br/) até duas horas antes das sessões.

ACERVO FOLHA | Há 100 anos 20.out.1921

Líderes em Portugal são mortos após vitória de revolucionários

Em meio à mudança de poder em Portugal, grupos liderados por militares percorreram as ruas de Lisboa e fizeram vários assassinatos. Um dos mortos foi António Granjo, que tinha deixado o cargo de presidente do conselho dos ministros (cargo equivalente a premiê).

Foram assassinados Freitas Silva e Carlos Maia, chefes situacionistas, e Machado Santos (nome decisivo na implantação da República em 1910).

Antes da série de crimes, um movimento revolucionário havia eclodido e fora vitorioso ao provocar a saída de Granjo do poder.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A REVISÃO

Instrucção Publica

DE CAMPINAS

ENCHENTES E DESLOCAMENTOS DE TERRA EM UTTARAKHAND, NA REGIÃO DO HIMALAIA, DEIXAM 41 MORTOS, APÓS CHUVAS INTENSAS, SENDO 30 NA TERÇA (19)

Abertura de represas não foi suficiente para conter o volume de água e cinco crianças estão entre as vítimas; às vésperas da Cop26, evento faz coro a episódios que assolaram a Europa AFP

A matemática em conspirações e cartas criptografadas

Representar números com letras marca transição da álgebra medieval para a moderna

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

"Nisso nos valemos de um artifício que permite distinguir as grandezas dadas daquelas que são desconhecidas, por meio de um simbolismo fácil de entender —por exemplo, representando as primeiras por consoantes e as últimas por vogais." Assim resumiu o francês François Viète (1540–1603) sua maior realização na matemática, iniciada em 1591 com a publicação da "In artem analyticem isagoge" ("Introdução à arte analítica").

A convenção vogal-consoante durou pouco: o compatriota René Descartes (1596–1650) preferia representar valores conhecidos pelas primeiras letras do alfabeto (a, b, c...) e as incógnitas por meio das últimas letras (z, y, x...), e foi essa moda que pegou. Assim mesmo, a ideia da notação literal —representar números, conhecidos ou não, por meio de letras— permanece um passo fundamental no desenvolvimento da matemática, marcando a transição da álgebra medieval para a moderna.

Viète realizou a sua carreira ao serviço de nobres e, posteriormente, dos reis da França. Sua principal tarefa na corte era decifrar as cartas criptografadas dos inimigos do monarca. Uma delas, dirigida ao rei da Espanha, revelou uma conspiração católica para depor o rei francês Henrique IV. A sua publicação abriu o caminho para o encerramento das Guerras da Religião na França.

Contam que numa ocasião, ao final de um jantar copiosamente regado, Viète gabou-se perante os embaixadores venezianos e espanhóis de estar lendo suas cartas secretas há anos. Compreensivelmente chateados, os espanhóis acusaram-no perante a corte papal de usar artes mágicas. Mas o papa, que tinha seu próprio exército de espiões, não se deixou impressionar.

O sucesso da notação de Viète é tal que fica difícil explicar porque ela foi tão revolucionária e importante. Uma razão meio óbvia é a generalidade: quando provamos, por exemplo, que $(a+b)^2 = a^2 + 2ab + b^2$, obtemos um fato que vale para todos os valores de a e de b, e não apenas para números particulares.

A propósito, esta igualdade descoberta por Viète foi depois estudada por Blaise Pascal (1623–1662) e Isaac Newton (1643–1727), e acabou ficando conhecida como 'binômio de Newton'. Aquele de quem o poeta português Álvaro de Campos disse: "O binômio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo. O que há é pouca gente para dar por isso".

Mas a relevância da notação literal vai muito além, como veremos na próxima semana.

SP-ARTE EM NÚMEROS

Primeira edição presencial da feira durante a pandemia

128
galerias e lojas, somando a feira presencial e a virtual, que ocorrem simultaneamente

84
expositores presenciais, entre galerias de arte e editoras

44
participantes somente na versão digital

8
galerias de design e mobiliário, todas na versão virtual

17ª SP-Arte
Arca - av. Manuel Bandeira, 360, São Paulo. Qua. (20), abertura para convidados. Visitação de qui. (21) a sáb. (23), das 12h às 20h; e dom. (24), das 11h, às 18h. R$ 50. Ingressos em sp-arte.com

A pintura vale ouro

Maior feira de arte do país, a SP-Arte retoma sua versão presencial e tenta atravessar a crise com telas coloridas e figurativas, os ativos mais seguros para os colecionadores

Detalhe da pintura 'Rested Bodies', um óleo da artista Rebecca Sharp, representada pela galeria Sé João Mascaro/Divulgação

João Perassolo

SÃO PAULO Quem visitar a SP-Arte verá pinturas em cores vivas de vasos com flores feitas por Panmela Castro, artista da galeria Luisa Strina, a poucos metros de telas gráficas em amarelo e laranja de Lina Kim, representada pela Casanova. Alguns passos adiante, um óleo de Francisco Hurtz, da Verve, mostra um pugilista de cuecas num cenário multicolorido, e uma tela azul e marrom de Arnaldo de Melo vai ocupar quase sete metros de extensão de uma parede do estande da Sé.

Embora representem assuntos muito distintos, essas obras denunciam a onipresença da pintura no evento, boa parte dela figurativa. É o denominador comum entre galerias de diversos tamanhos na edição que marca o retorno da maior feira de arte do país à sua versão presencial, depois de ser suspensa no ano passado por causa da pandemia. Do elenco da atual edição, ao menos 14 galerias, mesmo representando uma série de artistas conceituais, com trabalhos, digamos, mais difíceis de vender, terão óleos em oferta nos seus estandes.

"Acho que as feiras do mundo inteiro têm esse lado de uma volta da pintura. Eu estive na Art Basel [na Suíça, a mais importante feira de arte do mundo] agora e era predominantemente pintura. Uma pintura alegre, pintura de uma volta de um mundo muito triste", afirma Luisa Strina, uma das principais galeristas do país. "Uma volta não só nas artes, mas em querer viver, uma euforia na volta à vida."

"Fui para Basel e vi muita pintura gigantesca", acrescenta Maria Montero, da Sé, usando o adjetivo "safe", seguro, para descrever o evento que marcou a retomada do calendário europeu de feiras. Montero diz esperar que os galeristas não deixem de lado a arte conceitual, mas reconhece que vender pintura é mais fácil num momento de crise, já que a técnica tem séculos de existência em comparação com a performance, por exemplo, e também é mais palatável para potenciais compradores.

A 17ª edição da SP-Arte enfim abre para o público nesta semana, ocupando pela primeira vez a Arca, um galpão industrial dos anos 1960 com 9.000 metros quadrados na Vila Leopoldina, em São Paulo. O espaço que já recebeu uma edição da São Paulo Fashion Week tem menos de metade dos 24 mil metros quadrados que a feira costumava ocupar no pavilhão de Oscar Niemeyer no parque Ibirapuera. Desta vez, por causa da Bienal de São Paulo, agora em cartaz, o evento comercial precisou mudar de lugar.

Isso significa uma redução no tamanho dos estandes e também um menor número de galerias de arte — serão 72, em relação às 120 na última edição presencial da feira, em 2019. Só três são estrangeiras, sendo duas do Uruguai e uma dos Estados Unidos. Outra mudança é que as oito galerias de design do evento, entre as quais Jacqueline Terpins e a loja Etel, não terão estandes na Arca e vão vender suas peças exclusivamente pela versão online da SP-Arte, um "viewing room" que ocorre em paralelo à edição presencial.

O número reduzido de galerias corresponde ao momento, afirma Fernanda Feitosa, a diretora da feira, ressaltando que os corredores na Arca terão cinco metros de largura, e não quatro, como a montagem na Bienal pré-pandemia.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

QUEDA LIVRE

A pesquisa do Sindicado dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios de SP que acompanha a internação de pacientes com Covid-19 nas instituições privadas mostra que, em outubro, 80% dos leitos destinados à doença em UTIs estão vazios, e 20% abrigam doentes em tratamento.

QUEDA 2 No mês passado, a ocupação era maior: 28%.

QUEDA 3 A situação nos leitos clínicos de Covid-19 é parecida: apenas 14,7% deles estão ocupados, contra 25,75% da pesquisa anterior.

QUEDA 4 A evolução positiva dos números a cada pesquisa levou a entidade a decidir suspender os levantamentos.

PARALELAS Os números dos hospitais privados coincidem com os da rede pública. Na sexta (15), a coluna revelou que as internações de pacientes por Covid-19 em hospitais municipais da capital paulista caíram 90%.

PARALELAS 2 "A diminuição na ocupação dos leitos deve-se ao avanço do processo de vacinação especialmente na faixa etária dos idosos", diz o presidente do SindHosp, Francisco Balestrin. "Hoje as internações caíram nas faixas etárias entre 51 e 60 anos e acima de 70 anos, sendo que até poucos meses as internações de idosos eram a maioria", segue ele.

PERFIL Com 82,5% da população do estado de São Paulo vacinada, as internações despencaram no estado. Com isso, os vacinados acabam predominando entre os que acabam precisando de hospital.

PERFIL 2 Assim como na rede pública, nos hospitais privados os imunizados são hoje a maioria: 72,7% dos internados em UTIs já receberam a segunda dose, ou a dose única, da vacina. E 21,2% já tomaram a primeira dose.

OLHAR ATENTO A presença da executiva Thaisa Mendes de Carvalho no jantar do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB-RS), com empresários em São Paulo surpreendeu: ela é diretora do Lide, grupo fundado por João Doria. O governador de São Paulo é adversário de Leite na disputa interna que escolherá o candidato do PSDB a presidente da República.

OLHAR 2 "Sou João Doria até debaixo d'água!", diz ela de forma enfática ao explicar a sua presença no jantar: "Sou cunhada do João Camargo [anfitrião do jantar e sócio do grupo Esfera, que organizou o encontro]".

OLHAR 3 Thaisa também foi encarada como "infiltrada" de Doria no jantar. "Não tem nada dessa história de espiã", diz ela. "Fui lá para ouvir, como vários outros empresários associados ao Lide que estavam lá".

OLHAR 4 A executiva diz que o Esfera também convidou Doria para um encontro com empresários. "Mas não vai caber no apartamento [do sócio do grupo] pois o quórum do governador vai ser bem maior", suspeita. João Camargo confirma a nova reunião e diz que já marcou até a data com Doria: 10 de novembro.

OFICINA DA VIDA O reencontro de Reynaldo Gianecchini com o diretor José Celso Martinez Corrêa, 20 anos após o ator deixar o Teatro Oficina, é o mote de "Fedro", primeiro longa-metragem de Marcelo Sebá. O filme será exibido na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo no dia 24

NA ÁREA O Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino, ligado à Rede D'Or, pretende abrir faculdades de medicina em São Paulo e no Rio de Janeiro. E busca instituições que queiram vender suas unidades, já que a criação de novos cursos da área está vetada desde o governo de Michel Temer.

NA ÁREA 2 Caso seja em algum momento permitida de novo a abertura de novos cursos, a rede poderá investir em unidades totalmente novas, segundo informações do mercado.

NA ÁREA 3 A rede há alguns anos tem investido em expansão e na atração de profissionais renomados da saúde, como o oncologista Paulo Hoff, a cardiologista Ludhmila Hajjar e o o cirurgião Antonio Luiz Macedo.

NOITE O Bar do Alemão, tradicional reduto de música brasileira na zona oeste de São Paulo, vai retomar suas noites musicais no sábado (23).

*

A data marca o aniversário de 53 anos do local, que chegou a fechar as portas em dezembro de 2019 para reestruturação. O bar voltou a funcionar em fevereiro de 2020, mas com a pandemia teve que se adaptar ao delivery de refeições.

SOM No dia, haverá show de Léla Simões, Cezinha Oliveira e Osvaldo Reis, a partir das 21h.

*

Os músicos Eduardo Gudin, antigo dono, e Naila Gallotta terão participações especiais.

PAREDE Uma obra inédita de Ivald Granato (1949-2016) estará no estande da Dan Galeria na SP-Arte, que ocorre de 20 a 24 de outubro. Intitulada "Webman", a obra foi feita em 2015. Ainda será exposto o díptico "Parte 1" e "Parte 2", de 1982. A galeria passa a representar o artista plástico comercialmente.

ESTANTE CLÁSSICA A editora Contracorrente, fundada pelo advogado Rafael Valim, vai lançar, ainda neste ano, a tradução da biografia do compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos escrita pelo musicólogo finlandês Eero Tarasti. Os advogados Walfrido Warde e Silvio Almeida, colunista da **Folha**, passam a integrar a equipe de editores.

com Lígia Mesquita, Victoria Azevedo, Bianka Vieira e Manoella Smith

A pintura vale ouro

Continuação da pág. C1

Isso vai permitir a circulação mais espaçada dos visitantes, dos quais será exigido o comprovante de vacinação contra a Covid ou um teste negativo.

Além disso, segundo Feitosa, a baixa participação de galerias estrangeiras num evento que já teve gigantes do setor, como a britânica White Cube e a americana David Zwirner, reflete a crise econômica na qual o Brasil está desde 2014, tornando a SP-Arte uma feira mais regional e menos global.

Feitosa lembra ainda uma conversa corrente antes da pandemia, a de uma saturação de feiras de arte no mundo e a dificuldade financeira das galerias pequenas e médias em bancarem sua presença em todas, incluindo as da Ásia e do Oriente Médio, que emergiram na última década, em paralelo à crise brasileira.

"O online entra como auxílio para que a gente possa ter galerias estrangeiras participando sem a pressão de que elas tenham que se deslocar ao Brasil, levando em conta que o Brasil está a oito horas de viagem dos centros de consumo de arte, a Europa e os Estados Unidos", diz ela, ressaltando que algumas casas estarão só na versão digital da SP-Arte, entre as quais a nova-iorquina Marian Goodman.

Dos grandes do mercado paulistano, terão estandes, por exemplo, a Fortes D'Aloia & Gabriel e a Bergamin & Gomide, a primeira com esculturas de Erika Verzutti, atualmente com uma mostra no Masp, e a segunda mostrando uma seleção de obras a partir de R$ 600 mil, incluindo uma tela de Antonio Dias da mesma série em exposição na Bienal de São Paulo. A jovem galeria HOA, dedicada ao trabalho de artistas LGBTQIA+, indígenas ou negros na faixa etária dos 30 anos, estreia no presencial depois de participar de duas edições virtuais.

A feira deve ser um termômetro da recuperação do mercado local depois da crise causada pela pandemia. No ano passado, a venda de obras de arte e de antiguidades encolheu 22% no mundo, segundo um estudo da feira Art Basel e do banco suíço UBS, a maior queda desde a crise de 2009.

Uma nova versão do relatório, publicada em setembro, indicava aquecimento —51% dos marchands relataram aumento das vendas nos primeiros seis meses de 2021 em relação à igual período de 2020. A pintura foi o principal motor da recuperação, contabilizando 60% do valor das vendas neste ano, seguida pela escultura, com 15% do total.

Na visão dos galeristas, as feiras são os principais eventos onde se podem conhecer novos colecionadores, mas eles reconhecem que o cenário é de cautela para os compradores, não de euforia.

"Tem uma vibe muito boa. O mercado precisa dessa energia que uma feira de arte traz para o ecossistema. É um momento importante de troca. Encontrar as pessoas ainda é um estímulo", afirma Jaqueline Martins, da galeria de mesmo nome, que mostrará trabalhos de Regina Vater e Daniel de Paula, um dos nomes fortes da atual Bienal.

Segundo Thiago Gomide, da Bergamin & Gomide, com a volta do presencial os colecionadores não devem nem se lembrar da versão virtual da feira. As vendas não arrematadas no ato podem ser concretizadas depois por email ou WhatsApp, ele diz, lembrando que há dinheiro circulando no Brasil e que quem compra arte costuma ser mais afluente, menos afetado por crises.

Seu estande será todo dedicado a obras de arte com cifras maiores, os trabalhos chamados "blue chip", a exemplo de uma escultura de Sol LeWitt cotada em R$ 1,5 milhão. "Acho que a Faria Lima vai comparecer em peso."

Trabalho de Rafael Carneiro, da galeria Luciana Brito

Obra de Bernardo Glogowski, da galeria Casanova

Obra de Adriano Amaral, da Jaqueline Martins Fotos Divulgação

Tela de Panmela Castro, da galeria Luisa Strina Edouard Fraipont

Pintura de Jaider Esbell, da galeria Millan Filipe Berndt

Espólio de Lucio Costa migra para Portugal

Conjunto de 11 mil documentos vai para a Casa da Arquitectura, que já abriga o acervo de Paulo Mendes da Rocha

Francesca Angiolillo

SÃO PAULO Aos 82 anos, Lucio Costa recebia a revista Manchete na "cobertura de um velho apartamento de três pavimentos, talvez o mais antigo edifício da avenida Delfim Moreira, no fim do Leblon". Era 1984 e ali, dizia o texto, reinava "a decoração espontânea".

A expressão usada pelo repórter resumia "montes de jornais velhos, revistas, catálogos e folhetos" amontoados em "pilhas no chão e sobre velhas cadeiras", num conjunto "simpático —como seu dono".

O material visível era só parte dos 11 mil documentos que compõem o acervo do arquiteto e urbanista, cabeça à frente do Palácio Capanema, marco inaugural da arquitetura moderna no país, e criador de Brasília. Esse espólio acaba de ser transferido para a Casa da Arquitectura, em Portugal.

A migração dos papéis para a instituição em Matosinhos, nos arredores do Porto, foi pautada por uma urgência.

Julieta Sobral, neta de Lucio e responsável pela mudança, conta que há dois anos veio a necessidade de achar um novo lar para o acervo, antes no Instituto Antonio Carlos Jobim.

"Paulinho", diz Julieta se referindo ao filho de Tom Jobim, "é muito amigo", e acolheu a papelada que, desde a morte de Lucio em 1998, a família —mais especificamente Maria Elisa Costa, filha do arquiteto e mãe de Julieta— organizou e digitalizou.

Até que, em julho de 2019, o Instituto Jobim passou por uma reestruturação jurídica e percebeu que não era viável manter o acervo, com a responsabilidade legal e altos custos implicados, como o de seguro. Era preciso tirar tudo de lá até o fim daquele ano.

A escolha pela Casa da Arquitectura se impôs. "No Brasil não tem nenhum lugar com essa infraestrutura, reserva técnica, a capacidade de treinamento e cuidado do acervo. Infelizmente a gente não tem nada assim para arquitetura", afirma Sobral.

Pouco antes da pandemia, a primeira parte dos papéis se deslocou para a instituição, que a família Costa já conhecera quando Maria Elisa foi convidada a dar uma conferência no âmbito da mostra "Infinito Vão", em 2018.

A família impôs três condições para a doação. A primeira delas era que o conteúdo permanecesse íntegro. "O que define o acervo é a totalidade de documentos do Lucio que estavam no apartamento quando ele morreu. Tem carta, foto de família, filme, rascunho", elenca Sobral.

A flagrante barafunda que a revista Manchete encontrou em 1984 certamente se ampliou nos 14 anos seguintes. Mas, como registrava ainda a reportagem, Lucio era "o inverso de seu habitat", com "os pensamentos em ordem".

Ao lado de Maria Elisa, aplicou sua racionalidade a parte do acervo e, em 1995, lançou o livro "Registro de uma Vivência", que reúne documentos, desenhos e fotografias a escritos pessoais e profissionais.

A filha voltaria aos papéis após a morte do pai. Esvaziou o apartamento, que seria ocupado por sua irmã, Helena, levando tudo em caixas e catalogando o conteúdo com minúcia que hoje Nuno Sampaio, diretor-executivo da Casa da Arquitectura, reconhece.

Ao lançar a terceira edição do "Registro", em 2018, Maria Elisa diria que "não é um livro sobre Lucio Costa, é o próprio Lucio, em forma de livro".

O mesmo se aplica, em escala ampliada, à coleção que traz desde itens de importância evidente, como os desenhos do Plano Piloto de Brasília, a recados íntimos anotados em envelopes usados.

A preservação física dos documentos, em seus mais variados suportes, era a segunda condição da família, que já havia iniciado um trabalho de higienização dos conteúdos.

A Casa da Arquitectura, dona de uma infraestrutura que custou € 10 milhões, cerca de R$ 65 milhões, e com orçamento de € 3 milhões anuais, tem uma reserva técnica de ponta e vai escanear de novo, em maior resolução, todos os itens —21% deles, os projetos, já foram digitalizados.

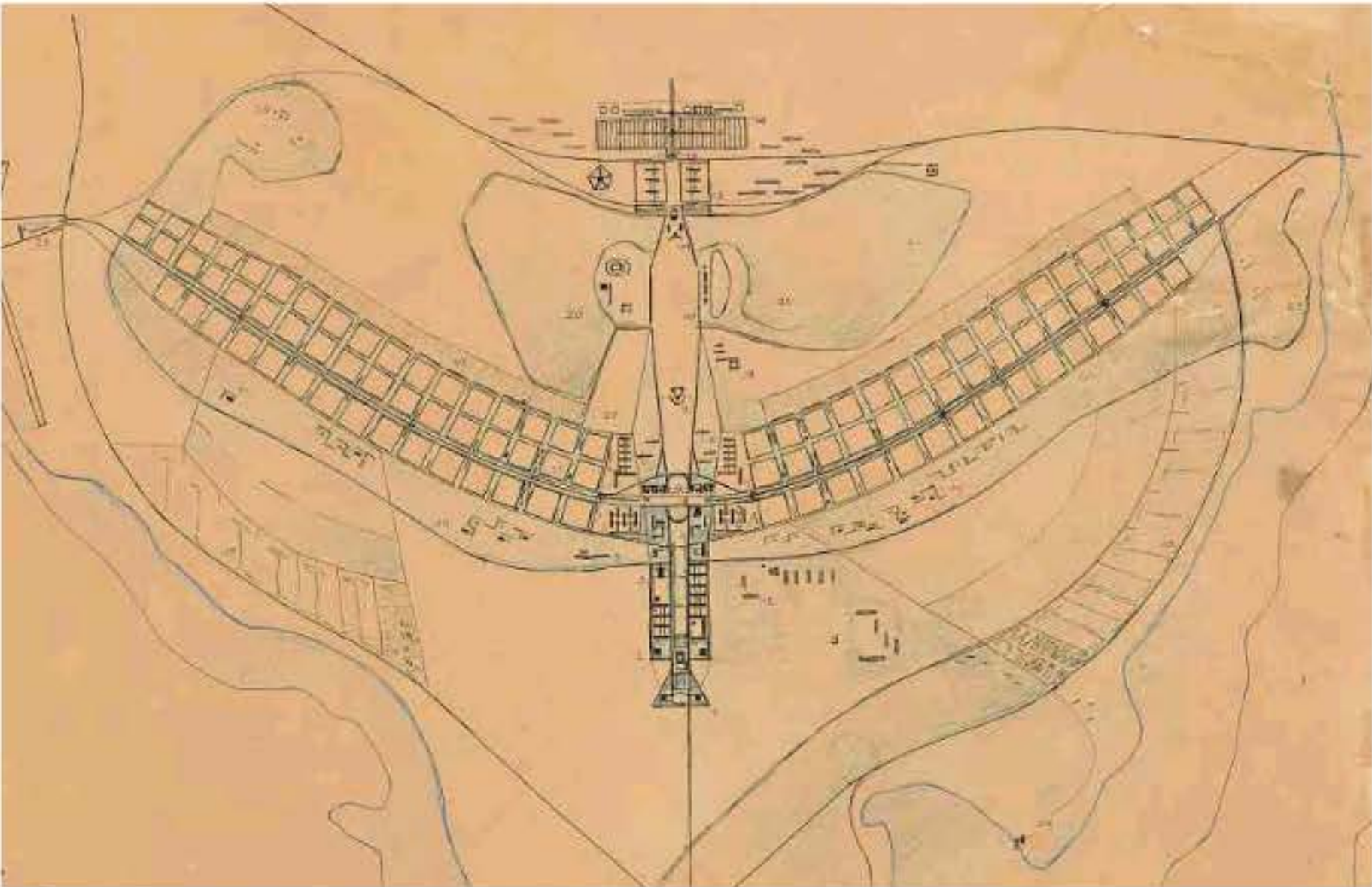
A terceira condição era que o conjunto fosse difundido.

O acervo, frisa Sobral, "não ficará um só dia indisponível". Hoje, ele pode ser acessado no site do Instituto Jobim e assim ficará até que a Casa da Arquitectura inaugure o que chama de "edifício digital", a plataforma que dará acesso às coleções sob sua guarda.

No entanto, durante todos esses anos, pesquisadores não podiam ter acesso aos itens físicos do acervo de Lucio. Nuno Sampaio diz que isso será possível na Casa. A instituição está desenhando um programa de bolsas de estudos, com apoio do governo português.

"Quando tu vais a um museu, a obra está no museu. Quanto tu vês acervo de arquitetura, vês representações; a arquitetura está lá fora", diz o diretor. "Tudo isso ganha importância quando é ordenado, tratado, inventariado e disponibilizado para que outros consigam estudar esses processos, diferentes de arquiteto para arquiteto."

Apesar dos cuidados, as críticas devem vir. A Casa se viu no centro de grande controvérsia quando recebeu o acervo de Paulo Mendes da Rocha, doado por ele próprio, em 2020, meses antes de morrer.

"O que Lucio fez é do mundo", diz Julieta. "Espero que novos arquitetos não precisem fazer esse movimento. E, se precisarem, que encontrem a acolhida que encontrei aqui."

No alto, imagem da praça dos Três Poderes, em Brasília, tendo ao fundo o Palácio do Planalto; acima, desenho do Plano Piloto da capital, feito por Lucio Costa, que teve seu acervo doado a instituição em Portugal Fotos Espólio Lucio Costa/Acervo Casa da Arquitectura

Iraniano 'Um Herói' estreia na Mostra de SP logo após Cannes

Asghar Farhadi, de 'A Separação' e 'O Apartamento', diz querer falar da mentira

Ana Estela de Sousa Pinto

CANNES (FRANÇA) O que o iraniano Asghar Farhadi quer com seu nono longa-metragem é contar "a história de um homem comum que de repente vira um herói e acaba explorado e punido por isso".

Foi assim que o diretor descreveu o filme "Um Herói" durante o Festival de Cannes, onde venceu o Grande Prêmio, em julho deste ano.

A obra representou a volta do cineasta de 49 anos a seu país natal, depois de "Todos Já Sabem", de 2018, filmado em Torrelaguna e Madri, em espanhol, com Penélope Cruz, Javier Bardem e Ricardo Darín.

"Um Herói", que faz parte da programação da Mostra de Cinema de São Paulo, é rodado em Shiraz, cidade histórica do sul do Irã, mas não pretende ter a sociedade iraniana como tema, diz Farhadi. "As intenções por trás de uma mentira, as consequências inesperadas dos nossos atos, as espirais que a vida percorre são preocupações humanas, não apenas dos iranianos", disse, em conversa com jornalistas com a presença desta repórter.

Entre garfadas de uma salada de cuscuz marroquino e legumes, numa mesa ao ar livre no jardim de um escritório em Cannes, Farhadi afirmou que a locação, um tesouro nacional que evoca um passado de glória, pode ter combinado com o enredo do filme, mas é uma escolha secundária.

"Fazer um filme aqui ou ali depende da história que quero contar e prefiro manter essa liberdade de escolher o tema antes", afirmou o diretor, que escreveu também o roteiro, a partir de casos reais mostrados em canais de TV regionais no Irã.

Assim como em "Um Herói", as emissoras procuram enredos e personagens que possam "encorajar as pessoas a seguir exemplos", conta ele.

Na obra de Asghar Farhadi o suposto herói é Rahim, interpretado pelo iraniano Amir Jadidi, um divorciado pai de um menino pequeno que cumpre pena por calote e sonha em se casar pela segunda vez com a mulher que namora em segredo.

Quando a namorada encontra na rua uma bolsa cheia de peças de ouro, a solução para saldar sua dívida parece ter caído do céu. O casal, porém, não consegue vender o ouro, e o presidiário espalha anúncios para tentar devolver a bolsa a seu verdadeiro dono, dando a deixa para que seja transformado no exemplo da vez.

Amir Jadidi, "escolhido para o papel por seu ar gentil", segundo Farhadi, faz um Rahim suficientemente ambíguo para dar profundidade e interesse ao personagem. Com um sorriso amplo e frequente —"um elemento de performance que lhe concede o necessário ar ingênuo"—, ele se enreda em pequenas mentiras que só agravam sua situação.

Durante quase todo o filme, a câmera do diretor iraniano põe o espectador ao lado de Rahim, nas ruas, casas e mercados de Shiraz. É uma estética de documentário propositalmente escolhida para que o "espírito dominante" da obra seja a realidade.

"Há camadas de abstração, como nas cenas iniciais, mas não pretendo que essa arte se sobreponha à sensação de naturalidade", afirma Farhadi.

As redes sociais, que acabam tendo influência marcante nos desfechos de vários impasses, não faziam parte do projeto inicial da história, conta o diretor, até que ele se deu conta de que elas eram dominantes em todas as sociedades ao redor do mundo.

"Todas as instituições e grupos sociais usam essa ferramenta. Mas, nessa história, em vez de ser uma forma de comunicação e abertura, é um instrumento para se esconder e dissimular os fatos", afirma Farhadi.

"Um Herói" foi a quarta participação do iraniano no mais importante festival de cinema, e o terceiro a ser premiado —embora ele nunca tenha levado o prêmio máximo, a Palma de Ouro. Além de "Todos Já Sabem", ele apresentou na cidade francesa "O Passado", de 2013, que ganhou o prêmio do júri ecumênico, e "O Apartamento", de 2016, escolhido como melhor roteiro.

Um dos poucos diretores a ter vencido duas estatuetas do Oscar de melhor filme estrangeiro, com "O Apartamento" e "A Separação", Farhadi também ganhou o Urso de Ouro e o prêmio do júri ecumênico do Festival de Berlim por esse último filme. Já com "Procurando Elly", produção de 2009, levou o Urso de Prata de melhor diretor.

Amir Jadidi em cena do filme 'Um Herói', dirigido pelo iraniano Asghar Farhadi

Diretor precisaria do talento de Fritz Lang para não se perder em mundo de imagens que se consomem

CINEMA

Um Herói

★★★☆☆

Irã/França, 2021. Dir.: Asghar Farhadi. Com: Amir Jadidi, Mohsen Tanabandeh, Sahar Goldust. Mostra de SP: qua. (20), às 20h, no Espaço Itaú Frei Caneca; ter. (26), às 16h30, no Cine Marquise; sáb. (30), às 18h30, no Reserva Cultural; seg. (1º/11), às 13h30 no Espaço Itaú Augusta

Inácio Araujo

"Um Herói", de Asghar Farhadi, se desenvolve em torno de dois temas complementares, a representação e a imagem. Rahim Soltani é um homem humilde, preso por dívidas, que durante os dois dias de liberdade que obtém tenta vender algumas pepitas de ouro achadas por acaso para quitar o que deve ao homem que o está processando.

Como a cotação do ouro baixou, Soltani muda de estratégia e decide procurar a pessoa que perdeu a bolsa com o ouro. Sua irmã o devolve à moça que se apresenta, chorosa, no endereço dado. O gesto comove, de imediato, as autoridades prisionais, a liga das senhoras caridosas e, sobretudo, a televisão.

É verdade que, para chegar à sua história, Soltani teve de fazer alguns ajustes inocentes em sua narrativa. Afinal, ele representa um papel que pode lhe trazer a liberdade.

Mas Soltani não é o único interessado na história —à gente da prisão interessa esse "bom exemplo", que ajuda a apagar os casos de suicídio ocorridos por lá. Também interessa às senhoras caridosas, que dão a ele um certificado e tudo mais —isso rende TV, portanto publicidade, portanto mais donativos. E interessa à TV, aquela que produz imagem.

A humilde imagem de Soltani se impõe, mas, por seu modo de interpretação, inclusive, não deixa de lembrar o personagem do "Close-Up", de Abbas Kiarostami —diretor de origem iraniana, assim como Asghar Farhadi—, no qual se tratava justamente de examinar de perto o talvez crime de um homem que tentava se passar por outro diretor de cinema —Mohsen Makhmalbaf.

A prefeitura lhe oferece um emprego. Triunfo final, porque agora ele terá meios de pagar sua dívida. Mas, como tudo na vida da representação tem seu preço, a mulher que ficou com o ouro desaparece sem deixar pistas. Sua imagem chorosa comoveu tanto a irmã de Soltani que ela nem lhe pediu mais informações, nem um recibo, nada.

E a prefeitura começa a receber, pelas redes sociais, tuítes inquietantes, apontando, justamente, os pontos fracos da história de Soltani.

Não é preciso ser gênio para adivinhar que por trás disso está o credor do nosso herói, que o odeia com uma franqueza exemplar.

Ele deseja arruinar o pobre homem, sua reputação e tudo mais. Mas se o fizer ele arrastará com Soltani sua namorada, o taxista que o ajuda, os chefes do presídio, as senhoras de boa vontade.

Na verdade existe, além do vilão óbvio —o credor—, a mulher que desapareceu com o ouro. Nós podemos ver essa mulher de relance. Será que algum personagem conseguirá reconhecer? Eis a dúvida que se instaura. Será que sua imagem será reconhecida ou ela permanecerá incógnita e, assim, desmascarada?

Eis o dilema que transformará o filme de Farhadi em um melodrama no qual por momentos será possível aos espectadores se engajarem no destino de Soltani, que é, afinal, o homem pobre e oprimido da história.

O dilema é o mesmo de Farhadi —confrontar ou não a imagem de Soltani e a não imagem da mulher. Isso determinará o final do filme. Então, é melhor ficar por aqui, já que para muitos espectadores contemporâneos importa o "como termina" do filme, e não o raciocínio que leva ao desfecho.

Fica para registro —Farhadi (é minha opinião) não escolheu o melhor caminho. Sua trama é tão cheia de alternativas que uma acaba anulando a outra.

Não é a questão de encontrar "furos" no roteiro. É que tudo gira em torno de verdades que escorregam para a mentira, de uma realidade que se consome em imagem.

E para isso é preciso o talento de um Fritz Lang, coisa que Farhadi, bom diretor, ainda não demonstrou ter.

A atriz Tilda Swinton em cena do curta 'A Voz Humana', de Pedro Almodóvar Fotos Divulgação

Almodóvar faz de Tilda Swinton sua musa ao filmar o drama de Cocteau

Trama sobre mulher abandonada pelo marido de 'A Voz Humana' ainda terá montagem como ópera no Municipal

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Tudo começou com Jean Cocteau. Em 1929, o artista francês de mil faces —poeta, escritor, desenhista, dramaturgo, cineasta— escreveu a peça "A Voz Humana", imaginando uma mulher sozinha, no palco, falando ao telefone com seu marido, que a havia abandonado por um novo amor. Cocteau descia à banalidade para alcançar a expressão máxima da voz de uma atriz. Uma mulher, um adereço, uma cadeira.

A simplicidade da cena, montada pela primeira vez no palco da Comédie Française, em Paris, em 1930, com a atriz belga Berthe Bovy no papel-título, se juntava à modernidade do telefone, com o qual a sociedade ainda se acostumava. O público não escutava, em momento algum, a voz do homem do outro lado da linha. No livro, suas falas são eclipsadas por longas reticências. Na peça, são escondidas pelo silêncio.

Segundo Cocteau, a obra representou mais um passo à incompreensão entre os surrealistas, que, incomodados com suas muitas fases artísticas, o chamavam de "Cocktail de Cocteau". Seus epítetos se multiplicavam nos cafés de Paris, de "Príncipe Frívolo" a "L'Enfant Terrible", expressão conhecida até hoje. De apelido em apelido, a voz de Cocteau atravessaria o tempo, inspirando grandes artistas, como o cineasta Pedro Almodóvar.

Até o dia 30 deste mês, a 45ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo exibe, em diferentes salas da cidade, o curta "A Voz Humana", adaptação de Almodóvar da peça de 1930.

De acordo com Renata de Almeida, diretora da Mostra, o filme, o primeiro de Almodóvar em inglês, é um presente para os fãs do cineasta. "É uma reunião de todas as características dele. Tem uma mulher à beira de um ataque de nervos, cores fortes e relacionamentos conturbados", afirma. A britânica Tilda Swinton foi escolhida para interpretar a personagem. Já no primeiro plano, ela aparece com um vestido Balenciaga armado, com um tom vermelho que contrasta com o fundo cinza de um set de filmagens.

Durante o filme, sabemos que o apartamento da mulher sem nome fica em um estúdio, deixado por ela apenas em um momento, quando vai até uma loja para comprar um machado, com o qual destrói o paletó do marido.

No lugar do telefone, Swinton aparece de "air pods". "Gosto de como ele usa os ruídos da conversa. Queremos saber o que o homem está dizendo. E, por ser num estúdio, a relação entre cinema e teatro é explícita", afirma Almeida.

Gravado durante a pandemia, o filme estreou no Festival de Veneza do ano passado, sendo a realização de um sonho antigo de Almodóvar. Em "A Lei do Desejo", de 1987, o diretor inseriu um trecho da peça de Cocteau no roteiro. Já "Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos", de 1988, nasceu como uma adaptação experimental do texto. Em "A Voz Humana", Almodóvar acena à contemporaneidade, com um destino alternativo para a mulher abandonada. No filme, a languidez de Swinton, uma mulher alta e de tez pálida, convive com decisões impulsivas.

Não é a primeira vez que a peça de Cocteau ganha uma adaptação cinematográfica. Em "L'Amore", de 1948, o cineasta italiano Roberto Rosselini criou sua versão para o enredo, estrelado por Anna Magnani. Muito antes, porém, o próprio Cocteau se juntou ao compositor francês Francis Poulenc para criar uma tragédia lírica em um ato.

Na noite desta segunda-feira, a soprano lírica Rosana Lamosa subiu ao palco do Theatro Muncipal de São Paulo para o primeiro ensaio geral da ópera "A Voz Humana", de Poulenc, que estreia na próxima sexta-feira. Lamosa se posicionou de frente para a orquestra, a fim de repassar o monodrama. "Aproveitem que hoje ela está cantando para vocês. No próximo ensaio, ela estará de frente para a plateia", brincou o maestro Alessandro Sangiorgi.

Durante o ensaio, o canto de Lamosa esteve ora rente à fala, ora em notas altas, como o dó natural, alcançado quando a personagem quase enlouquece. "Como cantora lírica, tenho que me preparar vocalmente, mas as pausas fazem com que a personagem seja muito dramática", conta ela.

Coube à soprano Denise Duval cantar pela primeira vez a ópera, em 1959, na Salle Favart, em Paris. Um dos integrantes do afamado grupo "Les Six", Poulenc soube incorporar a síncope do jazz para driblar os excessos do romantismo. Cocteau, espécie de porta-voz do grupo, soube explorar o som —e o silêncio— do parceiro. "A relação com o teatro é forte, mas na ópera existe uma diferença. Temos as respostas do marido, Poulenc fala", pondera o diretor André Heller-Lopes.

Sua concepção de "A Voz Humana" é um contraponto às cores de Almodóvar. O cenário é sóbrio —ao lado de uma cama desarrumada, livros pelo chão criam o ambiente. Ao fundo, imensos espelhos refletem a expressão da soprano. A adaptação de Heller-Lopes oferece liberdade à mulher abandonada e a leva a um plano etéreo. "Ela começa a ópera já morta. É um réquiem para um amor. Um amor que não existe mais", ele diz.

Na sequência da obra de Poulenc, o programa traz ainda a "Ópera Aberta para Cantora e Halterofilista", um "happening", concebido, em 1977, pelo compositor Gilberto Mendes. Nele, Lamosa contracena com um halterofilista, propondo diversas esquetes.

"Não há nem mesmo partitura. É uma provocação com a autorreferência das divas da ópera e dos atletas. A cantora é a atleta da voz", diz Lamosa. Do teatro ao "happening", as versões da mesma tragédia só reafirmam a frase de Cocteau. "Nunca quis pertencer a uma escola, porque elas começam em pé e acabam sentadas."

A Voz Humana

Espanha, 2020. Dir.: Pedro Almodóvar. Com: Tilda Swinton. Mostra de SP: Qua. (20), às 20h, no Espaço Itaú Frei Caneca; Seg. (25), às 20h40, no Cine Marquise; Qui. (28), às 14h, no Reserva Cultural; Sáb. (30), às 13h30, no Petra Belas Artes. 18 anos

A Voz Humana

Theatro Municipal - pça. Ramos de Azevedo, s/nº, São Paulo. Sex. (22), às 19h; sáb. (23), às 17h; seg. (25), às 20h. R$ 10 a R$ 80. Livre

Rômulo Estrela, Camila Queiroz e Agatha Moreira em imagem promocional de 'Verdades Secretas 2' Pedro Pinho/ Divulgação

'Verdades Secretas 2' tem sexo, drogas e prostituição em trama com ar de thriller

Sucesso de audiência escrito por Walcyr Carrasco ganha continuação mais ousada no streaming

Tony Goes

SÃO PAULO "Para todo autor, alguns personagens permanecem vivos, e a gente quer ter 'notícias' deles", afirma Walcyr Carrasco. "Isso me acontece muito com a Aninha de 'Chocolate com Pimenta' [a protagonista da novela, papel de Mariana Ximenes]. Com frequência, eu penso em como ela estaria agora, passado tanto tempo, como se fosse uma amiga, uma parente."

Carrasco sentia o mesmo em relação a Angel, Giovanna e Visky, de "Verdades Secretas". "Eu tinha necessidade de voltar à vida deles, de participar. Ainda bem que a Globo me deu essa oportunidade."

O autor de "Amor à Vida", que trouxe o primeiro beijo entre dois homens da nossa TV, é pioneiro mais uma vez. "Verdades Secretas", escrita em 2015 para a faixa das 23h da Globo, é a primeira novela brasileira para adultos a ganhar uma segunda temporada, chamada de "Verdades Secretas 2", com personagens da trama original. Também é o primeiro folhetim nacional a estrear direto no streaming.

Ainda não há previsão de exibição na TV aberta —e, quando houver, o público pode esperar por muitos cortes nas cenas de sexo. Poucas práticas ficaram de fora. Há sequências de "ménage à trois", sadomasoquismo, strip-tease e até mesmo shibari, técnica japonesa em que uma pessoa é imobilizada por cordas enquanto outra estimula as suas zonas erógenas.

A primeira "Verdades Secretas" foi um sucesso de audiência e recebeu o prêmio Emmy Internacional de melhor novela, mas também foi atacada por associar as agências de modelos à prostituição de luxo. "Eu falei a verdade", Carrasco se defende. "Os que me criticaram ou não conhecem ou conhecem demais e se sentiram atingidos."

O famoso "book rosa", o catálogo das modelos que se prostituem, está de volta, agora acompanhado pelo "book azul", que reúne modelos masculinos que fazem programas nas horas vagas. "Verdades Secretas 2" também falará novamente do consumo desenfreado de drogas. Só que, desta vez, legalizadas —os remédios para emagrecer, tomados sem acompanhamento médico.

Uma das subtramas originais agora ocupa o centro do palco —o embate entre as modelos Angel e Giovanna, amigas que se tornaram rivais. No último capítulo da temporada original, a primeira, vivida por Camila Queiroz, matava a tiros o pai da segunda, papel de Agatha Moreira. Por vingança —Alexandre, feito por Rodrigo Lombardi, era casado com sua mãe, Carolina, interpretada por Drica Moraes. Mas esta se suicida quando descobre que o marido também era amante da filha.

Na nova fase, Angel perde o marido num acidente já no primeiro capítulo. Sem dinheiro e com um filho doente, ela volta a trabalhar como modelo e a se prostituir. Mas Giovanna suspeita que Angel foi a responsável pela morte de Alexandre e põe um detetive no encalço da ex-amiga. Não demora para os três formarem um triângulo amoroso.

A primeira temporada, sob a batuta de Mauro Mendonça Filho, impressionou pelo apuro visual. Agora a direção artística é de Amora Mautner, que diz ter pego pesado no formalismo. "Recebemos a missão de fazer outra história, então partimos de outro princípio", conta Mautner. "Além de todo o formalismo, que consideramos bom para a dramatização das cenas eróticas, percebemos que o melhor caminho seria o thriller. Essa atmosfera diferente leva a escolhas diferentes."

"Eu já tinha experiência com cenas de sexo, porque trabalho com TV há muitos anos, mas nunca nessa quantidade e com essa demanda de serem o clímax da interpretação", acrescenta a diretora. "Construímos as cenas com os atores, desde o desenvolvimento da ideia até onde queríamos chegar, o que estava por trás daquilo e o que aqueles personagens queriam conectar com o público através das imagens sexuais. Mas, no fundo, o que importa mesmo é a narrativa. Na nossa visão, não eram cenas de sexo. Eram cenas entre personagens."

Muitas figuras marcantes da primeira versão não aparecem mais. Algumas, porque suas histórias se concluíram. É o caso de Larissa, a modelo viciada em crack feita por Grazi Massafera, ou Anthony, o gigolô encarnado por Reynaldo Gianecchini.

Já Marieta Severo, que viveu Fanny Richard, a dona da agência Fanny Models, não pôde ser escalada por estar no elenco de "Um Lugar ao Sol", a próxima novela da Globo na faixa das nove. Para o seu lugar foi convidada Maria de Medeiros, que faz Blanche, a nova proprietária do negócio.

Esta é a primeira vez que a atriz portuguesa participa de uma novela no Brasil, apesar de já ter rodado alguns filmes por aqui. Convidada por Bruno Safadi —um dos diretores da obra, ao lado de Isabella Gabaglia, Gabriela Amaral e Fellipe Barbosa—, ela aceitou o desafio de passar sete meses no Rio de Janeiro, longe da família, que mora em Paris, e sem tempo para ver os amigos locais.

"Novela é uma maratona", conta ela. "A gente não tem tempo de errar. Tem que acertar logo." E isso porque Medeiros nem encarou o ritmo de 40 cenas por dia. Por causa da pandemia, a velocidade das gravações foi diminuída.

"A Blanche é muito diferente da Fanny", acrescenta a atriz. "Ambiguidade é o que a define. Ela tem um lado muito doce, mas também é férrea. É uma mulher controlada, que às vezes se deixa levar por impulsos. Maternal, mas também muito sensual. Cheia de contradições —ou seja, é uma ótima personagem."

Já se fala em uma "Verdades Secretas 3"? "Acredito, sim, na possibilidade de uma terceira temporada", responde Walcyr Carrasco. "Mas a decisão é da Globo."

Verdades Secretas 2

Brasil, 2021. Com: Camila Queiroz, Agatha Moreira e Rômulo Estrela. Disponível no Globoplay. 18 anos

Muito impostor pra pouca síndrome

Imagina se generais duvidassem da capacidade de assumir um Ministério da Saúde

Gregorio Duvivier
É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos

Teve uma época em que era charmoso ter TOC. Acho que foi na época de "Melhor É Impossível". O transtorno em si tinha complicações demais, mas sua versão branda tornava a pessoa divertida. "Posso ajeitar esse quadro na parede? Tá me dando TOC", diziam, como se consistisse numa singela afliçãozinha. Tucanaram a frescura. O TOC virou um defeito socialmente aceito, como a sinceridade e o perfeccionismo.

Ter TOC fazia de você uma pessoa imperfeita na medida certa pra ganhar carisma sem perder trabalho. Hoje, você tem que assumir pelo menos um defeito. Mas ninguém assume que é caloteiro ou tem mau hálito. Daí o TOC caiu como uma luva.

Só que logo ficou muito manjado, daí veio a onda do DDA. Não que não exista DDA. Mas muita gente distraída, hiperativa ou simplesmente lesa (eu, por exemplo) encontrou no DDA uma desculpa pra não prestar atenção no que não quer. Antes que me acusem de DDA-fobia, queria lembrar que tenho DDA — já falei disso nessa coluna e, se você não prestou atenção, talvez tenha DDA.

Esse ano surgiu uma nova doença sexy: a síndrome do impostor. Deve ser contagiosa, porque, do dia pra noite, todo o mundo começou a postar que sofre disso. Todo o mundo, não. Sobretudo influencers com milhões de seguidores. Parece que a síndrome faz você acreditar que é uma fraude e não merece o sucesso que tem. Na minha época, isso se chamava noção. Gourmetizaram a lucidez.

Não tem nada mais saudável do que duvidar de si mesmo o tempo todo. Uma pessoa que não suspeita que seja uma fraude não passa de uma fraude. Já uma pessoa que acredita sofrer de síndrome do impostor está dizendo que as suspeitas que tem sobre si mesmo não se sustentam —uma certeza que só os impostores têm.

O problema desse país é que tem muito impostor pra pouca síndrome. Imagina que beleza se Bolsonaro acordasse do transe e percebesse que não leva o menor jeito pra liderar coisa alguma. Imagina se generais suspeitassem que não têm competência pra assumir um Ministério da Saúde. Imagina um mundo em que os bilionários começassem a se perguntar se, de fato, merecem os bilhões que têm.

Se você acredita que não merece o sucesso que tem, parabéns. Não merece mesmo. Ninguém merece. Sobretudo se você tem milhões de reais ou seguidores. Quem é que merece ser ouvido por milhões de pessoas? Você acha que sua dancinha na beira da piscina merece ganhar o mundo?

Tinham que ensinar síndrome de impostor nas escolas - sobretudo particulares. "Duvide do seu potencial. Você não vale nada. Não merece porra nenhuma. Se ganhar alguma coisa, é porque deu sorte. Agradeça e aproveite."

Catarina Bessell

|DOM. Ricardo Araújo Pereira |SEG. Bia Braune |TER. Manuela Cantuária |QUA. Gregorio Duvivier |**QUI. Flávia Boggio** |SEX. Renato Terra |SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Filme apresenta um romance gay entre homens de terceira idade

Suk Suk: Um Amor em Segredo
Para compra ou aluguel no Now, Google Play, YouTube, Sky Play e Vivo Play, 14 anos
Como em boa parte da Ásia, o casamento entre pessoas do mesmo sexo não é legalizado em Hong Kong, nem há qualquer proteção a homossexuais. É neste contexto que aflora o amor entre dois idosos que, até então, levaram vidas heteronormativas. O elogiado drama do diretor Ray Yeung esteve há pouco nos cinemas.

Veneza
Star+, 16 anos
A atriz Carmen Maura vive uma prostituta velha e cega que sonha em ir para Veneza, em busca de um antigo amor. O filme de Miguel Falabella traz Dira Paes, Eduardo Moscovis e Carol Castro.

Entre Frestas
Netflix, 16 anos
Na Polônia comunista da década de 1980, um policial investiga um assassinato entre a comunidade gay de Varsóvia, perseguida pelo regime.

Concerto Osesp Masp
YouTube do Masp, 20h, grátis
O professor Sérgio Molina mostra as relações entre a tela "Músicos", de Heitor dos Prazeres, e composições de Villa-Lobos, Ronaldo Miranda, György Ligeti e Eugène Bozza, interpretadas pelo Quinteto de Sopros Camargo Guarnieri. As reservas devem ser feitas pelo link bit.ly/3n1RvVP.

Rodantes
Canal Brasil, 22h10, 16 anos
No filme de Leandro Lara, três jovens que passam por mudanças conturbadas têm seus caminhos cruzados. Caroline Abras está no elenco

SOS Animal
Animal Planet, 22h15, livre
Estreia da segunda temporada do reality documental brasileiro, que acompanha a bombeira civil e veterinária Carla Sássi e a bombeira civil Marilym Nascimento resgatando animais abandonados.

Vigas-Mestras: Práticas Curatoriais em Arquivos
YouTube da Academia de Curadoria, 16h, grátis
O webinário apresenta as pesquisas realizadas pela Academia de Curadoria no acervo do Instituto de Arte Contemporânea, com convidados debatendo sobre a utilização de arquivos no campo das artes visuais. Até 22 de outubro.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

		1	7			5		
7	4				5			
				2				3
1						3		8
			1	8	2			
9		7						6
4				5				
			3				6	4
		2			6	7		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	3	1	7	6	4	5	8	9
7	4	8	9	3	5	6	1	2
6	9	5	8	2	1	4	7	3
1	2	4	9	7	6	3	5	8
3	5	9	1	8	2	6	4	7
9	8	7	5	4	2	1	3	6
4	6	3	2	5	7	8	9	1
5	7	9	3	1	8	2	6	4
8	1	2	4	9	6	7	3	5

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. (Ingl.) Um sanduíche / Cristóvão Colombo **2.** Responsável por operações de controle, verificação, correção **3.** O número de caçapas da sinuca / Relação de pratos e bebidas num restaurante **4.** Teodoro Sampaio, engenheiro e escritor baiano / Verdura também conhecida como beterraba-campestre **5.** Apaixonar **6.** Preencher / Precede Dom **7.** Larva de mosca / Sigla do estado de Araguaína e Palmas **8.** (Pop.) Irritabilidade fácil / A Augusta é uma das mais famosas de São Paulo **9.** O Beckett (1906-1989), autor de "Esperando Godot" **10.** As duas últimas letras do nosso alfabeto / Resmungar **11.** (Por) Na minha opinião / Sedimento **12.** Terminada **13.** Uma cor do arco-íris / Cetáceo típico dos mares frios, também conhecido como baleia-assassina.

VERTICAIS
1. (Ingl.) Hotel simples e de diária barata, destinado a jovens viajantes / Um craque do futebol mundial **2.** Um que despreza a humildade / Um craque do futebol brasileiro **3.** A metade de hexa / Não creem em Deus / Verstappen, piloto de F1 **4.** Desfazer um nó / Boletim de Ocorrência **5.** Oduvaldo Vianna, dramaturgo / Gaita de foles **6.** Exprimir a dor com voz lamentosa e não articulada / Que sofreu um desgaste mais ou menos prolongado **7.** Daquelas mulheres / Alinhar, dispor em simetria **8.** Felicitar, celebrar **9.** Não cozida / (Esp.) Exclamação de incentivo para uma jogada acertada / Trajetória do avião.

HORIZONTAIS: 1. Hot-dog, CC, **2.** Revedor, **3.** Seis, Menu, **4.** TS, Acelga, **5.** Enamorar, **6.** Lotar, Sab, **7.** Berne, TO, **8.** Neura, Rua, **9.** Samuel, **10.** Yz, Rusgar, **11.** Mim, Sarro, **12.** Acabada, **13.** Roxo, Orca. **VERTICAIS: 1.** Hostel, Neymar, **2.** Esnobe, Zico, **3.** Tri, Ateus, Max, **4.** Desamarrar, Bo, **5.** OV, Cornamusa, **6.** Gemer, Usado, **7.** Delas, Regrar, **8.** Congratular, **9.** Crua, Boa, Rota.

André Stefanini

Coragem e baixarias brilhantes

Livro de François Dosse mapeia intelectuais em tempos de glória e desastre

Marcelo Coelho

Autor dos romances 'Jantando com Melvin' e 'Noturno', é mestre em sociologia pela USP

Sartre, Simone de Beauvoir, Foucault, tudo bem. Difícil não ter ouvido falar deles em algum lugar. Mas o número dos intelectuais franceses que tiveram importância durante o século 20 não acaba nunca.

Roger Nimier? Kostas Papaïoannou? Colette Audry? Francis Jeanson? Todos puseram sal e pimenta na fervura ideológica daqueles anos.

Sai no Brasil, pela editora Estação Liberdade, o primeiro volume do livro de François Dosse sobre o tema. Em quase 600 páginas, o historiador cobre o período que vai de 1944 a 1968, deixando os acontecimentos de Maio de 1968 e tudo o que veio depois, até a queda do Muro de Berlim, para o segundo volume.

Como havia feito em "História do Estruturalismo", publicado pela editora Unesp, Dosse se dedica a comprimir o máximo de fatos e nomes numa crônica que, sem ser tremendamente interpretativa, é utilíssima.

Antes de tudo, o interesse do livro está em conhecer a variedade de compromissos, covardias e atos de coragem que se abrem a cada um dos participantes do tumulto.

A história dos intelectuais durante a ocupação nazista é a mais empolgante e conhecida; a literatura sobre isso é extensa, e François Dosse tem de passar mais ou menos rápido por esse capítulo.

A década seguinte, dos anos 1950, mostra o máximo vigor do stalinismo no Partido Comunista Francês e a impressionante máquina de injúrias a serviço da causa soviética.

Eram os tempos do "caso Lyssenko", envolvendo as pseudodescobertas do stalinismo contra as teorias da genética, forçaria alguns cientistas importantes, como Marcel Prenant, a engolir sapos em nome da pátria socialista. Terminou expulso do comitê central do mesmo jeito.

Foi também o momento heroico de Simone de Beauvoir, cujo clássico feminista "O Segundo Sexo" foi proibido na União Soviética e em Portugal. Para quem se assusta com as baixarias atuais na internet, cabe lembrar que o correio, naquela época, não fazia por menos.

Mesmo o prêmio Nobel François Mauriac, romancista católico que em geral se saía muito bem na defesa das causas progressistas, perdeu a compostura com Simone de Beauvoir. Mandou uma carta para um redator da revista Temps Modernes, que ela dirigia com Sartre, comentando um capítulo do livro: "agora já sei tudo sobre a vagina da sua patroa".

A sordidez contrasta com os atos de coragem —física, até, no caso dos muitos que denunciaram as violências francesas na Guerra da Argélia. Militares de boininha tramavam o golpe —enquanto livros contra a tortura, como "La Question", de Henri Alleg, eram proibidos pelo governo.

François Dosse talvez tenha resumido demais essa parte —em que a defesa dos atentados a bomba contra o colonialismo francês não era muito problematizada pelos intelectuais —exceção feita, como se sabe, a Camus.

Entretanto é, de fato, muita coisa para um livro só. E o projeto de François Dosse encontra outras dificuldades, não apenas quantitativas.

Como ele próprio aponta no prefácio, o período que se seguiu à vitória contra o nazismo ainda estava marcado pelo senso de que se viviam decisões dotadas de significado histórico universal. Era ainda o clima de 1789, 1848 e 1917.

Duas lutas novas, capazes de transformar profundamente a segunda metade do século, começaram a surgir: a do feminismo e a do antirracismo. Só que, naquele ambiente masculino e branco, os intelectuais mais conhecidos tiveram um papel auxiliar; os debates se fragmentaram.

Outro ponto significativo é que, até 1960 mais ou menos, as grandes estrelas do debate tinham escrito romances ou peças de teatro: Sartre, Camus, Malraux, Mauriac.

Depois disso, os intelectuais mais importantes vieram do campo das ciências humanas: Lévi-Strauss, Foucault, Barthes, Bourdieu, Althusser. Era tudo brilhantíssimo, e muitas vezes maravilhosamente bem escrito, mas não era a mesma coisa.

O segundo volume verá crises ainda maiores —com o "senso da história" passando para as mãos da direita liberal, e as leis do mercado e da mídia substituindo o intelectual público pelo intelectual "pop", pelo menos na França.

"A Saga dos Intelectuais Franceses" sofre um pouco por não se concentrar em algumas figuras-chave, de quem valeria expor todo o perfil de uma vez só. Mas seria outro livro (o de Michel Winock, "O Século dos Intelectuais", aproxima-se mais disso).

Como seu próprio objeto, o livro de Dosse se estilhaça em dezenas de fragmentos. Mas cada um deles brilha por si.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | **QUI. Drauzio Varella,** Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti